

Fabiana Miqueletti

**DISCURSO, TOM E CARÁTER: UMA ANÁLISE DO
ETHOS TUCANO**

Fabiana Miqueletti

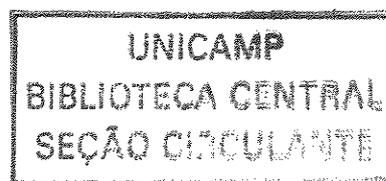
DISCURSO, TOM E CARÁTER: UMA ANÁLISE DO *ETHOS* TUCANO

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

IEL/UNICAMP
2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



UNIDADE B0
 Nº CHAMADA T/UNICAMP
M669d
 V _____ EX _____
 TOMBO BC/ 50942
 PROC 16.837/02
 C _____ DX _____
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA 26/09/02
 Nº CPD _____

CM00173399-9

BIB ID 259091

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M669d Miqueletti, Fabiana
 Discurso, tom e caráter: uma análise do *ethos* tucano / Fabiana Miqueletti. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Sírio Possenti
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Identidade. 3. Política. 4. Modernidade. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Sirio Possenti

Prof. Dr. Sírío Possenti (IEL/UNICAMP) - orientador

Profa. Dra. Helena Hathsue Nagamine Brandão (FFLCH/USP)

Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattner (IBILCE/UNESP)

Este exemplar e a redação final da tese defendida por *gabiane mprelatti*

e aprova em _____
27/08/2009
Sirio Possenti

06512009

AGRADECIMENTOS

Manifesto minha gratidão àqueles que, das mais variadas formas, contribuíram para a execução deste trabalho: ao **CNPq**, pela concessão da bolsa de pesquisador; a **Sírio Possenti**, pela confiança, pelos apontamentos e instigantes pontos de interrogação que alimentaram esse percurso, das *percepções* às *considerações finais*, e contribuíram para o meu amadurecimento intelectual; a **Marize Mattos Dall’Aglío Hattner**, orientadora dos primeiros passos dessa trajetória que não se encerra aqui; aos professores da banca examinadora, **Helena Hatshue Nagamine Brandão** e **Marize Mattos Dall’Aglío Hattner**, pelas sugestões, que espero ter sabido observar; ao **Instituto de Estudos da Linguagem**, pelo apoio institucional, e a seus **funcionários** que, de alguma forma, ao longo de meu percurso nesta instituição, deram a sua contribuição; aos **amigos**, por me ensinarem que há momentos em que não podemos nos ausentar das coisas que fazem parte do mundo extralingüístico; aos meus **familiares**, que souberam compreender as exigências para a elaboração de um trabalho acadêmico que, por vezes, nos impõe momentos de recolhimento, afastando-nos das pessoas queridas; a **Leocyr**, meu fiel escudeiro, companheiro de todos os momentos. Seu carinho e sua confiança sempre inabalável em meu potencial foram fundamentais até o último ponto final.

Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude.

O Gattopardo, Tomasi di Lampedusa

SUMÁRIO

RESUMO	1
INTRODUÇÃO	3
Um efeito de sinonímia	3
Um velho padrão político	4
A provocação	5
Algumas reflexões sobre a constituição do <i>corpus</i>	5
Articulando percepções	8
Antes de começar, algumas justificativas	12
CAPÍTULO 1	17
A Heterogeneidade	17
A inscrição da heterogeneidade no quadro teórico da Análise do Discurso	17
<i>As três fases da Análise do Discurso</i>	17
<i>Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva</i>	20
<i>A relação polêmica</i>	22
A interdiscursividade: mais que uma eventual relação empírica entre discursos	22
<i>A noção de interdiscurso em Maingueneau</i>	22
<i>A polêmica como interincompreensão: lei da relatividade aplicada</i>	24
Sobre a noção de <i>ethos</i> em Maingueneau	28
AS ELEIÇÕES.....	35
CAPÍTULO 2	37
O estatuto do enunciador e a dêixis enunciativa	37
Sobre a representação política	37
<i>Representação e autoridade</i>	38
<i>Representação e atividade</i>	39
<i>Representação e identidade</i>	41
<i>Representação e representatividade</i>	42
As campanhas eleitorais como espaço para a construção da representação política	43
<i>Análise das campanhas eleitorais</i>	46
<i>Rememorando o panorama político eleitoral de 1994</i>	46
<i>Rememorando o panorama político eleitoral de 1998: a eleição da reeleição</i>	50
A polêmica em torno das instâncias de subjetividade: o estatuto do enunciador	52
<i>O representante político e o sujeito do saber</i>	52
<i>As biografias e a representação do político: a política da personalidade</i>	53
<i>A polêmica em torno de dois mundos: o discurso do "preparo"</i>	56
<i>Um homem do povo na política: líder popular</i>	56
<i>Um intelectual na política: o estadista</i>	58
<i>A construção de simulacros em torno do "saber"</i>	61
A representação social do político pela mídia: o preconceito social e lingüístico	66
A polêmica em torno de dois Brasis: uma análise a partir de reflexões sobre a noção de dêixis discursiva	73
<i>O Brasil do Real</i>	74
<i>O Brasil Real</i>	76
A PRESIDÊNCIA.....	83
CAPÍTULO 3	85
Tucanos, "mal-entendidos" e modalização autonímica	85

O caso de “Caipiras”	89
O caminho do meio: desvio à direita	93
<i>Política industrial</i>	94
<i>Nacionalismo</i>	96
<i>“Esquerda”</i>	100
<i>Uma história de sentidos</i>	101
Fisiologismo e Política: no sentido perverso... no sentido normal	116
CAPÍTULO 4	123
As denominações: a construção discursiva da oposição	123
<i>Homo tucanus</i> : na encruzilhada do arcaico e do moderno	127
CAPÍTULO 5	139
Modernização conservadora	139
Qual modernidade?.....	144
<i>Ethos</i> : acoplamento de imaginários.....	147
As instituições da modernidade: a força do novo (?).....	148
Enfim, a inevitabilidade da intolerância.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
Abstract	165
Referências Bibliográficas	169
Bibliografia Consultada	175

RESUMO

O propósito do presente trabalho é refletir, a partir de uma perspectiva discursiva, sobre uma situação de polêmica, tradicionalmente caracterizada como *um velho padrão político, em que o embate de idéias opostas é trocado pela tentativa de supressão da figura do adversário como pessoa e como ator político*. Em nossa proposta, essa situação de polêmica foi compreendida à luz dos estudos de Maingueneau (1984, 1997) sobre a *polêmica como interincompreensão*. Voltando-se para o cenário político brasileiro atual, analisamos a *polêmica* envolvendo o presidente Fernando Henrique Cardoso e as forças de oposição ao seu governo.

O primeiro passo consistiu na investigação dos mecanismos discursivos de desqualificação dos opositores. Um aspecto de relevância, associado a essa primeira etapa, diz respeito a *como* se dá a legitimação do dizer dos tucanos. Nossa análise procurou, assim, demonstrar que o sentido de *competência*, significado pela identidade de representante político assumida pelos tucanos, legitima o discurso de desqualificação de seus adversários políticos. A investigação desse *sentido* para representante político nos conduziu ao campo discursivo das campanhas eleitorais, espaço privilegiado para a investigação do discurso da *competência* que legitima um ator social como representante político. Nesse momento do trabalho, também lidamos com uma situação de polêmica: a disputa dos sentidos de *competência* pelas candidaturas concorrentes.

Nosso trabalho obedeceu a duas etapas profundamente intrincadas: na primeira – que emergiu como um desdobramento necessário da proposta principal da pesquisa – dedicamo-nos à investigação dos sentidos de *competência* que disputam a legitimidade nas campanhas eleitorais; na segunda, analisamos *como* esse sentido de *competência* medeia o *não-debate* entre governistas e oposicionistas. Considerando que o discurso é inseparável de uma *voz*, o aspecto privilegiado, nesse segundo momento da pesquisa, foi a exploração do *ethos tucano* a partir do *que dizem de seus adversários*.

Palavras-chave: discurso político; heterogeneidade discursiva; polêmica; *ethos*.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho começou a se desenhar a partir de duas *percepções* e de uma *provocação*. O que será encontrado em suas duas seções de análise foi se constituindo como desdobramento de reflexões inicialmente apartadas. Foi com uma faísca de provocação que elas puderam ser reunidas em um projeto amplo. O “articular” percepções envolveu-nos em um intrincado nó de idas e vindas, o qual nos parece fundamental explicitar para que possamos melhor compreender a concepção do trabalho.

Um efeito de sinonímia

Uma de nossas percepções foi aguçada pelos nossos primeiros estudos em Análise do Discurso (doravante, AD) e pela prática cotidiana de leitura de matérias jornalísticas a respeito da política nacional. Também para nós, assim como para a maior parte da população, as ações políticas partidárias circunscrevem-se, sobretudo, ao que lemos nos jornais, ao que aparece na televisão ou no rádio. Parece-nos que, somente em época de eleições, as relações entre o campo da política e o campo social se estreitam: as discussões sobre política saem das páginas dos jornais e passam a ocupar os espaços públicos. Dentro desse contexto, em que ocupava os lugares de analista de discurso, leitora e eleitora, buscamos identificar inicialmente *o estatuto do representante político* construído pelos órgãos de imprensa de referência. A imprensa política, na cobertura de campanhas eleitorais, oferece a seu público-leitor os candidatos não apenas como “programas de governo”, mas também como *biografias*, inventariando *crenças* na construção de uma *identidade*, construída como *discurso* (sobre e a partir de outros discursos), para apresentá-los. As campanhas eleitorais e a mídia constroem uma representação social do político que interfere em nossas escolhas políticas. Nossa percepção era de que, durante as campanhas pela presidência da República, em 1994 e 1998, em que concorreram os candidatos Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, *o preparo para governar o Brasil*, que atravessa *o discurso eleitoral*, era significado e legitimado por

uma postura de justificação altamente *personalizada*. A polarização, no quadro eleitoral, deu-se mais em função de biografias do que em função de colorações ideológicas. É da *biografia* dos candidatos que se extrai a sua representatividade, ou seja, os atributos de um legítimo representante político. Dentre esses atributos, o *saber* destaca-se na medida em que se associa diretamente a ele, como num efeito de sinonímia, a competência, o devido preparo para o exercício do cargo. As *biografias* estão numa relação de polêmica na medida em que inscrevem o *saber em sítios de significância antagônicos*. O *saber* é atributo da figura do representante político. Não há como encarnar o papel de representante político, e se legitimar nele, sem mostrar *que sabe*.

Um velho padrão político

O espaço, no qual nossa segunda percepção toma corpo, não é mais o da disputa eleitoral, que opõe candidatos, mas o da disputa legítima em um regime democrático, que opõe governistas e oposicionistas. A percepção que tinha, como leitora da seção de política de jornais e revistas, era de que, na discursividade tucana, pensar de outro modo configurava o mais singular dos erros. As vozes dissidentes eram excluídas de qualquer debate. Essa “estratégia” de ignorar ou desqualificar adversários e projetos de poder alternativos, sem debate de idéias e valores, de acordo com Boris Fausto,¹ constitui um *velho padrão político*, “em que o embate de idéias opostas é trocado pela tentativa de supressão da figura do adversário como pessoa e como ator político”. Instaurou-se no país, segundo José Arthur Giannotti,² na era FHC, “uma fúria contra a inteligência, promovida até mesmo por intelectuais orgânicos ou não, como se o outro fosse o burro, que só pode resultar na guerra de todos contra todos, no destempero verbal e na destruição das instituições democráticas”.

Há um tratamento belicoso dos oponentes na discursividade tucana. O *tom* é de indignação com quem pensa diferente, em outras palavras, com quem se coloca contra o *óbvio*: “Como podem pensar assim?”, perguntam-se os tucanos. Para o agrupamento político dos tucanos, aqueles que não concordam com suas idéias agem assim simplesmente porque não têm *preparo* para compreendê-las.

A provocação

A segunda parte do presente trabalho, como dissemos anteriormente, é o resultado do aceite de uma provocação: por que não relacionar essas percepções à noção de *ethos*?

O discurso, segundo Maingueneau (1997, p. 45), é inseparável daquilo que se pode designar “muito grosseiramente” de uma “voz” específica, que permite remetê-la a uma fonte enunciativa. A “oralidade” de um texto escrito manifesta-se, segundo Maingueneau, através de um “tom”, que corrobora o que é dito. O “tom”, portanto, está intimamente ligado à relação que o enunciador estabelece no discurso com a figura de seu adversário. Na problemática do *ethos*, a adesão a um discurso supõe a percepção dessa “voz”, que garante a existência de um corpo. O discurso se apresenta através de uma “voz”, uma maneira de dizer, que remete a uma maneira de ser. O “tom”, segundo Maingueneau, apoia-se sobre a dupla figura do enunciador: a de um caráter e a de uma corporalidade, estreitamente associadas. Dessa forma, essa subjetividade responsável pela fala é passível de ser caracterizada psicologicamente em função dos caracteres engendrados pelo modo de enunciação, pelo “tom” do discurso. No quadro “anti-subjetivista”, pintado pela AD, a enunciação está associada a um “lugar”, a uma posição, mas é possível, segundo Maingueneau, dentro dessa perspectiva, sustentar que esse lugar de enunciação também se constrói enquanto “tom”, “caráter” e “corporalidade”. De acordo com esta noção, não se diz explicitamente que se é de determinada maneira, mas se mostra, por meio do discurso, que se é de determinada maneira. O discurso dos tucanos sobre seus adversários políticos seria, então, sustentado por uma voz, que remete a uma fonte enunciativa detentora de inamovíveis certezas: tudo o que o governo faz está certo e todas as críticas ao governo são produto da ignorância de seus adversários.

Algumas reflexões sobre a constituição do *corpus*

Parece evidente que não escaparíamos à relação de polêmica. Logo, a constituição do *corpus* refletiria uma situação de polêmica. Num primeiro momento, polemizar foi entendido como uma tentativa de falsear a fala do outro, de desqualificar o discurso do outro, “numa situação em que duas posições antagônicas se confrontam e se afrontam” (Brandão, 1997, p. 60). Para Orlandi (1999, p. 86), o discurso polêmico é “aquele em que a polissemia está aberta, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em

presença, numa relação tensa de disputas pelos sentidos”. Em função de nossas duas percepções, reunimos dois conjuntos de enunciados que refletissem uma situação de confronto evidente. O *corpus* desta pesquisa contempla, portanto, dois momentos. O primeiro conjunto de dados recobre o período das campanhas eleitorais para a presidência da República de 1994 e de 1998. É constituído por *jingles* e discursos de campanha das principais frentes político-ideológicas que disputaram a Presidência: a frente de centro-direita, representada pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso, e a frente oposicionista de esquerda, que tinha como candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Para que pudessemos constituir esse *corpus* discursivo, recorremos aos trabalhos de Barreira (1998), que registra campanhas políticas para a presidência da República, prefeituras e câmaras municipais, ocorridas entre 1985 e 1996, e de Miguel (2000), que discute o mito político com base no estudo dos programas eleitorais apresentados na televisão durante a campanha de 94. Também constituímos um *corpus* auxiliar, ancorado na cobertura eleitoral realizada pelo jornal *Folha de São Paulo* e pela revista *Veja*. Além de declarações e entrevistas dos candidatos, conseguimos reunir enunciados representativos do discurso eleitoral da imprensa. Nossa proposta é analisar o diálogo conflitante das candidaturas de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

O segundo conjunto de dados recobre algumas das polêmicas que pipocaram em sete anos de governo Fernando Henrique Cardoso, permitindo, assim, sem vistas a um aprofundamento, uma revisão do Brasil submetido à *intelligentsia* tucana. O *corpus* agrupa seqüências discursivas dominadas pela formação discursiva tucana, tomada como a formação discursiva de referência. Para constituí-lo, reunimos declarações do presidente da República, reproduzidas na seção “Brasil” do jornal *Folha de São Paulo*, duas entrevistas de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo³ e pronunciamentos do presidente divulgados pela *Agência Brasil*.⁴ Adotamos, como unidade empírica de análise, enunciados marcados por um embate manifesto entre formações discursivas antagonistas.

É fundamental salientar que o quadro institucional e as circunstâncias enunciativas diferenciadas em que são produzidos os enunciados nos dois momentos da pesquisa implicam um tratamento também diferenciado da interação polêmica das formações discursivas (FDs). Num primeiro momento, temos duas candidaturas que concorrem entre si para se firmarem como a mais COMPETENTE para desempenhar a função pública em disputa. Já no segundo momento, as FDs se relacionam de forma mais notadamente assimétrica: de um lado, o governo; de outro, a oposição. Nessa passagem de uma relação

simétrica para uma relação assimétrica, mantém-se como fator de legitimação, para a desqualificação do discurso da FD oposicionista, o sentido de COMPETÊNCIA em torno do qual as FDs polemizaram no período eleitoral.

Assumimos, como *corpus* discursivo, a situação de polêmica *aberta*, que se orienta para o discurso refutável do outro, *que responde a um ataque*. Nosso gosto é pela *controvérsia explícita*, pelo *bate boca*. Tomando emprestado de Bakhtin o termo *dialogismo*, nossa pesquisa, de modo geral, apreende o *dialogismo mostrado*. O que é dito é tomado como produto da interação verbal, da relação do locutor e do interlocutor, como réplica do já-dito. Constitui-se, assim, um espaço de interação de vozes que polemizam entre si, que respondem uma a outra; em síntese, vozes que dialogam de modo conflitante porque “falam” de posições enunciativas ideológicas antagônicas. As seqüências discursivas, tomadas para análise, circunscrevem o diálogo entre duas formações discursivas, que se opõem, que se citam, que respondem uma a outra. O procedimento para a constituição do *corpus* privilegia a forma dialógica, que elegemos como uma base privilegiada para o estudo do *ethos*.

Outros aspectos também foram considerados quando adotamos a relação de polêmica *manifesta* para o estudo do *ethos* de um agrupamento político. O caráter já-polêmico do discurso político privilegia o *dialogismo polêmico mostrado*. E. Verón (*apud* Maingueneau, 1984, p. 118) diz a propósito do discurso político que ele “não pode suportar que haja outro discurso político”, que “sua tendência mais profunda é *anular* [grifos nossos] o discurso do outro”. Por um lado, nosso trabalho reproduz o que Courtine (1981) define como um “efeito massivo”: o domínio do discurso político nos *corpora* analisados pela AD. Não instauramos, portanto, uma situação de polêmica que escapasse ao “lugar comum”, mas podemos nos penitenciar ao constituir o discurso político polêmico como um objeto, “cômodo”, sem dúvida, para o estudo do *ethos* e não simplesmente da polêmica. Por outro lado, o estudo do dialogismo polêmico mostrado é de grande interesse para a AD, segundo Maingueneau (1997), por levar em conta os assuntos de controvérsia. De acordo com Maingueneau (1997), os assuntos de controvérsia são levantados em dois domínios. No primeiro, o discurso filtra, entre os enunciados contra ele dirigidos, os temas aos quais não pode deixar de responder, sob pena de abalar sua legitimidade; no segundo, define pontos que, no conjunto dos textos do adversário, lhe parecem importantes. Essas “escolhas” mostram-se reveladoras. Em linhas gerais, de acordo com Maingueneau, o discurso polemiza com que o que é tido como universal, legítimo, dogmático, com “um

ponto comum”. Poderíamos pensar em uma “memória do dizer”, em um “já-dito”, um sentido institucional historicamente determinado e estabilizado. Tomamos cuidado, no entanto, para que o estudo da polêmica não se reduzisse à análise de um embate de ordem doutrinária apenas.

Deve-se também considerar que a polêmica não se instaura de imediato, mas aparece como “a repetição de uma série de outras que definem a própria ‘memória polêmica’ de uma formação discursiva” (Maingueneau, 1997, p. 124). No entanto, o discurso não supõe apenas uma memória das controvérsias que lhe são anteriores, mas desenvolve, com o passar do tempo, uma memória polêmica interna, que depois de um certo tempo, atinge o estatuto de memória. De acordo com Maingueneau (1997, p. 125), “o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo pouco a pouco instaura”.

Acreditamos também que privilegiar a polêmica aberta no espaço discursivo da política, mesmo não constituindo um diferencial teórico, aproxima-nos da realidade das práticas políticas. O *corpus* que constituímos, sob uma outra perspectiva, é representativo daquilo que os cientistas políticos caracterizaram como *velho padrão político*. Dessa forma, acreditamos que a natureza do material empírico conduz a reflexões sobre “o mundo real”.

Articulando percepções

A dinâmica da polêmica funda-se num processo lingüístico-discursivo de caracterização (representação) do adversário e, ao mesmo tempo, de delimitação de uma identidade. A essa altura, constituído o *corpus*, tínhamos em mãos uma materialidade rica para melhor explorarmos a identidade social, que os tucanos sinalizam por intermédio de seu comportamento verbal, assim como a heterogeneidade do discurso.

O *ethos*, tal como é considerado por Maingueneau, constitui uma das dimensões do discurso. O conjunto de planos do discurso (vocabulário, intertextualidade, instâncias de enunciação, temas, dêixis...) é integrado por uma Semântica Global: “uma significância que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação” (Maingueneau, 1984, p. 12). Maingueneau supõe um *sistema de restrições semânticas globais que restringe simultaneamente o conjunto dos planos discursivos*. O material verbal, em uma análise inicial, acentuava a estreita relação entre a cenografia (*o mundo evocado pelo*

discurso) e o *ethos*. Procuramos, então, demonstrar a integração do *ethos* também com os outros planos discursivos, destacando a semântica do discurso tucano.

Propusemos a análise de um mecanismo lingüístico que mostrasse a relação do ator político tucano com seu adversário (a heterogeneidade do discurso) e que servisse a reflexões nos vários planos do discurso: o *ethos*, a dêixis, o vocabulário, os temas... Tratar como objeto central não mais um plano do discurso, mas a relação entre planos, permite a compreensão do discurso em um nível constitutivo, o que nos leva a demonstrar o quanto há de outros discursos no discurso.

Nossa atenção voltou-se para os discursos postos em cena pelo sujeito para falar de seus adversários. Sobre a montagem do discurso tucano, como se verá, há, pelo menos, dois casos de discurso dentro do discurso: o discurso conservador é citado pelo discurso progressista. O presidente produz um discurso “progressista”, ou seja, reformista, a favor da mudança, e, para desqualificar seus adversários, produz enunciados que pertencem ao discurso conservador. A caracterização dos adversários (dos que se opõem às mudanças), na discursividade tucana, denuncia a presença de um enunciador conservador. Ao mesmo tempo, o *ethos* também desenha a presença de um social-democrata, que golpeia como direita. No discurso dominante sobre intelectuais cooptados pela política, o representante político ilustrado (o intelectual bem-pensante) assume a condição de representante das idéias de modernidade. O tom firme e assertivo dos progressistas, em defesa de suas propostas de mudança, confunde-se com sua atitude intransigente (“estereotípica” de um conservador) em relação àqueles que pensam diferente. Nossa preocupação passou a ser explicar esse universo de sentido, construído em torno de um ideal de modernidade, enunciado por meio de um *ethos* conservador, que suprime a alteridade. Supor que esse *ethos* foi engendrado por uma dada identidade, a do representante político intelectual, implica uma incursão pela interdiscursividade que constitui esse estatuto conferido ao enunciador: o de homem de ciência, depositário da razão e da verdade.

A abordagem dos planos discursivos tema e vocabulário abriu espaço para a discussão da globalização, da modernidade, do neoliberalismo e seus sentidos hegemônicos, que detêm o monopólio de descrição da realidade. Visitar esses temas, sob uma perspectiva discursiva, permite que o nosso trabalho exponha embates que não se encerram numa análise lingüística. Cabe sempre ir mais além, buscar o diálogo com outros “protocolos” de análise. Respeitando o que nossas análises, fundamentadas em pressupostos teóricos discursivos, buscavam identificar como uma semântica que intervém

na constituição dos sentidos de uma discursividade sobre a modernidade, *abrimo-nos* a outras perspectivas de análise com o objetivo de enriquecer o trabalho, o que nos é permitido pela própria conformação do quadro epistemológico da AD.

Dialogar com a Ciência Política e com as Ciências Econômicas confere maior visibilidade ao princípio da heterogeneidade constitutiva dos discursos na medida em que há muito de sociologia e economia no discurso político contemporâneo. Esse princípio da aproximação, da articulação, que norteia o presente trabalho, também nos aproxima de uma prática social. Lidar com o real da história – nomeado “globalização”, “internacionalização”, “mundialização” ou “economia-mundo” – e sua hegemonia discursiva (sua significação “inquestionável”) transforma qualquer discurso de resistência, qualquer tentativa de ruptura em sentidos não possíveis – estamos sem saída. No entanto, a *mudança* é a palavra de ordem da modernidade: *mudança sem ruptura com o que aí está* é como o real da história pode ser dito.⁵ O passado já deu prova de sua inviabilidade, sendo identificado como sema negativo: o velho, o arcaico. A modernidade nos apreende em sua inevitabilidade. Os discursos de resistência “autorizados” são toldados, para não serem desqualificados sem meias palavras, pela aceitação – constatação inevitável – de que o mundo mudou e de que não é permitido voltar, mas há como conformar o real, torná-lo menos doloroso. Os contradiscursos não mais pertencem aos partidos políticos, mas aos movimentos sociais.

De acordo com Fairclough:⁶

Left, socialist, anticapitalist discourses are being squeezed out of party politics, and both formerly social democratic parties and conservative parties embrace forms of neo-liberal discourse (involving a predominance of the economic, a moral discourse of individual responsibility etc). There is a sort of 'globalisation' of political discourse.

A crença inabalável no progresso, no ir para frente, sempre sinalizado como melhoramento, e na recusa de voltar atrás, sinalizada como retrocesso, é a matriz inabalável de significância para esse discurso *globalizante* – dominante. Uma matriz de significância tão poderosa que é acionada sempre para desqualificar os que questionam, os que se opõem. Aqueles que ousam pensar o que foi declarado impensável são caracterizados como “atrasados”, ainda não atravessaram a fronteira, ainda estão em algum lugar do passado, no mais completo descompasso com a História! Como podem atrasar o relógio da História? Procuramos demonstrar que esse *ethos* é dos que têm boa compreensão, dos que são donos

do assunto (o intelectual), dos que dominam os mecanismos de análise e que, portanto, são os únicos a poder opinar sobre temas chaves da História: a *intelligentsia*, a quem ainda cabe tentar catequizar – “melhor explicar para que eles possam compreender, meu Deus!” – ou, numa atitude mais radical, excomungar os nostálgicos da revolução, ainda seduzidos pelo ideal de ruptura, aqueles que não se vestiram de maturidade, os “barbudinhos”.⁷

Esse *ethos* exigiu que nosso percurso teórico analítico retomasse a nossa primeira percepção, que engrenasse um diálogo com a Ciência Política para lapidá-la. Trouxemos, para os domínios da AD, o tema da representação política. A articulação de nossas percepções é uma aposta de que o *tom* deve estar em harmonia (ser profundamente influenciado) com o estatuto que o enunciador deve conferir-se para legitimar o que diz, o modo de dizer está associado a uma maneira de ser, a uma identidade social. O estatuto que o enunciador tucano se confere não pode ser apenas descrito como o de Presidente da República, mas como o do representante político intelectual. O estatuto do enunciador foi construído na intersecção de dois mundos (e discursos): o político e o intelectual. Sustentamos que a constituição dessa subjetividade enunciativa permite ao enunciador enunciar legitimamente e impede o adversário (o outro enunciador) de enunciar legitimamente. Esse percurso de análise conduziu-nos a uma espécie de compatibilidade tensa, mesmo contraditória, entre a identidade social do enunciador e seu *ethos*, resultado da coexistência dos discursos empregados para construir a subjetividade.

Tal raciocínio levou-nos a propor, para o presente trabalho, a seguinte organização: uma primeira parte (capítulo 2) dedicada a levantar essa figura particularizada de representante político, de onde deriva a autoridade do enunciador: o *fiador*, que atesta a legitimidade do que é dito. Fomos buscar o estatuto de representante político na imprensa política e nas campanhas eleitorais dos candidatos (nosso primeiro conjunto de dados). As campanhas eleitorais foram pensadas como espaço de visibilidade da representação política.

A identidade do candidato, identidade essa que o legitime para representar, é construída no interdiscurso. Destacamos duas Fds antagonistas, dois lugares de trabalho no interdiscurso, que chamam elementos pré-construídos alhures e, a partir de seu sistema de restrições semânticas, significam o representante político. Assim, a primeira parte pretende chegar aos sentidos que conformam o sujeito designado como aquele *preparado* (*competente*) para representar.

Nessa primeira etapa, tentamos caracterizar *o discurso eleitoral do preparo*, tal como é propagado por *órgãos de imprensa de referência e pelas candidaturas em disputa*. O *ethos*, sinalizado pelo representante político Fernando Henrique Cardoso, em uma nova ordem política de enfrentamento (governo vs. oposição), está associado a um sentido de COMPETÊNCIA, que o legitimou como representante político na disputa eleitoral, e que legitima a DESQUALIFICAÇÃO de seus oponentes.

Na segunda parte, debruçamo-nos sobre realidades lingüísticas (nosso segundo conjunto de dados) como possibilidades de análise desse *ethos*, percebido na relação polêmica do presidente com seus adversários, não como pessoas do mundo, mas tal como construídos no e pelo discurso tucano. Dedicamos os capítulos 3 e 4, “Tucanos, mal-entendidos e modalização autonímica” e “As denominações: a construção discursiva da oposição”, à observação de como o discurso do “outro” está sendo representado no e pelo discurso tucano. O capítulo 5, “Modernização Conservadora”, encerra nossa tentativa de buscar o princípio organizador (a matriz heterogênea) dessa prática discursiva, que é parte de uma prática social. Olhar para a prática social pode ser significativo quando nos perguntamos por que a prática discursiva é como é. Nossa preocupação última, nesse capítulo, foi dar visibilidade aos efeitos da prática discursiva sobre a prática social, ou seja, à materialização “implícita” dos discursos nas práticas.

Antes de começar, algumas justificativas

Parece-nos evidente que uma resposta ao porquê de estarmos estudando tal assunto deveria preencher lacunas, não só aquela que existe na construção de um saber, e que poderia ser preenchida com o trabalho aqui desenvolvido, mas uma outra, a qual aqueles que se dedicam às Ciências Humanas são com freqüência apontados como incapazes de preencher: estar em contato com o mundo lá fora.

Em relação ao preenchimento da primeira lacuna, nosso trabalho lida com os desdobramentos teóricos da terceira época da AD, em que reina incontestemente a idéia da heterogeneidade. Nosso ponto de partida teórico, destacado no capítulo 1, lembra que quando um locutor qualquer produz um discurso qualquer, este discurso não provém apenas de um lugar, mas de vários lugares. Este discurso é construído sobre e a partir de outros discursos, decorre de um trabalho sobre outros discursos (ver Possenti, 1994). Queremos

dizer que, primeiramente, há uma teoria e que nosso trabalho justifica-se como uma prática empírica, ou seja, volta-se para uma realidade empírica a ser pesquisada. E sempre se pode pensar em enriquecimentos teóricos como consequência de análises empíricas.

Em relação à segunda lacuna, que acreditamos preenchida por nosso trabalho, faz-se necessária uma breve reflexão.

Há um debate bastante oportuno para todos aqueles que estão chegando ao campo dos estudos da linguagem. Pensando em perspectivas para os estudos sobre a linguagem na virada do milênio, uma das questões que deve fazer parte da agenda de estudos diz respeito a o quê fazemos com a linguagem. Usamos a linguagem para nos convenceremos, para fazer sucesso, para persuadir, enfim, para construir sentidos. Este deve ser um dos focos para os estudos: a construção de sentidos. Dependendo do significante que se use, e conforme a posição de quem usa o significante, o sentido varia. A linguagem guia o sentido, mas não o comporta. Hegel (*apud* Arendt, 1993, p. 09) assinalou com acuidade que “o Isto dos sentidos ... não pode ser alcançado pela linguagem”. A linguagem é maldição?

A linguagem não é transparente. Ao contrário, a linguagem é opaca, turva. O sentido é “chão escorregadio”. A significação é processual; não podemos pensá-la como “latente”, como se fosse um pacote que desembulhamos comodamente. Toda vez que escolho uma expressão, realizo uma “pesca” nas bases da ideologia. Devemos, portanto, nos perguntar quais são os percursos que geram os sentidos.

A essa perspectiva para os estudos da linguagem, podemos atrelar as discussões sobre a importância da pesquisa nas Ciências Humanas. Reconhecemos, num primeiro momento, o prestígio que o estudo das Humanidades confere às instituições de ensino e pesquisa e ao país, mas cabe destacarmos a real importância desses estudos: as Ciências Humanas levam as pessoas a pensar, estimulam reflexões, formam o pensamento, a cultura e, sobretudo, o indivíduo que irá agir no mundo. Não é isso que se espera das Ciências Humanas?

Em 1959, agentes israelenses seqüestraram um ex-oficial nazista que morava na Argentina e o levaram para Jerusalém para ser julgado por crimes contra o povo judeu e a humanidade. Adolf Eichmann pertenceu a SS ... e foi responsável pela deportação de centenas de judeus para os campos de concentração ... A judia Hannah Arendt assistiu ao julgamento de Eichmann, e, diferentemente do tribunal, o fato que mais chamou sua atenção não foi a lista de crimes do carrasco nazista, mas sua atitude no tribunal. Segundo ela, Eichmann parecia ser uma pessoa “bastante comum, banal e não demoníaca. Nele não se encontravam sinais firmes de convicções ideológicas ou de motivações especificamente más”.

Os seus atos pareciam ter sido motivados por uma única coisa: “Não era estupidez, mas irreflexão”. Foi uma ausência de pensamento – “uma experiência tão comum em nossa vida cotidiana” ... O ato de pensar limita-se à procura de uma versão convincente para a realidade; “a necessidade da razão não é inspirada na busca da verdade, mas pela busca do significado. E verdade e significado não são a mesma coisa”.⁸

Eichmann, descreve Arendt (1993), quando confrontado com situações para as quais não havia “procedimentos de rotina”, parecia indefeso. A maioria das pessoas se protege da realidade, segundo Arendt, através de clichês, de slogans, de frases feitas, da adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados. O significado nada mais é do que uma versão convincente para a realidade. Se advogamos um função mais pragmática para as Humanidades, essa não pode ser apenas a oferta de formação para ingressar no mercado de trabalho, mas a oferta de dispositivos para a formação de uma “visão crítica”.

A AD, pensando que há muitas maneiras de significar, de que somos falados por discursos, interpelados pela ideologia, enfim, que os discursos constituem uma espécie de versão para os fatos, desperta reflexões que transcendem o âmbito tradicionalmente demarcado para os estudos da linguagem e, como não poderia deixar de ser, responde com eficiência ao que se espera das Ciências Humanas. É pela linguagem que chegamos à construção dos sentidos, aos confrontos de significados, às *verdades*, que moldam as ações sociais dos sujeitos no mundo, produzindo efeitos, intervindo na sociedade e promovendo sua transformação.

Essa reflexão justifica a importância de nossa pesquisa: compreender o modo como somos significados por um modelo de representante político, que orienta nossa ação no exercício do voto, destacando o quanto há de construção social e circunstância histórica no que é assumido como *natural* e *óbvio*. Os discursos circulam organizando a realidade: dizem quem é e quem não é competente, quem é e quem não é o melhor candidato, quem é e quem não é um representante político. Em nossa experiência real, interagimos com outros homens “interdiscursivamente”, enquanto sujeitos inscritos em formações discursivas e ideológicas “complementares” ou “concorrentes”. Há representações do político disponíveis. Aquela que domina não é a única, embora reivindique o monopólio da legitimidade pela de-significação das outras. Trata-se de um significado “convincente”, não uma *verdade irrevogável*, se houver uma.

A função da identidade (a construção do “eu”), como podemos observar, não pode constituir uma questão marginal (menor) nos estudos discursivos. Como nos lembra Fairclough (2001, p. 209):

as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental de como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas.

Nosso trabalho, ao atentar para a construção e articulação de identidades (subjetividades), presta uma modesta contribuição para esse debate. Ao mostrar as implicações de que o “um” sempre pode ser “outro” para uma prática discursiva, pretendemos dar conta também de uma prática política, na qual estamos inscritos como eleitores e representados.

Não somos luz em meio às trevas. Representar esse papel seria um “equivoco” como analistas de discurso, pois seríamos os protagonistas de um sujeito todo-poderoso. Nem assujeitado, nem livre, mas como “sujeito ativo” (ver Possenti, 1996), podemos lançar uma centelha.

¹ FAUSTO, B. Um velho padrão político. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2001. Opinião, p. A2.

² “Fiquei assustado”, diz Giannotti. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 maio 2001. Brasil, p. A4.

³ A primeira entrevista foi publicada na revista *Veja*, edição de 10 de setembro de 1997. A segunda está no livro *O presidente segundo sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*, lançado pela Cia. das Letras em 1998.

⁴ Ver <<http://www.radiobras.gov.br/presidente>>.

⁵ A nulidade da mudança ou da resistência à mudança, como são significados os comportamentos dos que resistem ao discurso dominante, parece remeter à idéia das leis naturais, leis invariáveis, independentes da ação humana. Trata-se de uma tese um tanto positivista. Vale lembrar que o Positivismo torna-se, no século XIX até nossos dias, uma ideologia conservadora, identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida. Comte, considerado seu fundador, cita freqüentemente fenômenos econômicos - o caso da concentração de capital - como exemplos destas “leis naturais invariáveis” da sociedade. Para Comte, a doutrina positivista “há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza” (Comte *apud* Löwy, 1998, p. 24).

⁶ **Language in the New Capitalism**. Disponível em: <<http://www.cvlonline.org/artigos.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2002.

⁷ Cabe, aqui, destacar que o PT atribui o “abrandamento” de seu discurso de esquerda a um processo de “amadurecimento” político-ideológico. Nos anos 80, o embaixador americano Anthony Montley apelidou de “barbudinhos” os embaixadores brasileiros ligados ao “terceiro-mundismo”, ou seja, a valores como a defesa do Estado-empresário, o protecionismo econômico e uma política externa independente. Os “barbudinhos”, “esquerdistas inconstantes”, eram vistos como inimigos dos Estados Unidos. A expressão realça a barba, uma espécie de ícone revolucionário, uma forma de aproximá-los da imagem de Fidel Castro.

⁸ D’AVILA, L. F. A banalização do mal. **República**, São Paulo, n. 33, p. 36-7, jul. 1999.

CAPÍTULO 1

A Heterogeneidade

Neste capítulo, o que pretendemos é apresentar a fundamentação teórica da pesquisa. Optamos por uma revisão fragmentada da literatura, que será retomada e aprofundada nos capítulos em que os conceitos são mobilizados para a análise das seqüências discursivas. Essencialmente, buscamos uma apresentação dos conceitos teóricos com vistas a uma melhor compreensão da metodologia da pesquisa em função das questões propostas. Por um lado, amparados pelos estudos sobre a alteridade de Authier-Revuz (1990, 1998) e, por outro, pelo conceito de polêmica como interincompreensão, de Maingueneau (1984, 1997), faremos um percurso que se inicia *situando* o conceito de *heterogeneidade discursiva* no quadro teórico da AD. Procuramos, em nossa exposição, evidenciar que a fundamentação teórica da pesquisa tem suas bases fincadas na heterogeneidade do discurso e em alguns de seus desdobramentos.

A inscrição da heterogeneidade no quadro teórico da Análise do Discurso

As três fases da Análise do Discurso

Em sua primeira época, AD-1, (ver Pêcheux, 1983), a AD postulava o processo de produção discursiva como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma. Um conjunto de enunciados constituía um discurso idêntico a si mesmo e diferente dos outros, ou seja, segundo essa concepção, o enunciado que está contido em um discurso está excluído de outro. Um *sujeito-estrutura* determinava os sujeitos produtores de seus discursos.

Para a AD, o termo sujeito não significava uma subjetividade livre. Os sujeitos são suportes de seus discursos, e não sua origem (Pêcheux, 1983). O sujeito está submetido a uma autoridade superior. A AD afasta de seu conceito de sujeito/subjetividade qualquer

conotação voluntarista. Essa posição teórica da AD produz a recusa de um sujeito intencional, fonte e senhor de seu dizer, em favor de um sujeito ideológico, um sujeito “assujeitado”. A contribuição foi de Althusser (1998, p. 93) ao propor uma noção de sujeito a partir da tese de que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”.

Para Althusser (1998), a interpelação do sujeito pela ideologia está inscrita num jogo de dupla constituição: a categoria de sujeito é constitutiva da ideologia, a qual só existe para constituir indivíduos [sujeitos concretos] em sujeitos:

a categoria sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. (Althusser, 1998, p. 93)

É na e pela ideologia que apreendemos o “ser”, que sujeitos concretos são constituídos sujeitos. Para Althusser (1998), a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa. A ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que leva à formulação de que os indivíduos são sempre/já sujeitos:

a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!”. (Althusser, 1998, p. 96)

Na análise que faz da ideologia religiosa cristã, Althusser conclui que a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a “existência” de um Outro Sujeito, Único e central (no caso, Deus), em Nome do qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos. Assim, prossegue Althusser (1998), Deus é portanto Sujeito e os inúmeros sujeitos do povo de Deus, seus interlocutores-interpelados, seu espelho, seu reflexo. Toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único, ao qual estão submetidos.

Nessa primeira fase, em que se supõe a existência de um discurso homogêneo, os procedimentos de análise em AD obedecem a dois gestos sucessivos. De acordo com Pêcheux (1983, p. 312), o primeiro deles consiste na reunião “de um conjunto de traços discursivos empíricos (“*corpus* de seqüências discursivas”) produzidos por apenas uma

máquina discursiva” (o discurso homogêneo). O segundo gesto consiste na construção, “a partir desse conjunto de traços e através de procedimentos lingüisticamente regulados, do espaço da distribuição combinatória das variações empíricas desses traços” (Pêcheux, 1983, p. 312). Esse procedimento leva à estrutura da máquina discursiva que engendrou as seqüências discursivas. A execução desses dois gestos implica em: 1) constituição de um *corpus* fechado de seqüências discursivas reunidas em torno de uma palavra-chave – termos-pivô – que remete a um tema. O espaço discursivo, no qual estão inscritas as seqüências, pressupõe condições de produção estáveis e homogêneas; 2) a análise lingüística como pré-requisito para a análise discursiva do *corpus*; e 3) a análise discursiva do *corpus* concentrada na identificação de “regularidades” entre as seqüências discursivas/enunciados. Aquilo que se “repete”, formulações diferentes quanto a sua materialidade, mas ligadas a um mesmo sentido (variações em torno de um mesmo enunciado), remete a uma “proposição de base” em torno da qual se (re)formula o discurso (Foucault chama a atenção para o caráter “finito”, “raro” dos enunciados de uma formação discursiva).

Na AD-2, as relações entre máquinas discursivas passam a ser o objeto de estudo. A noção de formação discursiva, que vem de Michel Foucault,¹ desestrutura a noção de máquina discursiva fechada (de um discurso uniforme procedente de uma única fonte) na medida em que uma formação discursiva não configura um espaço homogêneo, ao contrário, trata-se de um espaço constitutivamente heterogêneo, instável, isto é, “invadido por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs)” (Pêcheux, 1983, p. 314). A “unidade” parece ser substituída pela “dispersão”, ou seja, um discurso contém enunciados oriundos de outros discursos.

A noção de interdiscurso é introduzida para designar o exterior de uma FD: as FDs são posicionadas em relação a outras FDs. O interdiscurso constitui esse complexo de FDs relacionadas.

O sujeito, que continua concebido como assujeitado, como efeito da FD na qual está inscrito, também é marcado pela dispersão. Passa a vigorar a idéia de que o sujeito é uma função, e que pode ocupar diferentes funções enunciativas. Os procedimentos metodológicos sofrem poucas modificações. O deslocamento é em relação à construção do *corpus*.

A AD-3 desconstrói definitivamente a noção de máquina discursiva em função do primado do *outro* sobre o *mesmo* (heterogeneidade).² A *polifonia* é a marca mais

característica dos discursos. O *outro* é o elemento de maior relevância. Os discursos são construídos sobre e a partir de outros discursos (carregam a memória de outros discursos). O procedimento de análise por etapas, com ordem fixa de execução, também sai de cena. Ao colocar em destaque a heterogeneidade enunciativa, a AD-3 conduz à tematização das formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*. A heterogeneidade é percebida em variados níveis. São destacadas as estratégias discursivas de alianças e combinações de diferentes FDs, que tornam o discurso altamente heterogêneo.³ O sujeito é concebido como “aquele que põe discursos em cena ou que se põe em cena como se fosse um outro” (Pêcheux, 1997, p. 316). Possenti (1994, p.06) o interpreta como “aquele que faz circular discursos de vários locutores”.

É segundo essa concepção, de que os discursos vêm sempre de outros discursos, que lhe são prévios, e que são retomados de maneiras diversas, que o presente trabalho constitui-se. A fundamentação teórica da pesquisa e a análise dos materiais discursivos concentram-se em *como* se constitui o discurso, em sua *montagem, privilegiando suas relações interdiscursivas*, ou seja, *como*, numa seqüência textual, são incorporadas *palavras alheias*, elementos oriundos de outro(s) discurso(s). Podemos destacar que nosso principal objetivo é chamar a atenção para *as formas* de o discurso se relacionar com seu exterior, ou seja, nosso percurso teórico e analítico implica a *percepção* e a *representação* da heterogeneidade discursiva (de um discurso em um outro discurso).

Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva

Authier-Revuz (1990) fala em heterogeneidade do discurso mostrada e constitutiva. A heterogeneidade constitutiva *do* discurso e a heterogeneidade mostrada *no* discurso representam, segundo a autora, duas ordens de realidade diferentes: “a dos processos reais de *constituição* do discurso e a dos processos, também reais, de *representação*, num discurso, de sua constituição” [grifos nossos] (p. 32).

Sob a etiqueta de *heterogeneidade mostrada* entendemos as formas mobilizadas por um discurso para *manifestar* a relação com o seu exterior. A autora propõe a descrição da heterogeneidade mostrada como “formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (1990, p. 26). As formas marcadas de heterogeneidade mostrada inscrevem, de forma explícita, o outro, que pode ser recuperado a partir de uma diversidade de fontes de

enunciação, na superfície do discurso: “a presença do Outro emerge no discurso, com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito” (Authier-Revuz, 1990, p. 33). Assim, alinhados em uma escala, que vai dos mais aos menos explícitos, o discurso direto, o discurso indireto, o discurso indireto livre, a ironia, a pressuposição, a negação (a polêmica), a parafrase, a paródia, o pastiche, o “mas”, a metaenunciação, as aspas, podem ser vistos como formas de heterogeneidade mostrada.

Por outro lado, as formas não marcadas de heterogeneidade mostrada constituem, segundo Authier-Revuz, uma forma de negociação “mais arriscada”, porque diluem o outro no um (*lugares de incerteza*). Diferentemente do que ocorre com a heterogeneidade mostrada marcada, não se verificam rupturas na seqüência do discurso, mobilizadas para marcar sua relação com o que é considerado seu “exterior”. Segundo a autora, as formas de heterogeneidade mostrada não marcada estão mais próximas da heterogeneidade constitutiva, *não localizável* e *não representável*, mas que pode ser definida pela AD mediante a formulação de hipóteses sobre a constituição da FD analisada e de sua relação com outras FDs. De acordo com Maingueneau (1997, p. 120), “mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda a unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade”.

Com base em uma concepção de linguagem não transparente, mas plurissignificativa (a língua como lugar de polissemia), podemos postular que nenhuma palavra é *neutra* (monódica), mas “invariavelmente habitada por outros discursos. Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão (Bakhtin), estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala do outro” (Authier-Revuz, 1990, p. 27). O significante, a estrutura material da língua, passa por diferentes processos de re-significação. As palavras podem pertencer a mais de um discurso e, nesse sentido, constituem uma *arena de disputa de sentidos*. A heterogeneidade pode, então, ser vislumbrada nessa abertura para uma pluralidade de sentidos. Trata-se de *perceber* a heterogeneidade discursiva como *choque de sentidos*, ou como *não-coincidências do dizer* (ver Authier-Revuz, 1998).⁴

A relação polêmica

Quando colocamos como problema da pesquisa investigar, sob uma perspectiva discursiva, o que os cientistas políticos caracterizam como um *velho padrão político*, ou seja, a substituição do embate de idéias opostas pela supressão da figura do adversário como *ator político*, pressupomos, de imediato, que daríamos conta de um “diálogo” entre sujeitos ideológicos rivais,⁵ o qual identificamos como uma *situação de polêmica*.

A *representação da polêmica* pressupõe uma relação controversa entre formações discursivas que compartilham o mesmo campo. Assim, a polêmica, para nós, assume uma perspectiva espacial, sendo caracterizada como “uma situação em que duas posições antagônicas se confrontam e se afrontam” (Brandão, 1997, p. 60). Entendemos que a *dinâmica* da polêmica implica um jogo de representação, no qual cada um atribui a si mesmo imagens positivas e ao outro imagens desqualificantes (ver Brandão, 1997). A regra é desvalorizar a posição discursiva do outro, valorizando a sua própria. O processo instaurado em uma situação de polêmica, de construção de subjetividades-identidades, mostrou-se terreno fértil para as especulações acerca da constituição do *ethos tucano*.

Uma abordagem que privilegie a *representação da polêmica*, a *referência ao outro*, não escapa ao fundamento da heterogeneidade discursiva. A representação da polêmica, ou seja, do *outro* no *um*, obedece às duas ordens de heterogeneidade discursiva: a polêmica *aberta* (dialogismo mostrado), visível na materialidade lingüística que, sob as mais variadas formas, inscreve o outro na seqüência do discurso, e a polêmica *difusa* (dialogismo constitutivo), da ordem do discurso e não provida de visibilidade. A linha divisória que se instala entre o que caracterizamos como *polêmica aberta* e *difusa* diz respeito a modos diversos de incorporação do *outro*.

A interdiscursividade: mais que uma eventual relação empírica entre discursos

A noção de interdiscurso em Maingueneau

A abordagem interdiscursiva de Maingueneau (1997, p. 119) consiste em propor ao analista o *interdiscurso* como objeto e “fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas uma interação entre formações discursivas”:

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior de um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como *uma fronteira que se desloca* em função dos embates da luta ideológica. (Maingueneau, 1997, p.112)

Para Maingueneau (1984), o interdiscurso precede o discurso. Os discursos não nascem independentemente uns dos outros para, em seguida, serem postos em relação. Maingueneau (1984, p. 11) coloca o interdiscurso como “espaço de regularidade pertinente, cujos diversos discursos não passam de componentes”. Os discursos se formam no interior do interdiscurso. O discurso se relaciona com o interdiscurso também em um nível *constitutivo* e não apenas em um nível *mostrado*, em que se apreende “as formas que podem ser mobilizadas pelo discurso para marcar sua relação com o que ele considera seu exterior” (Maingueneau, 1997, p. 111):

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada ... a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (Maingueneau, 1997, p. 113)

A *identidade discursiva* é, nesse sentido, construída na relação com o Outro. Reagindo à proposta da AD, Maingueneau (1984, p. 154) recusa “a idéia de que existiria um ‘ambiente’ do discurso que lhe seria exterior”. Para o autor, não se trata de distinguir, em um espaço discursivo,⁶ duas partes: as formações discursivas de um lado, e suas relações de outro. Antes, trata-se de entender que todos os elementos constitutivos do discurso são derivados da interdiscursividade. Propor a interdiscursividade como constitutiva significa assumir que o discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos, de uma situação de interação tensa e polêmica com o Outro. Todo discurso tem *a priori* o seu “outro” e nasce de sua oposição a esse “outro”, seu adversário.

Essa interação, segundo Maingueneau (1997, p. 120), pode ser compreendida como um processo de “tradução generalizada, ligada a uma interincompreensão”, que determina o que se *deve* falar e *não se deve* compreender:

quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior, por exemplo, sob a forma de uma citação, ela está traduzindo o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias. (Maingueneau, 1997, p. 120)

Vejamos a seguinte declaração do crítico de literatura e cultura Frederic Jameson:⁷

a especulação em torno da moeda é desastrosa. Foi o que causou a crise do México, a crise asiática. Identificar o capital financeiro como a força mais destrutiva no novo sistema globalizado é uma questão política crucial. Deveria haver meios de controlar essa especulação. *Aqui deveria entrar o nacionalismo, não no sentido de xenofobia, de exclusões [grifos nossos], mas um nacionalismo que proteja a nação contra os ataques da especulação internacional.*

É possível perceber que um outro discurso irrompe, neste caso, por intermédio da forma marcada *não no sentido de q*, que especifica os sentidos outros rejeitados de *nacionalismo*. O que podemos observar, com esse exemplo, é que o *um sentido* se constitui numa relação dialógica polêmica, ou seja, como *resposta ao outro sentido representado na discursividade como simulacro (o que o "Outro" diria do "Mesmo")*.

O *outro* pode até ser uma espécie de *discurso fantasma*, que não existe, mas em relação ao qual o discurso se funda. Por exemplo: o discurso anti-semita se opõe a um discurso semita "supostamente existente" (de que os judeus querem dominar o mundo). Assim, haverá sempre um outro ao qual é preciso recorrer para se constituir. O conservadorismo, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras, parece existir só porque existe uma posição progressista (ver Bobbio et al., 1999). Para Maingueneau (1997), não se trata de reduzir o discurso às coisas já-ditas, sentidos que são convocados para serem denegados, reafirmados, silenciados, mas de entendê-lo como uma máquina produtora de enunciados.

A polêmica como interincompreensão: lei da relatividade aplicada

De acordo com Maingueneau (1984, p. 05):

o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica conflituosa entre os discursos como um processo de tradução, de "interincompreensão" regrada. Cada discurso introduz o Outro [o discurso "de fora"] em seu fechamento, traduzindo seus enunciados na categoria do Mesmo e,

assim, sua relação com esse outro se dá sempre sob a forma de simulacro que dele constrói.

Esse desdobramento inescapável da relação interdiscursiva se dá na medida em que se postula nos enunciadores de um discurso dado “o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que derivam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas” (Maingueneau, 1984, p. 13).

Os enunciados *outros* são inseridos no discurso como *simulacro*:

Cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como “negativas”, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada um define a sua identidade. Uma formação discursiva opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas (chamemo-las positivas) e as recusadas (as negativas). (Maingueneau, 1997, p. 122)

Assim, os enunciados do “Outro”, quando trazidos para o espaço discursivo do “mesmo”, são vampirizados, seus sentidos “Outros” são sugados e reavivados com base na semântica do “Mesmo”. O “Outro”, segundo Maingueneau, só entra “anulado”, enquanto “simulacro”, na discursividade do “Mesmo”. O processo de “mistura”, “incorporação” do outro, é próprio da formação discursiva. Maingueneau (1997, p. 122) chama de *discurso agente* “aquele que se encontra na posição de tradutor, de construtor de simulacro, e discurso paciente aquele que desta forma é traduzido”. Maingueneau chama a atenção para o fato de que “em uma polêmica, os papéis de agente e paciente se alternam constantemente” (p. 122).

É como se o discurso agente interceptasse uma mensagem codificada do inimigo e usasse para decifrá-la um protocolo de decodificação (uma grade semântica) diferente do usado pelo inimigo para codificar a mensagem. O resultado, quando o código é quebrado, é o sentido como mal-entendido, o que leva o outro a achar que não foi compreendido.

Dessa forma, o enunciado da formação discursiva adversária será lido em seu *avesso*. Trata-se de uma *tradução* de enunciados de uma formação discursiva a outra. O *dicionário*, nesse tipo de tradução, é entendido como o *sistema de restrições semântica* da FD que *traduz* os enunciados. Todos esse processo (*interincompreensão*) pode ser

caracterizado como “‘diálogo de surdos’ entre protagonistas que, no interior do mesmo idioma, ‘não falam a mesma língua’” (Maingueneau, 1997, p. 120).

De acordo com Maingueneau, embora o discurso se constitua sempre em relação ao “Outro”, há uma tentativa de ficar sozinho, de “reivindicar o monopólio da legitimidade”, recusando o “Outro”. Trata-se de uma relação até certo ponto contraditória, marcada pela alteridade: o “Outro” é, ao mesmo tempo, exterior e interior ao discurso, pertence a sua materialidade, mas é mantido à distância. Em outras palavras, quando o “Outro” é trazido para o seu território, seus sentidos “Outros” são re-significados; ao desembarcar em terra estrangeira, o “Outro” é *naturalizado* a partir da grelha semântica do sítio ideológico que o incorporou. A incorporação do “Outro”, ao mesmo tempo em que projeta o simulacro do “Outro”, projeta também o simulacro do “Mesmo”, ou seja, o que o “Outro” diria do “Mesmo”.

O que nós não vemos não existe. O axioma, evidentemente falso, poderia bem ilustrar o processo de interincompreensão constitutiva. Façamos uma analogia com a cena em que um barbeiro entra na estalagem em que Dom Quixote está para reclamar a devolução de sua bacia, roubada pelo cavaleiro da Triste Figura. O “olhar de cavaleiro” de Dom Quixote faz com que ele veja na bacia um elmo. Só um “olhar vilão”, como o do barbeiro, poderia confundir um elmo com uma bacia.⁸ Quem ocupa a posição “de cavaleiro” nunca compreende o que se diz a partir da posição “de barbeiro”. Com o processo de interincompreensão, dá-se o mesmo. Possenti (1999, p. 05) exemplifica dizendo que “lá onde um militante de esquerda vê movimentos sociais legítimos que põem em xeque uma ordem social injusta, o conservador verá a desordem social e a quebra da ordem jurídica (concretamente lá onde um militante do MST vê uma ocupação, o latifundiário vê uma invasão)”. Da mesma forma, lá onde a mídia lê a vitória do PT nas eleições municipais de 2000 como resultado de *um abrandamento do discurso*, as correntes majoritárias do PT vêem a mesma realidade como *aperfeiçoamento político e cultural*, como *amadurecimento político*; já as alas mais radicais do partido vêem como *uma inflexão à direita*, como *uma domesticação* e até mesmo como *uma traição*. A declaração *Esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade hoje é outra*, do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi lida pelos adversários como *fraqueza e traição* e pelos simpatizantes como um sinal de *aperfeiçoamento*.⁹ Em seu discurso de despedida do Banco Central, Gustavo Franco disse:

O papel do BC não deve ser, nem foi, o de salvar bancos ou banqueiros, mas de proteger correntistas, proteger a poupança popular ... A oposição quis fazer do Proer [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro] uma questão política, sem se dar conta do que representariam para o cidadão comum as agruras de uma crise bancária ... se não fosse o Proer, e se dependesse desses valentes deputados da oposição, a todo momento esbravejando contra o Proer, suas poupanças teriam desaparecido [grifos nossos].¹⁰

O enunciado em itálico projeta o simulacro do “mesmo”, ou seja, o que a oposição diz do Proer (*salvar bancos ou banqueiros*).

A interincompreensão pode ser tratada como um caso de *polêmica difusa*. Mesmo quando o discurso aparentemente não responde, não se opõe a uma asserção anterior explícita, o fundamento da interdiscursividade pressupõe uma relação necessária com o Outro.

Em nossa pesquisa, a relação com outro, nas diversas formas que assume, é privilegiada. Num primeiro momento, procuramos lidar com a heterogeneidade constitutiva ao tentar perceber a que outros discursos é preciso recorrer para se constituir *o discurso do preparo* para o exercício da função presidente da República, os sentidos que conformam o sujeito designado como representante político. Nessa seção, nossa análise explora os fundamentos da interdiscursividade aqui apresentados. A questão é *perceber* a configuração do discurso como *relações polêmicas* com outros discursos ou *resposta a outros discursos*. Num segundo momento, o discurso tucano, que desqualifica seus adversários como *atores políticos*, será analisado em planos discursivos variados. O vocabulário e os temas, com os quais o discurso tucano polemiza com seu outro, serão explorados a partir de *marcas* de heterogeneidade (aspas e metaenunciação) e das escolhas de designação para o referente (o adversário). A unidade pensada entre as duas partes está circunscrita à semântica que rege o discurso. De acordo com Maingueneau (1984), trata-se de um sistema de restrições semânticas ao qual estão submetidos igualmente todos os planos do discurso. Podemos dizer que, ao pensarmos o presente trabalho em dois momentos, seu objetivo deixa ser unicamente o *ethos*, e passa a ser a disseminação da especificidade do discurso sobre seus múltiplos planos.

Sobre a noção de *ethos* em Maingueneau

Desde os anos 80, Maingueneau tem se dedicado a reformular o conceito de *ethos* nos moldes da AD. De acordo com Maingueneau (1997, p. 45), o discurso é inseparável daquilo que se pode designar “muito grosseiramente” de uma “voz” específica, que permite remetê-la a uma fonte enunciativa. A “oralidade” de um texto escrito manifesta-se através de um “tom”, que corrobora o que é dito. A leitura faz emergir uma fonte enunciativa, uma instância subjetiva encarnada, responsável pela fala. Na problemática do *ethos*, as “idéias” suscitam a adesão ao se apresentarem através de uma voz, uma maneira de dizer, que remete a uma maneira de ser. A retórica antiga entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente pela maneira de dizer. Para seduzir o ouvinte, os oradores precisavam dar a si mesmos uma imagem favorável. Não se trata do que diziam sobre si mesmos, mas “o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem” (Maingueneau, 1997, p. 45). Também para Ducrot (1987), a construção de uma imagem favorável do orador não está relacionada com auto-elogios que o locutor faz de sua própria pessoa, o que poderia chocar o auditório. Ao contrário, trata-se da aparência que conferem a ele a cadência, uma entonação calorosa ou severa, a escolha de palavras e de argumentos. Para Ducrot, na distinção terminológica que faz entre “L” (“o locutor enquanto tal”) e “λ” (o locutor enquanto ser do mundo), o *ethos* está associado a L. É “L”, enquanto fonte da enunciação, que está investido de certos traços de caráter que tornam a enunciação aceitável ou repulsiva. O que o orador poderia dizer de si, segundo Ducrot, enquanto objeto da enunciação, é que se refere a “λ”, o ser do mundo, e não é a essa dimensão que Ducrot associa à noção de *ethos*. Maingueneau (1997, p. 45) exemplifica com Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional, partido de extrema-direita francês, que não apenas se qualifica como “homem do povo” como inscreve essa origem em sua maneira de enunciar: expressa-se como um homem simples, que sabe “berrar” com os “políticos”. Como um outro exemplo, apresentamos o seguinte comentário do economista Paulo Nogueira Batista Jr. sobre a nova obra de Rubens Ricupero, *Brasil e o dilema da globalização*:

Esses e diversos outros aspectos da “globalização” são discutidos no livro de Ricupero, embora em tom mais brando, mais tolerante e mais condizente com sua condição de diplomata. Para o meu gosto, o embaixador peca, às vezes, por excesso de condescendência e delicadeza. A crítica sai suave demais e o autor faz, aqui e ali, concessões algo exageradas às concepções de linguagem dominantes. Mas isso não importa.¹¹

É importante lembrar, no entanto, que nem sempre a pessoa do autor (“λ”, de Ducrot) corresponde ao “caráter” que seu modo de enunciação faz emergir. Maingueneau (1997) exemplifica com o jornal *sans-culotte* de Hébert, *Lê Père Duchesne*. Maingueneau diz que “nem a pessoa de Hébert, nem suas alocações comuns correspondiam ao caráter um tanto obsceno de seu jornal” (p. 48).

Para Maingueneau, a AD só pode acolher o *ethos* da Retórica se promover um duplo deslocamento. Em primeiro lugar, é preciso afastar, nas palavras de Maingueneau, qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, segundo a qual o enunciador faria uso de determinados recursos lingüístico-discursivos em função do efeito que pretende produzir sobre o auditório. Para a AD, os efeitos são impostos pela formação discursiva na qual o sujeito está inscrito e não pela vontade/intenção do sujeito. O que é dito e o tom com que isso é dito são inseparáveis, ou seja, são constitutivos da formação discursiva. Tendo isso em mente, podemos compreender, em Hirschman (1992), que a certeza dos progressistas quanto a sua capacidade de controlar os acontecimentos, que passa a ser algo característico de um *ethos* progressista, é parte integrante de uma formação discursiva progressista, assim como a ironia, o tom sarcástico, a atitude cética e zombeteira quanto às mudanças progressistas são, para Hirschman, componente essencial de uma posição conservadora. A formação discursiva, portanto, impõe um tom. Em segundo lugar, para Maingueneau (1997, p. 46), é preciso que a AD trabalhe com uma concepção de *ethos* “transversal à oposição entre oral e escrito”. A Retórica olhava para a oralidade, para o aspecto físico do orador, seus gestos, sua entonação. Maingueneau defende que o texto escrito também é sustentado por uma voz específica: “o *corpus* escrito não constitui uma oralidade enfraquecida” (1997, p. 46). Há uma voz que habita a enunciação do texto e que deve ser entendida como uma das dimensões da formação discursiva. Para Maingueneau, no entanto, o *tom* é um componente do universo do *ethos* enunciativo. Para o autor, o *tom* está associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O leitor/ouvinte constrói a fonte da enunciação a partir de índices textuais, atribuindo-lhe um caráter e uma “corporalidade”. O caráter é entendido como o “conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (Maingueneau, 1997, p. 47). Maingueneau frisa que não se trata de “caracterologia”, mas de “estereótipos” que circulam em uma dada cultura. A noção de corporalidade “remete a uma representação do corpo do

enunciador da formação discursiva” (Maingueneau, 1997, p. 47). Um corpo que não é presença física/material, para o qual não se pode olhar, nem tocar, mas que é “percebido/intuído” através de uma maneira de dizer. Há “caracteres” e “corporalidades” específicas dos enunciadores dos discursos. Olhar para o *ethos*, muitas vezes, pode levar a uma boa percepção dessa dissociação entre falante e lugar de enunciação.

Assim como o discurso é sempre/já polêmico, ou seja, nasce de uma relação interdiscursiva, na qual a interação semântica entre os discursos se dá pelo processo de interincompreensão regrada, o *ethos* também é inseparável de seu anti-*ethos*.

Se os elementos do *ethos* – o tom, o caráter e a corporalidade – forem integrados à discursividade, o discurso torna-se indissociável da forma pela qual “toma corpo”. Maingueneau introduz a noção de “incorporação” para dar conta da articulação entre uma formação discursiva e seu *ethos*. Segundo o autor (1997, p. 48), esta “incorporação” atua sobre três registros estreitamente articulados:

- a formação discursiva confere corporalidade à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes “dá corpo” textualmente;
- esta corporalidade possibilita aos sujeitos a “incorporação” de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
- estes dois primeiros aspectos constituem uma condição da “incorporação” imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso;

Para Maingueneau, a noção de incorporação pode ajudar a compreender melhor o funcionamento do processo de “assujeitamento”, a identificação de um sujeito com uma formação discursiva.

Para Maingueneau, a oralidade configura uma dimensão constitutiva da identidade de uma posição discursiva. Sobre a questão da eficácia do discurso, do poder que tem de promover a crença, de mobilizar o destinatário, levando-o a aderir “fisicamente” a um determinado universo de sentido, Maingueneau sustenta que o co-enunciador “não é apenas o indivíduo para quem se propõem idéias ... é também alguém que tem acesso ao dito através de uma maneira de dizer, que está enraizada em uma maneira de ser” (1997, p. 49). Paradoxo constitutivo: o enunciador deve legitimar sua maneira de dizer através de seu próprio enunciado. Para Maingueneau, o discurso não é resultado de uma associação contingente entre um “fundo” e uma “forma”, é antes um acontecimento inscrito em uma conjuntura sócio-histórica.

O *ethos* não é dissociável da situação de enunciação do discurso, que Maingueneau denomina “cenografia”, ou seja, o cenário que o discurso pressupõe para ser enunciado. A cenografia implica um *ethos* específico. Todo discurso pretende instituir a situação/o contexto que o torna pertinente. O discurso “mostra” sua cenografia e seu *ethos*, mas também diz que estes são legítimos. Na cenografia, estão associadas a figura do enunciador e a figura correlativa do co-enunciador, uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), de onde o discurso emerge “com legitimidade”. São três pólos indissociáveis. A cenografia também implica um processo circular paradoxal: ela legitima o enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la.

Para Maingueneau, o discurso não deve ser pensado apenas como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva. Estar num certo discurso não é somente adotar esse e não aquele enunciado; é adotar um certo tom de voz, um comportamento, um *ethos*. No segundo momento de nossa análise, dedicamo-nos ao estudo do plano discursivo do *ethos*, destacando a constituição de uma identidade para o “eu”.

Fomos buscar no *tom*, ligado à relação do enunciador com a figura de seus adversários políticos, o retrato caracterológico do fiador, da subjetividade enunciativa da qual procede a enunciação. A segunda parte do nosso trabalho não deixa de estar associada à primeira. Pelas nossas observações iniciais, acreditamos que a relação do enunciador com diversas fontes de saber ajuda a compor o *ethos* do fiador, a instância subjetiva que dá autoridade ao que é dito. Os enunciados, que desqualificam as vozes críticas, poderiam ser proferidos por meio do *ethos* do representante político intelectual. Com a análise do discurso eleitoral “do preparo”, “adiantamos” o processo discursivo de constituição desse estatuto do enunciador; em seguida, caracterizamos a sua “personalidade”. A análise dos planos discursivos estatuto do enunciador e cenografia, na primeira etapa, leva-nos à compreensão da construção da autoridade enunciativa, que atesta a legitimidade do que é dito. Num segundo momento, destacamos indícios textuais, de diversas ordens, atribuídos a esse caráter do enunciador, cuja constituição investigamos na seção anterior.

¹ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.” (Foucault, 1987, p. 43)

² A heterogeneidade se funda na esteira das teorias lacaniana e bakhtiniana. De Lacan, destaca-se a concepção de uma *fala fundamentalmente heterogênea* (o discurso atravessado pelo inconsciente). *Há a predominância do significado em relação ao significante: sempre sob as palavras, outras palavras são ditas* (um sentido que escapa ao controle, mas que surge como efeito de sentido do significante enunciado). Articula-se a essa concepção a de um *sujeito descentrado*. Para Bakhtin (1981, p. 109), a enunciação é de natureza social, produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, não pode ser reduzida à simples interação entre indivíduos detentores dos conteúdos de sua consciência, autores de seus pensamentos. O conceito de *dialogismo* não se refere a uma simples troca de palavras entre interlocutores, a uma comunicação concreta, em voz alta, de pessoas face a face, mas sim a um diálogo entre atores sociais, subjetividades que se constituem na situação de interação. O *dialogismo* toma como *exterior* o centro organizador de toda a enunciação: “o centro organizador de toda a enunciação não é interior, está situado no meio social que envolve o indivíduo” (Bakhtin, 1981, p. 121). Para constituir o seu discurso, o enunciador sempre leva em conta o discurso do outro. Bakhtin coloca em cheque a unicidade do sujeito falante, que deixa de ser o centro organizador de seus conteúdos, e passa a ser marcado pela dispersão. O sujeito adquire um estatuto heterogêneo: é a partir da relação com o outro que pode se definir.

³ Em *Análise do Discurso: três épocas*, Pêcheux lança uma série de questionamentos, muitos dos quais estão presentes em nosso trabalho. Os entrecruzamentos discursivos e todas as questões que daí provêm são pertinentes na medida em que observamos que os sentidos de “competência” para a categoria representante político são construídos através de um processo de interação de sentidos outros que se entrecruzam. Em nosso trabalho, ainda nos perguntamos o que faz com que esses sentidos venham em um dado momento entrecruzar-se. Em outro momento do trabalho, a questão gira em torno do entrecruzamento do real da história com o espaço da memória, que permite uma série de deslocamentos de ordem discursiva, que afetam os sentidos, virando do avesso já-ditos e “pré-construídos”. A constatação desse processo abre espaço para o sujeito e toda a complexidade de questões que o acompanham.

⁴ Também consideramos que o *apagamento* de sentidos outros, que poderiam irromper, pode ser pensado como um mecanismo de inserção de um discurso no outro.

⁵ O sujeito do discurso estabelece uma relação especular, como sugeriu Althusser (1998), com a forma-sujeito (o Sujeito) de uma dada formação discursiva, na qual o sujeito está inscrito e, portanto, submetido. A Formação Discursiva, tal como é concebida na AD-3, configura um espaço heterogêneo, no qual outras FDs (o interdiscurso) penetram, estabelecendo tanto relações de conflito (simulacro) quanto de aliança. A FD, ao ser definida como uma manifestação discursiva de uma dada formação ideológica (FI), regula o que o sujeito pode e deve dizer e o que não pode e não deve ser dito. Os sujeitos ao ocuparem uma posição em uma formação social (um lugar social) estão submetidos automaticamente a uma FI, que se manifesta no discurso através de uma FD.

⁶ As noções de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo são necessárias à noção de interdiscurso em Maingueneau. Entende-se por “universo discursivo” o conjunto de FDs de todos os tipos que interagem em uma conjuntura. O “campo discursivo” é definido como um conjunto de FDs que se encontram em concorrência. Por fim, o “espaço discursivo” delimita um subconjunto do “campo discursivo”, ligando pelo menos duas FDs que mantêm relações cruciais para a compreensão dos discursos considerados (ver Maingueneau, 1997, p. 116-7).

⁷ JAMESON, F. Esquerda precisa renovar discurso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 maio 2000. Brasil, p. 8.

⁸ Ver ROUANET, S. P. O castelo encantado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2001. Mais!, p. 16-7

⁹ Sobre esse episódio, o presidente conta a Roberto Pompeu de Toledo: “Alguém achou que eu havia mudado de posição e que deveria ser criticado por isso, e então inventou essa frase [Esqueçam o que escrevi.]. Quem? Não sei. Foi na *Folha*. O Frias gostou da frase – ele me disse que gostou. Ele disse que achava fantástico alguém dizer isso. Pode até ser, só que eu não disse, nem penso assim. Isso derivou de um encontro em São Paulo, num restaurante, quando eu era ministro do Exterior. Havia vários empresários. Lembro-me de que estavam lá o Setúbal, o Celso Lafer, o Bardella. O Celso Lafer fez uma pergunta e eu disse: ‘Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim’. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte e contra mim

... mediática, exatamente. Quando uma frase dessas cola, não adianta. Desminto e não adianta. Os adversários vão usar porque acham que a frase me desmoraliza. Outros acham formidável eu ter mudado de opinião, e também vão usar. Também não ligo muito para isso, não” (Toledo, 1998, p. 172). Em 2000, porém, em entrevista à revista francesa L’Express, reconheceu: “Mudei porque o mundo mudou. Um intelectual que não muda apesar das mudanças do mundo é um intelectual ruim e é um desastre em política”. Em 07 de novembro de 2000, em seu discurso na cerimônia de outorga da medalha da Ordem do Mérito Cultural, o presidente referiu-se a frase do sociólogo Gilberto Freire (“Se depender de mim, nunca ficarei plenamente maduro, nem das idéias, nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental.”) dizendo: “Quem escreveu isso sintetiza o que é o espírito do verdadeiro intelectual. E, portanto, aqui e ali, quando exagera, quando erra, quando muda de opinião, não faz mais do que ser um verdadeiro intelectual”. São exemplos do discurso dominante sobre progresso, a crença de que mudar é sempre para melhor. Afinal, mudar opõe-se a parar, significa estar em dia com a História e, como *verdadeiro intelectual*, o presidente dispõe de capacidade para compreender as mudanças históricas e absorvê-las: “Porque a história, queiramos ou não, não sei se ela é uma roda, mas ela atropela. E ela não vai parar, e o Brasil vai estar muito afinado com a história, e este governo fará tudo que puder para estar ao lado da história, se não puder estar à sua frente”.

¹⁰ “O governo segue o seu rumo, e eu, o meu”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 1999. Dinheiro, p. 2.

¹¹ Um mito contemporâneo entre aspas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 mar. 2002. Mais!, p. 16.

AS ELEIÇÕES

CAPÍTULO 2

O estatuto do enunciador e a dêixis enunciativa

Sobre a representação política

Nossa primeira seção, numa apresentação arbitrária dos planos do discurso contemplados em nossa análise, inicia-se com o estatuto que deve conferir-se o enunciador. Quando formulamos a hipótese de que, no discurso tucano, o enunciador apresenta-se como membro de uma classe política muito particular, a dos representantes políticos intelectuais, não imaginávamos que a compreensão desse estatuto implicaria uma análise que concedesse ao fenômeno da representação política um lugar de destaque em nossa pesquisa.

O trabalho de Barreira (1998) sugeriu-nos, como coordenada inicial, definir as campanhas eleitorais como o *campo discursivo* (ver Maingueneau, 1997) no qual dar-se-ia nossa empreitada. Uma análise das campanhas eleitorais, na visão de Barreira, permitiria identificar quais são *os valores definidores da representação política*, explicitados por meio de discursos e imagens que ligam o porta-voz a seus eleitores. Nossa análise do estatuto do enunciador deveria, portanto, atentar para o processo efetivo de constituição dos discursos, que alçam os atores sociais Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva à condição de representantes políticos.

Tal foco de análise leva a representação política a ocupar um espaço privilegiado em nosso trabalho. Primeiramente, foi necessário que conhecêssemos o que os especialistas dizem sobre os fenômenos de transferência de responsabilidades para que, em seguida, pudéssemos compreender como uma sociedade significa, nas campanhas eleitorais, a representação política.

Para que chegássemos ao discurso do “preparo” para a função representante político, tal como *falado* pelos candidatos e pela imprensa política, era preciso que, desde o início, pudéssemos já vislumbrar de que outros discursos ele seria constituído. O caminho,

que seria por nós contornado pelas trilhas da AD, foi-nos oferecido pela Ciência Política em forma de *conceitos de representação*.

De acordo com Lamounier (*apud* Kinzo, 1980), não existe um conceito único ou unívoco de representação política. A representação pode ser entendida de diversas maneiras, que, como demonstraremos a seguir, destacam diferentes matizes do conceito de representação política. Dentre esses matizes, aquele que nos interessa discutir diz respeito a quem representa, ou seja, à figura do representante político.

Basicamente, na literatura da área, são destacados três diferentes conceitos de representação política. Baseamos nosso trabalho em Kinzo (1980), que discute a representação política e o sistema eleitoral no Brasil, e na obra clássica de Pitkin (1972). Assim como Kinzo (1980), optamos por focalizar o problema da representação política de três modos: o primeiro remete à visão de representação encontrada em Hobbes, que deu origem a uma concepção centrada na idéia de autoridade; o segundo, à idéia de representação como reflexo de alguma coisa ou alguém; o terceiro centraliza a discussão na própria atividade de representar.

Representação e autoridade

Segundo Hobbes (*apud* Pitkin, 1972), o representante é visto como alguém que tem autorização para agir livremente. O representante tem, portanto, autoridade para agir em nome de outros. Essa, segundo Pitkin, é uma das formas de entender a representação: uma relação formal de troca (dar e receber autorização para agir). Uma das características básicas dessa vertente é que o representante configura alguém que foi autorizado a agir: a ele foi concedido o direito de agir que, anteriormente, ele não possuía. Os representados tornam-se responsáveis pelas conseqüências das ações de seus representantes. A noção de representação em Hobbes gira, portanto, em torno da idéia de autoridade.

De acordo com Bobbio et al. (1999, p.95), a filosofia política de Hobbes pode ser interpretada como uma filosofia autoritária da ordem:

Mas é uma filosofia autoritária singular e de certo modo anômala, porque toma a iniciativa da igualdade entre os homens e deduz a necessidade de obediência incondicional ao soberano através de um processo rigorosamente racional. Geralmente, as doutrinas autoritárias, ao contrário, pelo menos as modernas, são doutrinas anti-racionalistas e antiigualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de

funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens. (Bobbio et al., 1999, p. 95-6)

Para os teóricos da democracia representativa, partindo da idéia de autoridade, o critério crucial que autoriza alguém a agir em nome de outros são as eleições. As eleições são vistas como uma concessão de autoridade aos eleitos. O que nos interessa analisar, dentro dessa perspectiva de representação, é *quem* (uma instância subjetiva) foi autorizado a agir, ou seja, *quem* venceu as eleições.

Representação e atividade

Poderíamos usar essa citação de James Wilson (*apud* Pitkin, 1972, p.112) para sintetizar o conceito de representação como atividade: “a representação é uma atividade definida por determinadas normas de comportamento ou certas coisas que se espera que o representante faça”.

Na opinião de Kinzo (1980), focalizar o conceito de representação como atividade leva, inevitavelmente, ao questionamento do papel do representante e dos interesses, desejos que orientam a sua atividade. Tais questões estão intimamente relacionadas ao conceito de representação como autoridade ao destacar a controvérsia mandato livre vs. mandato imperativo:

 Ou o representante deve votar como seus constituintes votariam se consultados, ou ele deve votar no sentido oposto. No último caso, ele não é um representante, mas meramente um oligarca; pois é certamente ridículo dizer que um homem representa Bethnal Green se ele regularmente diz “SIM” quando o povo de Bethnal Green diria “Não”. (H. Belloc, *apud* Kinzo, 1980, p. 30)

 A essência da representação é que as pessoas desvinculam-se de seu poder, e o concedem, por um período limitado, ao deputado por elas escolhido, e que esse deputado deve desempenhar no governo aquele papel que, se não fosse esta transferência, seria desempenhado pelas próprias pessoas. Não há representação se os constituintes retêm o controle a ponto de agirem por si mesmos. Eles podem comunicar-se com seu delegado, mas ele é que deve agir – não eles; ele deve agir por eles – não eles por si mesmos. (Lord Brougham, *apud* Kinzo, 1980, p. 30)

Por um lado, defende-se o mandato imperativo - o representante deveria votar como seus eleitores votariam. Não há representação se o representante não fizer o que seus eleitores querem. Por outro lado, defende-se a independência do representante. Não há representação se o representante não pode decidir com base em seu próprio julgamento. O representante, nessa visão, é um homem livre para agir segundo sua sabedoria, com independência e não sob pressão do eleitorado. O representante deve agir pelo bem comum da nação e não em função de determinados segmentos da sociedade:

Se governar fosse tão somente, em cada setor, uma questão de vontade, não há dúvida de que a vossa deveria ser superior. Mas governar e fazer leis são questões de raciocínio e de julgamento; e que espécie de razão seria aquela na qual a decisão precede a discussão; aquela na qual um grupo de pessoas delibera e um outro decide...? Expressar uma opinião é o direito de todo homem; a dos eleitores é uma opinião que pesa e que deve ser respeitada, que um representante deve estar sempre pronto a ouvir; e que deverá sempre ponderar com grande atenção. Mas instruções imperativas; mandatos aos quais o membro deva expressa e cegamente obedecer, para os quais deve votar e em favor dos quais deve discutir...; essas são coisas totalmente desconhecidas pelas leis desta terra, e que derivam de um fundamental erro sobre a inteira ordem e o teor da nossa constituição. O Parlamento não é um congresso de embaixadores de interesses opostos e hostis; interesses estes que cada um deva tutelar, como agente e advogado, contra outros agentes e advogados; o Parlamento é, ao contrário, uma assembléia deliberante de uma nação, com um único interesse, o de todos; onde não deveriam influir fins e preconceitos locais, mas o bem comum... (Edmund Burke, *apud* Kinzo, 1980, p. 31)

Para Kinzo (1980), o conceito de representação política como atividade guarda em si um paradoxo:

É verdade que um homem não é um representante se ele habitualmente faz o oposto do que fariam seus constituintes. Mas é também verdade que um homem não é um representante se ele próprio nada faz, se seus constituintes agem diretamente ... Ser representante significa fazer-se presente em algum sentido, quando não está de fato presente literal e totalmente. Este requerimento paradoxal imposto pelo significado do conceito é precisamente o que está refletido nos dois lados da controvérsia mandato-independência. (Kinzo, 1980, p. 43)

Ao colocar em destaque *como* o representante deve agir, esse conceito de representação automaticamente também nos diz muito sobre *aquele* (uma instância subjetiva) que deve agir. Em *Reflections on the Revolution in France*, de Edmund Burke, a representação política é pensada como resposta às perguntas: o que deve fazer um

representante e como deve ele agir? Para Burke, o representante deve agir com independência. Os desejos do povo são baseados em opiniões, as quais, segundo ele, são freqüentemente equivocadas. Prossegue Burke, dizendo que somente um homem inteligente, bem informado, racional, estudando e discutindo a fundo cada questão é capaz de detectar as necessidades reais de um grupo, de uma localidade e da nação. Os representantes devem, portanto, ser homens de sabedoria e virtude: somente uma elite seleta descobrirá os interesses objetivos e verdadeiros. A representação não tem nada a ver com mandato imperativo, com consulta às bases eleitorais. A teoria de Burke identifica a representação política como atividade com um governo da sabedoria e da razão, com uma elite seleta que pensa pelo povo e conduz os destinos da nação (ver Kinzo, 1980).

Representação e identidade

E, por fim, chegamos a um terceiro conceito de representação política que, acreditamos, sintetiza a autoridade do representante e sua atividade como representante. Trata-se de um conceito de representação política de caráter especular. Numa referência ao significado etimológico da própria palavra, falar em representação significa pensar na construção de uma identificação entre representantes e representados. Ou seja, se o sentido de representar é tornar presente alguma coisa que está ausente, representar significa espelhar de algum modo o ausente. Nesse sentido, o representante político estaria autorizado a agir se mantivesse uma relação de identidade com seus representados. Dentro dessa perspectiva, Pitkin (1972) discute duas possibilidades: a representação descritiva e a representação simbólica. A primeira supõe uma relação de semelhança entre representantes e representados. Trata-se de refletir com exatidão aquele que está sendo representado. A representação simbólica, de forma oposta, consistiria em refletir abstrata e/ou arbitrariamente aquele que se quer fazer presente. Uma visão simbólica da representação lida com a construção, a criação de representações ou símbolos. O representante político, assim como o símbolo, será visto como tendo apenas relações arbitrárias ou convencionais com aqueles que representa. A representação como identidade pode ser entendida como um consenso de características entre partes politicamente desiguais, a dos que representam e a dos que são representados. Um estudo de De Grazia (*apud* Pitkin, 1972) aponta que, nos regimes democráticos, os representantes são selecionados por pertencerem a uma classe

superior e não rejeitados por conta disso. Assim, a representação política exigiria *diferenças especiais* ao invés de *semelhanças (identidade)*.

Quanto a *como* age o representante político, imperativa ou independentemente, isto estaria diretamente associado a sua relação de identidade com aqueles que representa. O mandato livre pressupõe um representante que estabeleça uma relação não especular com seus representados. Ele está autorizado a agir independentemente em função de atributos que o diferenciem de seus representados. Contrariamente, o mandato imperativo centra-se na figura de um representante político que mantenha uma relação especular com aqueles que representa. Por estabelecer uma relação de identidade com os representados, o representante está automaticamente autorizado a agir em seu nome.

Kinzo (1980) procura demonstrar que a representação é um pouco de cada uma dessas três visões que foram brevemente expostas. É correto, para a autora, dizer que representar é, sempre, de algum modo, refletir os representados:

Pois é certo que representação implica autoridade, ou seja, implica uma autorização dos representados no sentido de dar consentimento para que uma pessoa represente outras. Qualquer que seja a ligação entre representante e representado, a condição de representante está sustentada por um consentimento dos representados, consentimento este que lhe dá autoridade para pensar, agir ou falar em nome dos outros. Portanto, algum tipo de relação de autoridade legitimada está contido na idéia de representação. (Kinzo, 1980, p. 43)

Kinzo (1980), assim como Pitkin (1972), admite que o próprio conceito de representação carrega em si uma ambigüidade, ou seja, há diferentes concepções de representação política.

Representação e representatividade

Acreditamos que o que faça com que esses diferentes conceitos de representação política possam interagir chama-se representatividade. Os conceitos de representação política, aqui examinados, implicam um sentido para a representatividade dos representantes políticos. De acordo com Pitkin (1972), representar significa ser representativo no sentido de ser dotado das características de um legítimo representante. Assim, o representante político deve possuir características típicas de representante, ou seja, representatividade. As características são destacadas em função de um conceito de

representação política que deve responder a seguinte questão: como deve ser o representante político? É, sobretudo, em função da representatividade que a representação política deve ser pensada. Sem dúvida, como esboçado anteriormente, é em relação ao conceito de representação política como identidade, fracionado em representatividade descritiva ou representatividade simbólica, ou seja, em semelhança ou em diferença, que são constituídos os conceitos de representação como autoridade e atividade.

Assim, o conceito de representação, explorado pelas campanhas eleitorais, será o de representação política como identidade. Na seqüência, melhor explicitaremos a relação da representação política com as campanhas eleitorais, tal como pensada por Barreira (1998).

As campanhas eleitorais como espaço para a construção da representação política

Barreira (1998) apresenta a temática da representação política valendo-se da metáfora do teatro, insistindo na construção, na caracterização de “personagens-candidatos”. As campanhas eleitorais constituiriam o espaço para a construção desses personagens-candidatos, para a elaboração da representação política:

uma campanha política pode ser percebida como um ritual de construção da representação envolvendo a apresentação de princípios e personagens capazes de encarnar os ideais políticos de uma comunicação entre o campo social e o campo político. (Barreira, 1998, p.39)

As campanhas, observa Barreira, revelam como uma sociedade valoriza o fenômeno da transferência de responsabilidades, ou seja, como uma sociedade significa a representação política. A representação política, percebe Barreira, caracteriza-se por uma demanda constante de significação. Segundo a autora, ao entrarem em cena *novos personagens políticos*, questionamentos em relação ao tema surgem: *um operário reúne requisitos suficientes para ocupar a presidência de um país como o Brasil?* Tal questionamento, no campo discursivo das campanhas eleitorais, confirma a representatividade como provedora de significação para a representação política.

Para chegar às significações de representação disponíveis, assim como Barreira, nossa análise busca, no discurso dos candidatos à Presidência da República e na imprensa política, respostas para a seguinte pergunta: *de que maneira alguém se diz ou se faz porta-*

voz de interesses coletivos? Para respondermos a essa pergunta, estaremos lidando com os conceitos de representação política sob uma perspectiva discursiva.

Os ritos de uma campanha eleitoral configuram, segundo Barreira, “ritos de um enfrentamento”, de uma disputa pela legitimidade da representação. Como podemos adiantar, é mais do que uma disputa entre candidatos, projetos, programas de governo, trata-se de uma disputa entre representatividades.

Carl Schmitt (*apud* Miguel, 2000, p.58) concebe a política como “o terreno em que predomina a distinção entre amigo e inimigo”. Nessa perspectiva, podemos tratar as campanhas eleitorais de 1994 e de 1998 como espaço discursivo em que pelo menos duas formações discursivas mantêm relações cruciais. Trata-se de compreender o funcionamento da polêmica, inerente ao domínio da política, por intermédio das relações interdiscursivas. O funcionamento de uma polêmica pode ser entendido como um embate entre subjetividades, em que os interlocutores articulam representações do outro e de si mesmos (ver Brandão, 1997). A fixação da fronteira que separa *eu* e *outros*, a construção da representatividade (da identidade política) de um candidato como figura legítima, capaz de cumprir a tarefa que lhe será confiada, provém da relação polêmica com o outro, seu adversário. De acordo com Brandão (1997), a identidade política do sujeito se definiria na equação: *eu sou na interação com o outro*.

Tanto na campanha eleitoral de 1994 – talvez nessa mais fortemente – como na campanha de 1998, os discursos polemizaram com o tema da identidade. A análise que apresentaremos das campanhas eleitorais focaliza, sobretudo, os *interessantes* desdobramentos discursivos que resultam da interação conflitante de formações discursivas que tratam da representação política como identidade. Em uma campanha, os candidatos disputam a representatividade, lutam para encarnar a figura do *representante político legítimo* mediante a demonstração da posse de certos *atributos* que os aproximem dessa condição. Ao orientarmos a análise para a investigação desses *atributos*, verificamos que a *biografia* dos candidatos, a maneira como eles se dão a conhecer perante o eleitor, são provedoras de *valores* de identificação, constituídos num processo de interação semântica polêmico. Verificar, assim, os ritos de apresentação dos candidatos, a construção discursiva de suas biografias, é fundamental para a apreensão dos sentidos de identidade, associados ao conceito de representação, que circulam em nossa sociedade e que orientam nossas escolhas políticas. Empregando uma terminologia própria da Ciência Política, nas

campanhas eleitorais analisadas, tem-se a disputa entre uma *representação descritiva* e uma *representação simbólica*.

É necessário destacar que, na política, não é, necessariamente, a identificação da ordem do real (descritiva) que conta efetivamente e que preocupa os adversários. A preocupação é, de fato, com a construção de uma identificação eficaz, que angarie adesões. Nesse sentido, a identificação passa a ser da ordem do discurso, sustentada por significações do político instituídas/sedimentadas no imaginário coletivo/numa memória. O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que, em um discurso, legitima-se como representante político pela sua identificação com grande parcela do eleitorado brasileiro (identificação descritiva), em outro discurso, é deslegitimado por conta dessa identificação (com os “excluídos”), pela sua “biografia das faltas”, que o leva a ser mostrado como alguém não credenciado para ocupar a Presidência.

A análise do espaço discursivo das campanhas políticas de 1994 e 1998 evidencia que *as diferenças* e *as semelhanças* entre representantes e representados são avaliadas negativa e/ou positivamente pelas formações discursivas em confronto ao sabor da significação de *identidade* que defendem. Se, de um lado, a representação exige *diferenças* entre representantes e representados e não *semelhanças*, a *distância* entre representantes e representados é significada pelo *saber formal*. Se, de outro lado, a representação exige *semelhanças* entre representantes e representados, o *saber experimental* atua como fator de *aproximação*. O *saber* é, portanto, qualidade da figura do representante político. No processo de construção de uma identidade entre representantes e representados, para encarnar a figura do representante político legítimo, o candidato precisa mostrar-se *preparado para gerir o país*. Não há como não encarnar tal papel, e se legitimar nele, sem realizar a mediação com os ausentes do campo político. Como? Mostrando-se *conhecedor*.

A construção da representação não acontece sem a presença de figuras que se apresentam como dotadas de capacidade de se tornarem porta-vozes de interesses coletivos. Assim, nas eleições de 1994 e de 1998, os vínculos firmados entre representantes e representados viabilizam a relação polêmica entre discursos que significam o “representante político” e a “competência” pelo viés da representação especular *stricto sensu*, que denominamos, para fins analíticos, de *representação popular*, e pelo viés da representação simbólica, que caracterizamos como *representação elitista*, que supõe a diferença entre representantes e representados. A seguir, abordaremos, no espaço discursivo

das campanhas eleitorais, o dilema relativo à escolha do representante político pela via da *identificação pelo saber* ou da *diferenciação pelo saber*.

Análise das campanhas eleitorais

Apenas retomando o que expusemos anteriormente, uma campanha eleitoral se configura como um espaço de embate/de polêmica em torno de sentidos para *identidade*, critério básico para a representação política, e *competência*, também exigência básica para quem se aventura a representar. O trabalho de análise e compreensão das campanhas eleitorais, ao destacar as relações interdiscursivas (entre formações discursivas oponentes), mostra-nos que a *identidade* constitui uma face da *competência* na medida em que *os sentidos de identidade* associam-se a *formas distintas de saber*. O saber experimental pressupõe uma identificação “descritiva” (pela semelhança). O saber formal, a identificação “simbólica” (pela diferença). Assim, poderíamos supor que identidade e competência integram, nesse cenário eleitoral, o conjunto dos temas impostos ao discurso político eleitoral (do “preparo”). Lembrando que nossa preocupação é com o tratamento semântico dos temas, destacamos como eles são construídos de maneiras divergentes em função de suas formações discursivas (FDs) respectivas: FDP (representação popular) e FDE (representação elitista). Privilegiar o plano discursivo “tema”, na análise do plano discursivo “estatuto do enunciador”, implica, inevitavelmente, em mostrar como a montagem desse discurso (do “preparo”) não é homogênea, ou, em outras palavras, como num “mesmo discurso” há mais de um discurso (heterogeneidade do discurso). Talvez, nosso diálogo com a Ciência Política ilustre o quanto há de discurso sociológico no discurso político eleitoral (do “preparo”) e, sobretudo, o quanto há de discurso conservador dentro do discurso progressista.

Rememorando o panorama político eleitoral de 1994

Nas eleições presidenciais de 1994, a segunda eleição direta desde a volta dos civis ao poder em 1985, a cena eleitoral foi polarizada por dois atores políticos. O candidato da coligação “União, Trabalho e Progresso”, que reuniu as forças políticas e econômicas de centro-direita (PSDB, PFL e PTB), era Fernando Henrique Cardoso, o grande intelectual, senador da República e ex-Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco.¹

Representando a “Frente Brasil Popular pela Cidadania”, coligação de partidos de esquerda (PSB, PCdoB, PCB, PPS, PSTU e PV), capitaneada pelo PT, estava o grande líder de massas, o ex-deputado federal e candidato à presidência derrotado nas eleições de 1989, Luiz Inácio Lula da Silva.

O cenário eleitoral de 94 começou a ser desenhado após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em 1992. Com a posse de Itamar Franco, o senador Fernando Henrique Cardoso foi convidado a assumir o Ministério das Relações Exteriores e, em maio de 1993, o da Fazenda. Como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso coordenou a elaboração e implantação de um plano econômico de estabilização da moeda brasileira, o Plano Real. Vale lembrar que, antes de Fernando Henrique, outros três Ministros da Fazenda tentaram, sem sucesso, nos oito primeiros meses do governo de Itamar Franco, vencer o *monstro* da inflação e estabilizar a moeda. Com a introdução da nova moeda, o Real, o país viu-se livre de uma inflação que, nos 12 meses anteriores a julho de 1994, mês da implantação do plano, chegou a cerca de 5.000%. A mídia transmitia seu posicionamento político ao enfatizar que o brasileiro recobrava o seu poder de compra. Houve aumentos significativos no consumo de cimento, por exemplo, no consumo de gêneros alimentícios como carne, refrigerantes e iogurtes, evidenciando que o brasileiro passou a comer melhor. Pessoas simples faziam fila para comprar pelo crediário eletrodomésticos como TV em cores, geladeira, máquina de lavar roupa. O clima era de euforia com a expansão do consumo e do crédito, provocados pela moeda estável (talvez isso se devesse à sobrevalorização da moeda). Os telejornais, em especial o Jornal Nacional, da TV Globo, exibiam reportagens em que se enfatizavam os efeitos positivos do plano, dentre eles, a diminuição do preço da cesta básica. É importante salientar que, nas eleições de 1994, o país vivia a primeira etapa da aplicação de um projeto de estabilização e ajuste da economia inspirado no ideário neoliberal (“Consenso de Washington”). De acordo com Alcoforado (*apud* Marques, 2001, p.87):

O Consenso de Washington [“expressão adotada em 1990 pelo economista inglês John Williamson, que contempla um conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e pelo Banco Mundial para estabilizarem as economias dos países periféricos a fim de adaptá-los à nova ordem mundial: a globalização”] prevê três passos a serem dados na seguinte ordem: 1. Estabilização da economia (combate à inflação); 2. Realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial) e 3. Retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento.

Até junho de 1994, Lula, o candidato da Frente Brasil Popular pela Cidadania, liderava nas pesquisas com uma margem de votos suficientes para vencer no primeiro turno. O principal fator de reversão desse cenário eleitoral foi a introdução do Plano Real em julho de 1994. A candidatura oposicionista não aderiu ao plano por discordar da concepção neoliberal que o inspirou e se equivocou na avaliação de seus resultados imediatos. A oposição dizia que o Plano Real só duraria até o dia das eleições, tal como ocorrera com o Plano Cruzado (ver Miguel, 2000).

De acordo com Petras & Veltmeyer (2001, p.56):

um dos maiores erros cometidos por Lula e pelo PT, em 1994, no contexto da disputa eleitoral com Fernando Henrique Cardoso, então ministro das finanças e candidato presidencial da burguesia, foi subestimar grosseiramente o impacto social e político da hiperinflação e o plano de Cardoso para estabilizar o valor do Real ... foi um erro enorme tratar a inflação como um programa surgido da direita, subestimando as reais preocupações da população amplamente sujeita à inflação desmedida em seus salários. Os trabalhadores pobres e os que trabalhavam no nascente setor informal eram particularmente afetados pela inflação. Ignorar o impacto da inflação sobre amplos setores da população, inclusive trabalhadores, custou ao PT as eleições de 1994.

Economistas do PT previram o colapso do plano e a volta da inflação no curto prazo. As previsões catastróficas não se cumpriram e a população, especialmente os setores mais pobres, atribuía enorme importância à estabilidade e à sua manutenção. A campanha de Lula, ao relegar a estabilidade a um segundo plano, insistia para que a população, que sentia na mesa, sobretudo, os efeitos positivos do plano, *caísse na real* e percebesse o congelamento de salários provocado pelas medidas do Plano Real e as perdas salariais com a conversão para URV (Unidade Real de Valor). O Plano Real havia sido apresentado à nação como uma solução ao problema inflacionário sem custos econômicos e sociais. “Todos ganham com o real” é a frase mais utilizada pelo candidato Fernando Henrique. Para Fernando Henrique, Lula “não diz verdades sobre o plano econômico” e “corre o risco de ver o seu nariz crescer” (alusão ao boneco Pinóquio). Para o candidato da situação, as críticas dos adversários são “equivocos desmentidos pelos fatos”:

Outro equívoco, desmentido pelos fatos é a idéia de que a estabilização se faria às custas do “arrocho salarial”. Na realidade, em vez de arrocho, o que se vê desde a implantação do Real é uma expressiva recuperação do salário médio, da massa salarial e do consumo das camadas mais pobres. Falando em bom português: o povo está comendo mais. Está se vestindo melhor. Está

conseguindo realizar os pequenos projetos de consumo que antes eram impossíveis, devido à corrosão dos salários pelo imposto inflacionário. (Discurso de despedida do Senado Federal. Brasília, DF, 14 dez. 1994)

Em resposta, Lula diz que “a história vai se encarregar de mostrar quem é o Pinóquio”.

Lula acusava Fernando Henrique de ter praticado “estelionato eleitoral” mediante o lançamento do Real, “um plano eleitoreiro” para conquistar votos sem medir as conseqüências “nefastas” no longo prazo. Fernando Henrique responde:

Em primeiro lugar o Brasil merece mais respeito. O Real é consistente e vai derrubar a inflação ... Como pode ser estelionato um plano que derruba a inflação e a ciranda financeira? *Temo que Lula esteja querendo eleger-se em cima da miséria, da fome e da inflação* [grifos nossos]. (FHC promete guerra à burocracia estatal e revolução no ensino. Revista Mundo, n. 2, ago. 1994. p.6-7)

Em um dos programas de televisão do horário eleitoral gratuito, Fernando Henrique responde:

Olha, se o plano tivesse sido eleitoreiro, tinha sido feito antes. Não foi feito antes porque não deixaram. Eu não tenho culpa, ao contrário. E o plano tá bem feito. Com eleição ou sem eleição, o Brasil precisava de um plano para combater a inflação – ou vamos esperar primeiro a eleição e o povo vai perder cada vez mais? Nós tínhamos que agir. Eu agi desde o início, o presidente apoiou sempre ... Se virou agora próximo das eleições um plano bom, só foi próximo das eleições porque não nos deixaram fazer antes. Por mim eu teria feito muito antes. (*apud* Miguel, 2000, p.197)

O comportamento da oposição frente ao plano deu margens ao discurso de que Lula era “o candidato da inflação”. Se o plano é tão bom para o país por que torcer contra? Ser contra o Plano Real era ser contra o país:

Que é que houve, Maria,
de que lado eles estão, afinal?
Uma hora dizem que gostam do plano,
Outra hora atacam nosso real.
Essa gente não merece confiança,
amigos da onça, amigos da inflação.
Eles torcem pela carestia
e que se dane a nossa nação.²

Meus adversários querem derrubar minha candidatura de qualquer jeito – nem que isso custe o Real. Nem que isso custe o futuro ... Quem ama o Brasil não comemora a inflação ... Não é hora de pensar em si. É hora de cada candidato lembrar que é cidadão. É hora de pensar no povo e no Brasil.

O reconhecimento do valor social da estabilidade foi tardio e veio sob a forma do slogan: “Moeda forte sim; salário fraco não”, que reconhecia a *eficiência* do governo em ter assegurado a estabilidade. Miguel (2000, p.115) destaca que “o amplo apoio popular às medidas econômicas, que efetivamente promoveram, tão logo entrou em circulação a nova moeda, uma queda drástica da taxa de inflação, colocou os candidatos de oposição numa posição inequívoca, tendo que, ao mesmo tempo, denunciar o plano e garantir que iriam ‘salvá-lo’”.

O ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, “pai do real”, elege-se em 03 de outubro com 34.365.668 votos. Foi o primeiro presidente escolhido com maioria absoluta em um único turno desde a década de 40.

Rememorando o panorama político eleitoral de 1998: a eleição da reeleição

A eleição de 1998 diferenciava-se das anteriores por ser a eleição da reeleição.³ Pela primeira vez, representantes do Executivo poderiam se candidatar ao cargo que ocupavam e permanecer no poder por mais quatro anos. Pela primeira vez, disputava a eleição um presidente-candidato. A disputa, a exemplo do que ocorreu nas eleições de 1994, foi circunscrita a duas frentes políticas: a aliança governista “União, Progresso e Trabalho” (PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB), representada pela candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso, e a coligação oposicionista “União do Povo Muda Brasil” (PT, PDT, PC do B, e PSB), representada pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Encontramos em Marques (2001, p. 81) uma descrição paradoxalmente *sucinta e abrangente* do cenário eleitoral em 1998:

O processo eleitoral ocorreu à luz de fatos marcantes, como a seca do nordeste, as denúncias sobre a falsificação de remédios, a queimada de Roraima, a falência de empresas, a venda do patrimônio público. Tivemos também o agravamento, no cenário internacional, de sucessivas crises financeiras na Ásia e depois na Rússia e suas repercussões sobre a América Latina; o decréscimo das taxas de crescimento da economia interna e o agigantamento da dívida pública; a deterioração do quadro nacional interno, com o crescimento das taxas de

desemprego; mecanização dos postos de trabalho e a conseqüente instabilidade do emprego e a perda de remuneração para boa parte dos assalariados.

O cenário de crise, de incertezas em relação ao futuro da estabilidade conquistada, contribuiu para que a reeleição do presidente Fernando Henrique fosse oferecida aos eleitores como uma *necessidade*. Era necessário superar a crise, determinada pelo processo de globalização – os estilhaços das crises internacionais (Ásia e Rússia) chegavam aqui – e continuar mantendo a estabilidade da economia.⁴ *Cheirava a óbvio* que o candidato que derrubou o *dragão* da inflação, era, indiscutivelmente, o mais *preparado* para enfrentar o *fantasma* da crise e evitar o *caos*.⁵ A eleição para Presidente assumiu um caráter de referendium: o candidato-presidente pedia ao eleitor que decidisse pela continuidade do Real, da estabilidade da moeda, ou seja, pela superação da crise, ou pela inflação. Como efeito de sentido, Lula seria novamente o *candidato da inflação*, dessa vez, por não reunir credenciais para superar a crise econômica global. Faltava ao candidato *preparo* (sinônimo de experiência administrativa).

Assim como nas eleições de 94, a candidatura oposicionista procura mostrar à população os imensos custos sociais, econômicos e políticos do plano de estabilização da economia brasileira: *o preço da estabilização é a destruição dos serviços públicos e a venda das empresas públicas comprometendo a qualidade dos serviços essenciais, enquanto cresce a dívida externa*.

A candidatura governista caracteriza a crise como um efeito da globalização, de uma conjuntura histórica, ou seja, como algo *inevitável*, que provocou turbulências em vários países e que também constitui uma ameaça ao Brasil; a candidatura oposicionista culpa o governo de Fernando Henrique pela crise por ter submetido o país ao modelo econômico neoliberal. Enquanto isso, a candidatura situacionista fala em *medidas necessárias para proteger o Real das ameaças decorrentes da instabilidade financeira internacional*, ou seja, em *mudanças* que assegurem a continuidade da estabilidade. A candidatura oposicionista, ao criticar *o modelo econômico adotado*, alude a um ideal de *ruptura*, de mudanças também, mas sem continuidade. Como exploraram os governistas: *FHC ou o caos*. O principal slogan da candidatura governista dizia “O Brasil não quer voltar atrás. Avança Brasil!”.

O presidente Fernando Henrique Cardoso vence novamente as eleições no primeiro turno, com 53,06% dos votos. Foi o primeiro Presidente da República reeleito na História do Brasil.

A polêmica em torno das instâncias de subjetividade: o estatuto do enunciador

O representante político e o sujeito do saber

De acordo com Maingueneau (1984), cada discurso define o estatuto que o enunciador deve conferir-se. No espaço das campanhas eleitorais, os candidatos apresentam-se como *representantes políticos*, em outras palavras, *encarnam* modelos de representação que suscitam ou não a adesão dos eleitores, os representados. As formações discursivas, representadas pelas candidaturas Lula (FDP) e Fernando Henrique Cardoso (FDE), supõem subjetividades enunciativas que se constituem pela *tensão* entre dois mundos: o mundo político e o mundo popular e o mundo político e o mundo intelectual, respectivamente. Os enunciadores falam, assim, do *lugar discursivo* representante político, que significa e explora a *tensão* entre as diferentes imagens pelas quais os enunciadores se representam na esfera do privado: *o homem do povo* e *o homem de ciência*. A construção dessas imagens (sentidos) é indicativa de duas realidades. A primeira delas evidencia a cultura da personalidade no domínio da política. Sennett (1998) fala em autenticar alguém enquanto ator social por meio de suas qualidades pessoais: Lula, o líder popular, e Fernando Henrique Cardoso, o estadista.

De acordo com Scotto (1994, p. 01), o universo político se apresenta como um “campo cruzado por relações personalizadas”, no qual os candidatos não oferecem apenas programas, mas oferecem a si mesmos como pessoas, personalidades e biografias, acionando uma identidade para apresentá-los como candidatos, que os legitime como representantes políticos.

A segunda realidade – aquela que nos interessa mais diretamente – aponta para a construção do representante político como o lugar do “saber”. Os sentidos para o sujeito, que representa politicamente, circulam pelo sujeito do saber. Mesmo afastando de nossa análise o *sujeito empírico*, o estatuto dos enunciadores é constituído com vistas à *realidade*

biográfica dos candidatos na medida em que esta permite a exploração do *saber*, o elemento constitutivo da figura do representante político.

Se assumirmos, desde já, que o discurso político funciona reivindicando o monopólio da legitimidade, destacamos a construção das biografias dos candidatos como fator de legitimação ao apresentar traços da personalidade do político como atestado de *(não) competência* para o exercício da função em disputa.

As biografias e a representação do político: a política da personalidade

“Nós percebemos que, aos olhos dos eleitores, os problemas importavam menos que a personalidade, a autoridade, a competência do candidato... As pessoas acham os problemas complicados demais. O que elas desejavam era acima de tudo um líder no qual pudessem confiar.”
(Gerard Rafshoon, conselheiro de Jimmy Carter)

Podemos brevemente apontar uma conjunção de fatores para explicar essa não dissociação, ao menos aparente, nas campanhas eleitorais, entre o falante e o lugar de enunciação. A política da personalidade, segundo Sennett (1998), iniciada no século XIX, constitui um desses fatores. No entanto, não nos interessa a realidade biográfica dos candidatos, mas a construção discursiva de suas biografias, pela mídia e pelos candidatos, ou seja, as biografias são destacadas, em nossa análise, como provedoras de sentidos para o representante político legítimo (o sujeito do saber). Deixemos bem claro que nossa preocupação é com o real investido pelo discurso.

Barreira (1998) fala em candidatos como atores de uma dramaturgia, como personagens em estado de competição, que disputam espaços de visibilidade. Portanto, há que se destacar uma maneira de se apresentar como representante político. Trata-se de buscar, na biografia dos candidatos, a construção do representante político. Apoiados pelos estudos de Barreira (1998) e Sennett (1998), assumimos que a dimensão da representatividade pública está ligada inevitavelmente a atributos de pessoa. Assim, faz parte da representação, a construção discursiva de biografias:

conferir a alguém o estatuto de representante exige ... todo um trabalho simbólico, que vai desde a organização e difusão de valores organizados em slogans, palavras de ordem e outros discursos, até a construção de biografias que apresentam o passado como atestado de competência para o exercício das funções almejadas. (Barreira, 1998, p. 28)

O trabalho de Sennett (1998) chama a atenção para o papel da personalidade na luta política. Ele diz que “o que torna uma ação boa (isto é, autêntica) é a personalidade daqueles que nela se engajam, e não a ação em si mesma” (p. 25). A questão a ser respondida é: como pode uma pessoa, pela força da personalidade, ganhar poder e se tornar um legislador legítimo? Ao deslocarmos a expressão “força da personalidade” para o domínio da AD, desestabilizamos a interpretação que essa expressão possa assumir em um domínio “psicologizante”. Trata-se de entender a “personalidade” como a identidade social do “eu”, construída no interior de um universo discursivo. A nossa proposta consiste, portanto, em substituir a força da personalidade pela força de discursos, que atuam nessa espécie de transição do espaço privado para o político, ou seja, que legitimem um operário/sindicalista e um professor/intelectual como representantes políticos. Reformulando a questão de Sennett, temos: quais são os sentidos que a biografia de um candidato pode assumir para apresentá-lo como legislador legítimo?

Ainda segundo o autor, um líder político que busca o poder obtém “credibilidade” ou “legitimidade” pelo tipo de homem que é, não pelas ações ou programas que defende (Sennett, 1998). A questão que se coloca para nós, analistas de discurso, diz respeito ao tipo de homem construído no e pelo imaginário social (e não ao sujeito empírico). Frisar que Lula é analfabeto e coisas do gênero para daí inferir que ele não tem competência (relação de sentidos), constitui *um efeito de sentido* (dentre outros sentidos possíveis) para a sua biografia. Trazer essa discussão para o âmbito do político, da representatividade política, implica em avançar em direção a uma prática política reguladora e compreendê-la. Essa “cultura da personalidade” está presente no domínio da política. Não podemos tratar dessa questão, no entanto, sem promover os deslocamentos necessários.

O que nos interessa mostrar é esta “singularização do candidato”, ou seja, sua apresentação biográfica, sobretudo pelos órgãos de imprensa, que também são provedores de sentidos de competência no discurso eleitoral. Veremos que a construção biográfica dos candidatos dialoga com os outros discursos (heterogeneidade constitutiva) para produzir sentidos.

Nossa pesquisa, em suma, quer chegar aos sentidos de representatividade, convertidos em “credibilidade”, “competência”, “legitimidade”, que circulam na prática política, sem perder de vista, isto é, não deixando de levar em consideração, na análise, além das “personalidades” em disputa, as *cenografias*, também construídas no espaço

discursivo das campanhas eleitorais, e também constitutivas dos sentidos de representante político.

Apresentamos, a seguir, um resumo dos dados biográficos dos dois candidatos principais à presidência da República em 1994 e 1998:

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 19 de junho de 1931 no Rio de Janeiro. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Em 1952, aos 21 anos, já ministrava aulas como assistente do professor Florestan Fernandes, assumindo logo depois uma vaga no Conselho Universitário, tornando-se o mais jovem membro do conselho. Na época da ditadura militar, Fernando Henrique foi para o Chile, onde continuaria trabalhando como professor. Em 1969, após 5 anos no exterior, voltou ao Brasil, anistiado pelo AI-5. Compulsoriamente aposentado pela USP, Fernando Henrique, junto com outros membros do seu partido, fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). De 1978 a 1986, disputou três eleições. Assumiu a vaga de senador suplente de Franco Montoro quando este se elegeu governador de São Paulo em 1983. Perdeu a Prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros em 1985. Em 1986, foi eleito senador por São Paulo com 6,2 milhões de votos. Fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988, liderou a bancada desse partido no Senado até outubro de 1992. Foi Ministro do governo do Presidente Itamar Franco nas pastas das Relações Exteriores, Itamaraty, de outubro de 1992 a maio de 1993, e da Fazenda, de maio de 1993 a março de 1994. Foi professor catedrático de Ciência Política, livre-docente em Sociologia, é hoje Professor Emérito da Universidade de São Paulo; foi também Diretor Associado de Estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, e professor visitante no Collège de France e na Universidade de Paris-Nanterre. Ensinou ainda em Cambridge e em outras universidades como Stanford e Berkeley. Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA), 1982-86. Membro do Institute for Advanced Study (Princeton), Doutor Honoris Causa das Universidades de Rutgers (New Jersey), Notre Dame (Indiana), Central de Caracas (Venezuela), do Porto e de Coimbra (Portugal), Livre de Berlim (Alemanha), Sofia (Japão), Lumière Lyon 2 (France), Bolonha (Itália), Cambridge e Londres (Inglaterra). Membro Honorário Estrangeiro da American Academy of Arts and Sciences. Publicou numerosos trabalhos no Brasil e no exterior, entre os quais se destacam: "Capitalismo e escravidão no Brasil meridional", "Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil", "Mudanças sociais na América latina", "Dependência e desenvolvimento na América Latina" (com Enzo Faletto), "Política e desenvolvimento em sociedades dependentes", "O modelo político brasileiro", "Autoritarismo e democratização", "São Paulo 1975: crescimento e pobreza" (et alii), "Os partidos e as eleições no Brasil" (com B. Lamounier), "Amazônia: expansão do capitalismo" (com G. Muller), "Democracia para mudar", "A democracia necessária", "Perspectivas: idéias e atuação política", "As idéias e seu lugar", "A construção da democracia".⁶

Luiz Inácio Lula da Silva (o "Lula" foi acrescentado em cartório, em 1982) nasceu em Garanhuns (PE), a 27 de outubro de 1945. Seu pai, Aristides Inácio da Silva, deixou o filho recém-nascido com a esposa, Eurídice Ferreira de Melo, em Pernambuco, para trabalhar na estiva do porto de Santos. Em 1952, Lula, sua mãe e seus irmãos viajaram 13 dias em um pau-de-arara para o litoral paulista,

para depois, em 1956, mudarem-se para a capital. Lula inicia os estudos no colégio Marcílio Dias em Vicente de Carvalho, no Garujá. “Na primeira série, iniciada com atraso, aos 10 anos de idade, registrara notas acima da média: 10 em matemática, 10 em conhecimentos gerais, 8.5 em linguagem e 10 em leitura” (Dimenstein, 1994, p. 39). Repetindo a trajetória de muitos brasileiros, Lula abandona os estudos para trabalhar. Em 1961, Lula iniciou o curso de torneiro mecânico no Senai (Serviço Nacional da Indústria), concluindo-o em 1963. Foi seu irmão José Ferreira da Silva, quem o colocou em contato com sindicalismo pela primeira vez. José era ligado ao Partido Comunista e insistia para que Lula lesse os boletins clandestinos distribuídos dentro das fábricas. Em 1967, Lula entrou pela primeira vez em um sindicato. Dois anos depois, integraria a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1970, participou como 1º secretário e responsável pela área sindical. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato. Em 1978, organizou a primeira greve ocorrida no regime militar e, no ano seguinte, foi afastado por 60 dias do sindicato, por uma intervenção do Ministério do Trabalho. Todo esse movimento de organização da classe trabalhista resultaria no Manifesto do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, em um encontro no Colégio Sion (São Paulo), que contou com a presença de mais de 2.000 simpatizantes. Em 31 de maio e 1º de junho de 1980, o PT realizou um Encontro Nacional, que aprovou seu programa e seu estatuto. Lula foi eleito presidente do partido. Em 1980, ao liderar uma nova greve de metalúrgicos, Lula foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, permanecendo 30 dias preso no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Pelo mesmo motivo, teve seu mandato de líder sindical cassado. A paralisação, que durou 41 dias e teve a participação de mais de 200 mil trabalhadores, levaria Lula à prisão. Em 1982, candidatou-se a governador de São Paulo, ficando em 4º lugar. No ano seguinte, em 27 de novembro, liderou o primeiro comício para a campanha Diretas Já, em São Paulo. Lula também foi uma das lideranças sindicais que, no início da década de 80, fundaram a CUT (Central única dos Trabalhadores). Em 1986, foi eleito deputado federal constituinte pelo PT - sua votação foi a maior do país: 650 mil votos. Em 1989, candidatou-se a presidente e foi para o segundo turno, sendo derrotado por Fernando Collor de Mello. Em 1993, lançou as “caravanas da cidadania” e no ano seguinte candidatou-se novamente à Presidência, sendo derrotado por Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno.⁷

A polêmica em torno de dois mundos: o discurso do “preparo”

Um homem do povo na política: líder popular

Frases como *trabalhador vota em trabalhador* buscam adesão pelo princípio da identificação entre representantes e representados. A biografia de Lula aciona a identificação entre carências populares e vida pessoal de um candidato (Barreira, 1998). Para Barreira (1998, p. 211):

A construção da “biografia” dos candidatos, feita por ocasião da campanha, apresenta estratégias de identificação. A “biografia de faltas” de Lula, a

“biografia pioneira” das mulheres candidatas e a “biografia de lutas” das candidaturas populares são indutoras de processos de identificação que associam a “história” do candidato com a de seus eleitores.

Falando sobre a candidatura de líderes populares, Barreira (1998) chama a atenção para o temor da diferenciação social, que opõe, de um lado, detentores e, de outro, não detentores de bens materiais, por exemplo. Os candidatos populares tentam transformar em virtude aquilo que poderia ser considerado *defeito* (por discursos que falam antes, em outro lugar, independentemente), estabelecendo critérios comparativos e de equivalência. Os candidatos populares estrategicamente contrapõem sua *experiência* (*sentir a realidade na pele*) a outras formas de *saber*, baseadas na *escolaridade*. A “experiência nas lutas”, segundo Barreira (1998), assume a dimensão de *atenuante* para enfrentar “uma sociedade hierárquica, regida por valores de prestígio, origem social e saber acadêmico” (p. 181).

Na biografia do candidato-personagem Lula, é publicizada, com destaque, a sua origem popular de forma a promover um reconhecimento, uma *identificação* com as camadas mais pobres da população. A biografia “de faltas” – de migrante nordestino que chegou em São Paulo fugindo da fome e da miséria – representa, assim, a possibilidade de identificação com os *excluídos*. De acordo com Dimenstein (1994, p. 15), “sua visão [de Lula] das elites deveria, necessariamente, expressar a visão de um excluído”.

O jornalista José Nêumane Pinto escreve em seu livro *Atrás do Palanque: bastidores da eleição de 1989* que Lula é “representante autêntico do povão brasileiro”. Assim, Lula, apresentando-se como “homem do povo”, legitima-se como representante, porta-voz legítimo das camadas populares, das quais teria saído.

A esse modelo de representante político associa-se um *saber* de caráter experimental: Lula *conhece a realidade* do país e de seu povo porque *sentiu essa realidade na pele*. Na campanha de 1982, quando disputou, pela primeira vez, um cargo majoritário, o de governador de estado, Lula foi apresentado ao eleitor como *um brasileiro igual a você*. Para a formação discursiva popular (FDP), a origem de Lula encontra adesão na proposta de *identificação* com os representados. Lula mostra-se *conhecedor* de sua realidade. Lula fala do lugar de representante político popular.

A campanha da Frente Brasil Popular pela Cidadania projeta Lula como *líder das massas*: “Todas as vezes que uma nação deseja melhorar o seu destino precisa encontrar o

líder que espanta o medo, rompe com o passado e caminha junto com o povo, lutando e construindo”.⁸

A exploração da condição social de Lula – uma vida de privações e de luta pela sobrevivência - propunha uma identificação com a história de muitos brasileiros ao mesmo tempo em que conferia ao candidato *sabedoria* (uma das regiões de sentido do discurso do preparo): *Lula conhece o Brasil porque experimentou na carne os problemas do povo brasileiro.*

Um intelectual na política: o estadista

Fomos buscar traços do discurso sobre a relação direta dos intelectuais com a política no trabalho de Norberto Bobbio (1997)

Segundo Bobbio (1997), ao nome “intelectual” procura-se associar o russo *intelligentsia*, empregado com freqüência para caracterizar os intelectuais como grupo, categoria, classe social ou partido, como denominou o PSDB, no ensaio “*extinção [uma carta ao Painel do Leitor]*”, o filósofo Paulo Eduardo Arantes.⁹

Para Bobbio (1997), de modo geral, a maior parte dos discursos, não só o discurso sobre os intelectuais, está viciada em um erro lógico: a falsa generalização. Bobbio (1997, p. 09) chama a atenção para a linguagem excessivamente polêmica do cotidiano:

a linguagem vulgar, fabricada por estereótipos que proclama que todos os políticos são corruptos, todos os médicos são incompetentes e, claro, todos os intelectuais são indistintamente arrogantes, vaidosos, crêem ser sabe-se lá quem e assim por diante, ou são, como foi dito recentemente, “lamentosos”.

Assim, para Bobbio (1997), no universo discursivo sobre os intelectuais, a tensão *insanável* entre o *homem prático* e o *homem das idéias* é significada segundo duas teses: a primeira, de que os intelectuais são arrogantes, indiferentes, vivem imersos num mundo abstrato, sem conseguir dar uma contribuição útil para a resolução dos problemas do dia-a-dia; e a segunda, de caráter niilista, de que os intelectuais e seu espírito crítico dão uma contribuição sim, mas uma contribuição corrosiva, negativa, destrutiva.

Há, segundo Bobbio (1997, p. 134), uma relação tensa entre traição e deserção no discurso sobre os intelectuais e suas relações com o poder:

trata-se de uma tarefa que se move continuamente entre a fidelidade aos valores últimos, da qual vem a acusação de traição aos que levam muito a sério a luta pela sua realização, e a exigência de mudar o mundo, da qual vem a acusação de deserção perante os que se refugiam em estéreis profissões de fé.

O intelectual, cooptado pelo poder, significa coisas diferentes. Em um discurso, poderia ser sinônimo de “traidor”; em outro, poderia ser sinônimo de “militante”, “revolucionário”, e antônimo de desertor.

Para se instalar essa problemática da tensão entre mundo intelectual e mundo político, de acordo com Bobbio (1997), são necessárias duas condições preliminares: “que os intelectuais constituam ou criem constituir, em determinado país, uma categoria à parte e que essa categoria tenha ou creia ter uma função política própria, que se distinga da função de todas as outras categorias” (p. 31). Os intelectuais na política são como luz em meio às trevas: “o sal da terra, o fermento da história, os promotores do progresso” (Bobbio, 1997, p. 111).¹⁰

Na biografia de Fernando Henrique Cardoso, é publicizada, com destaques, a sua *condição de intelectual*. A condição de intelectual, de homem de cultura, marca a diferença no cenário político, onde é recebida como força *transformadora: mudar o mundo com as idéias da própria cabeça*. Do choque de dois mundos – o intelectual e o político – advém, na resposta dos intelectuais, o contraste entre a politicagem e a política, entre os políticos profissionais/convencionais e os estadistas/revolucionários. Fernando Henrique fala do lugar de representante político intelectual, que ele mesmo define:

Para começar, eu não me resolvo. Acho que há uma tensão real entre essas duas funções. Como intelectual, você é treinado para dizer a verdade – pelo menos o que imagina ser a verdade –, para assumir como suas as descobertas. O intelectual é um vaidoso porque produz algo próprio, não é um copista dos outros ... O político é o oposto disso. O político muitas vezes não pode proclamar o que sabe. Quando ele é sem-vergonha, mente; quando não é sem-vergonha ele omite, senão não chega ao resultado que deseja. Por outro lado, o político tem de ter mais humildade, para conseguir o resultado que deseja ... Mas eu, pessoalmente, como intelectual, nunca deixo de ter um certo distanciamento dos acontecimentos. Procuro sempre interpretá-los, porque isso faz parte da minha formação intelectual básica. E nunca neguei isso na minha vida política, apesar de tanta gente dizer insistentemente que eu não sou do ramo. Eu nunca quis ser do ramo, porque acho essa coisa muito pobre. No Brasil, “ser do ramo” é ser esperto, e um político de vocação real, que se veja mais como estadista do que como político, não pode ser do ramo. Ele tem que ser capaz de pensar sozinho – e aí há um ponto de encontro, porque nesse sentido o grande político é também um intelectual. Há um dado momento em que ele se defronta com uma situação que o obriga, no seu isolamento, a tomar alguma decisão, e às vezes ele

fica contra todos. Já o político normalmente não gosta de ficar contra – ele gosta de ir na maré, porque ficar contra é ficar sozinho, é se isolar. O intelectual, na política, rompe mais facilmente ... eu não tenho ambição de cargos ... não é isso que move na política, porque realmente o substrato intelectual está muito forte em mim ... Mas repare que todos eles [os grandes intelectuais na política], em algum momento dizem coisas que os do ramo não gostam ... A política de muito disso [uma conciliação permanente de interesses], mas tem de ter também algo de quebra de interesses – e acho que o intelectual quebra mais. Não por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais. Basta citar Lênin, para não falar de Marx ou mesmo de Khomeini, que também foi um intelectual.¹¹

Esse caráter “messiânico” e “esclarecedor”, que medeia as relações dos intelectuais com o poder político, decorre de uma determinada concepção de representação política: o governo pelos sábios. Em Bobbio (1997), encontramos que todo o pensamento político de Ortega y Gasset está organizado em torno da “distinção” entre representantes – elites intelectuais – e representados – massas – cujo destino é “deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes” (p. 33). Como observa Bobbio (1997), atribui-se ao intelectual caracteres positivos, dentre eles, destaca-se a propensão para a inovação.

Esse tipo de posicionamento alça o intelectual não à condição de ator político, mas a de ator espiritual. A ele não cabe uma tarefa política, mas espiritual. Sua política não é a ordinária, dos homens de política, mas a extraordinária, dos homens de cultura, de ciência, de saber. A superioridade intelectual e moral, atribuída aos homens de cultura, pode legitimar governos dos quais se colocam como porta-vozes, no sentido de que usam sua razão para justificar as ações do regime – “fábrica de consenso” - ou no sentido de que influem no poder estando fora dele, ou mesmo pode legitimá-los como representantes, quando estão efetivamente no poder.

Na esfera do político, os homens de cultura dão sua contribuição de competentes. A figura do porta-voz, construída pelo discurso elitista (FDE), exige que este seja possuidor de um saber diferente de seus representados. O *saber* está associado a um conhecimento formal, com destaque para a formação acadêmica, para a preparação formal do candidato para o cargo.

Por outro lado, essa condição de categoria à parte dentro de uma sociedade pode levar a um comportamento isolacionista, a um não engajamento político dos intelectuais na medida em que *seu reino não é deste mundo* (ver Bobbio, 1997). A imagem do intelectual também evidencia o homem de conversa e não de ação. Os exemplos de que FHC era o candidato das “mãos limpas” - comentário do então candidato do PMDB à Presidência,

Orestes Quercia – e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmim, para quem “ao PSDB cabe amassar mais barro” sintetizam essa tensão do discurso sobre os intelectuais e a política, significando o “intelectual puro”. Em sua campanha, falando sobre o problema da segurança pública, Fernando Henrique respondia a esse discurso sobre os intelectuais, observando que não é com conversa que se resolve o problema, mas com mão firme. O *jingle*,¹² em ritmo de rap, dizia:

Eu quero um presidente preparado, de cabeça
Que saiba o que fazer e bata a mão na mesa
E diga: faça
Diga: prenda
Que diga: não

A campanha do candidato tucano também buscava dar visibilidade à *experiência* (uma das regiões de sentido do discurso do preparo), lembrando os cargos públicos que Fernando Henrique ocupara, com destaque para o Ministério das Relações Exteriores e, sobretudo, para sua gestão à frente do Ministério da Fazenda. O discurso do “preparo” do candidato para o cargo sustentava-se pela sua condição de “príncipe da sociologia brasileira”, de luminar da *intelligentsia nacional* (saber/contato com o mundo das idéias) e pelas funções de senador e ministro (experiência/contato com a realidade). A prática da sociologia conferia ao candidato um atestado de competência para governar.

A construção de simulacros em torno do “saber”

A competência para o exercício da função pública perpassa o domínio do saber. O *saber*, destacado pela biografia dos candidatos, é explorado *contraditoriamente* pelas candidaturas concorrentes e pela imprensa política. A palavra *saber*, associada à figura do porta-voz (representante político legítimo), reveste acepções diferentes em função das diferentes FDs em que figura (ilusão da transparência da linguagem). O sentido, assim, assume, fundamentalmente, um caráter itinerante: ele muda de sítios ideológicos, discursivos, conservando sua materialidade.

Para se constituir, o Sujeito precisa da relação com o Outro (heterogeneidade constitutiva). Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que luta para expulsar seu Outro, a diferença, para se manter em estado de pureza, de não contaminação, dá corpo ao Outro. Assim, ao lutar contra a errância do sentido, ao tentar garantir o seu dizer, são abertas

fendas/fissuras, a partir das quais o Outro investe de maneira fulminante, traduzido na voz do discurso que o incorporou (como *simulacro*). O discurso a ser incorporado é representado de um modo em vez de outro. Como aponta Maingueneau (1984), dado o caráter constitutivo da relação interdiscursiva, há uma interação semântica conflituosa/polêmica entre os discursos, que ele denomina de “*interincompreensão*”.

Como bem observa Maingueneau (1984, p.149), no campo político, a relação com o *saber formal* se apresenta como problemática: “certos discursos políticos supõem enunciadores sábios, detentores de títulos outros supõem ao contrário ‘homens de campo’, dotados de ‘bom senso’, distantes de qualquer ideologia”. Assim, ambos locutores discursivos podem ser legitimados como representantes políticos para uma ou outra formação discursiva.

No discurso do preparo há um *saber* que é significado pela *experiência*. O *saber de caráter experimental* é constitutivo da representatividade. A polêmica, em torno dos sentidos de saber, opõe um saber experimental, significado pela experiência administrativa, a um saber experimental, significado pelo conhecimento de uma realidade, pela prática da vida.

O candidato à Presidência do PMDB, o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia, mesmo assumindo um papel secundário na disputa, desqualifica os dois candidatos favoritos associando *competência/saber* à *experiência administrativa*:

Nenhum deles [Fernando Henrique e Lula] tem cacife para ser presidente do Brasil porque eles nunca dirigiram nem carrinho de pipoca. (Quércia quer “república caipira”. Folha de São Paulo, 19 abr. 1994. Brasil, p. 1-8)

Ambos nunca dirigiram um carrinho de pipoca. São pessoas que nunca administraram nada, uma empresa, uma venda da esquina, uma prefeitura. Imagine ser presidente da República. (FHC e Lula são iguais, diz Quércia. Folha de São Paulo, 14 abr. 1994. Brasil, p. 1-8)

O programa eleitoral do candidato do PDT, Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, desqualificava Lula dizendo que ele “simplesmente não sabe nada. É um fraco, um despreparado, um inexperiente, não tem nem o curso primário”.¹³

A falta de escolaridade do candidato do PT aparece como um defeito em sua formação, assim como a sua falta de experiência administrativa. A resposta da candidatura

Lula a esse discurso do preparo/do saber/da competência é o discurso da “desqualificação da qualificação”, da qual estavam investidos seus concorrentes:

Graças a Deus, nunca governei nada. A experiência deles [os adversários] é que levou o país à desgraça. (Lula chora em SP e ataca o preconceito. Folha de São Paulo, 26 set. 1994. Caderno Especial, p. 3)

Se houvesse uma escola de política, por onde tivessem passado Quércia, Sarney e Maluf, eu não colocaria meus filhos. (Lula diz que Amato não tem credibilidade. Folha de São Paulo, 15 abr. 1994. Brasil, p. 1-6)

Se tivesse que aprender a governar o país com Amin, Maluf, Quércia, Sarney, Collor e Itamar preferiria continuar analfabeto, como dizem ... Se existisse uma faculdade para ensinar a governar, por Deus do céu eu não deixaria meus filhos estudarem nela. Porque eles só iam aprender a roubar. (Lula faz promessas para combater a fome. Folha de São Paulo, 27 mar. 1994. Brasil, p. 1-14)

A biografia de Fernando Henrique Cardoso é significada como simulacro no discurso da candidatura oposicionista. Pensando no universo discursivo, acreditamos que o discurso popular, para se constituir, dialoga com algo que fala antes, em outro lugar e independentemente, em relação aos intelectuais: a valorização da vivência (da prática) em detrimento da “teoria”. O discurso da valorização da experiência concreta, como atestado de sabedoria e, por extensão, de competência, polemiza com o discurso do conhecer o Brasil por tê-lo estudado:

Quem não conhece os problemas na vida real – só na teoria – dificilmente vai encontrar soluções para esses problemas ... O cidadão sabe que tem uma pessoa passando fome lá em Oriximiná, no Pará, mas é uma coisa tão distante que ele esquece 30 segundos depois. Mas se você foi lá, conversou com essa pessoa e assumiu, nos olhos dela, a responsabilidade de resolver esse problema, você não pode ficar trancado no palácio cercado de puxa-saco por todos os lados. É preciso botar o pé na estrada para ver como é que tá o povo que você governa. (Lula, citado em Miguel, 2000, p. 166)

O Fernando Henrique não sabe que prejudicou a vida das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, porque o único coco que conhece é o que usa para tomar uísque na beira da piscina.” [Lula, em Porangatu (GO) onde passa com sua 6ª Caravana da Cidadania, comentando a decisão do ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de reduzir de 10% para 2% a alíquota de importação sobre o óleo de palma.] “Lula disse que, durante sua viagem pelo Maranhão, Tocantins e Goiás, ficou sabendo que o óleo de babaçu é feito a partir de amêndoas retiradas de cocos de babaçu, quebrados por cerca de 300 mil mulheres nesses Estados.” (Lula afirma que FHC prejudicou produtores de óleo de babaçu. Folha de São Paulo, 24 abr. 1994. Brasil, p.1-17)

Somente quem levantou às quatro horas da manhã durante vários meses e perambulou pelas ruas o dia inteiro com uma carteira profissional no bolso e voltou para a casa às quatro horas da tarde sem ter encontrado um emprego e viu a mulher sentada na cozinha com o filho do lado, olhando para o fogão que não tinha nada para colocar no fogo para fazer a janta, é que sabe o que é desemprego no nosso país. (Lula, citado em Miguel, 2000, p.167)

Eles não se preocupam com isso porque nunca ficaram desempregados, ou porque nunca ganharam pouco. Eles não sabem o que é um trabalhador que já comeu carne ir ao açougue comprar meio quilo de pé de frango. (Lula, citado em Miguel, 2000, p. 167)

Vou repetir o que eu disse, porque é verdade. As elites brasileiras conhecem todas as praças da Itália, todos os restaurantes de Paris, todos os hotéis de Nova York, mas não conhecem o Brasil. E não conhecem porque nasceram com a cara virada para a Europa e a bunda virada para o Brasil. (Divisões impedem frente anti-PT, diz Lula. Folha de São Paulo, 04 mar. 1994. Brasil, p. 1-11)

O “eles”, no discurso de Lula, está associado à elite brasileira, como define Miguel (2000, p. 167), “bem nascida, bem vestida, bem alimentada, bem empregada e, portanto insensível aos problemas do povo”. A elite está representada, no cenário político-eleitoral, pelas outras candidaturas.

Assim, a autoridade de “dotô” dos tucanos pode ser deslegitimada quando a representação sofre uma interpretação “descritiva”. A condição de intelectual, no discurso adversário, significa o candidato como distante dos problemas da população pela via da não identificação:

No início da campanha, a imprensa ridicularizou o candidato por sua condição de intelectual. Afirmava-se que um acadêmico acostumado às salas de aula da Sorbonne não saberia lidar com os grotões nordestinos. A falta de jeito de Fernando Henrique Cardoso em algumas situações de campanha – ao montar num jegue, por exemplo, ou saborear ‘buchada de bode’, prato típico do sertão – era satirizada por repórteres, comentaristas e cartunistas. (Miguel, 2000, p. 161)

Fernando Henrique Cardoso procurou reverter, durante a campanha eleitoral de 1994, a imagem de elitista, que “não conhece os problemas do povo”, dizendo ter um “pé na cozinha”. FHC respondia ao comentário do então candidato do PMDB à presidência, Orestes Quércia, segundo o qual FHC era o candidato das “mãos limpas”: “Um candidato disse que eu tinha mãos brancas. Eu não. Minhas mãos são mulatinhas. Eu sempre disse isso, sempre brinquei comigo mesmo. Tenho o pé na cozinha.”¹⁴

Respondendo ao discurso eleitoral da Frente Brasil Popular, que insistia no “despreparo” de Fernando Henrique, dada sua condição de intelectual, distante dos problemas do país, em seu programa eleitoral o candidato era apresentado como aquele “que passou a vida inteira estudando os problemas do país”. No programa de encerramento, Fernando Henrique dizia: “Eu escrevi mais de vinte livros sobre os problemas do país”. O discurso do preparo para ser governante significa “escolaridade” como sinônimo de competência, de capacidade de governar. O candidato não sentiu na pele os problemas de seu país, mas os estudou a fundo, assim, preparando-se para resolvê-los. A celebração do “saber” de Fernando Henrique responde ao discurso da não identificação:

sempre achei engraçado dizerem que, por ser um intelectual, professor da Sorbonne – coisa que aliás nunca fui, fui professor em Nanterre, mas sempre aqui dizem que fui da Sorbonne... – seria incapaz de ter um diálogo com o povo. Esquecem que passei muito tempo fazendo pesquisa sobre negros, sobre religião, sobre favela. Meus livros iniciais são sobre negros. E isso é treinamento de ouvir o outro. Ouvir, anotar com paciência, perguntar, perguntar de novo. Ou seja, nunca deixei, nem pela formação doméstica, nem pela formação profissional, de tentar, com empatia e também com razão, entender o outro. (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Toledo, 1998, p. 343)

Fernando Henrique buscava firmar-se como representante político sobre os pilares “saber” e “experiência”, constitutivos da competência na política. Lula torna-se uma vítima desse discurso da competência, já que competência, no discurso de seu adversário, é significada, sobretudo, pela formação intelectual do candidato.

O candidato tucano explorou a falta de escolaridade de Lula publicizando sua biografia em sua propaganda política na TV com destaques para a sua condição de intelectual. Como descreve Dimenstein (1994, p. 55):

logo no seu primeiro programa no horário eleitoral gratuito, Fernando Henrique foi apresentado insistentemente como intelectual e professor. Mostraram fotografias em que ele segurava um diploma de uma faculdade dos Estados Unidos. Em todos os programas, ele aparece de óculos, batendo à máquina ou lendo. É justamente para reforçar sua imagem de intelectual e contrastar, embora sem citar nomes, com Lula.

A esse discurso da competência, a Frente Brasil Popular responde com o discurso do preparo para ser governante, que significa o saber do candidato como um saber experimental (o conhecimento da realidade). Lula conhecia os problemas, compreendia

suas causas, mostrando-se, portanto, mais preparado para solucioná-los. Os discursos, assim, disputam os sentidos de competência, significando o saber ou pela via formal ou pela experimental. Miguel (2000) chama a atenção para o eco que o discurso da Frente Brasil Popular pela Cidadania faz à frase de Clarice Lispector: “Quem vive sabe, mesmo sem saber que sabe”. Nesse discurso, o saber formal é uma forma de saber rebaixada, quando relacionada ao saber empírico.

A representação social do político pela mídia: o preconceito social e lingüístico

Em matéria de (falta de) escolaridade nenhum candidato se equipara a Lula, homem de primeiras letras. Os erros de português compõem o único ponto imutável de seu discurso. Lula costuma torturar a língua com expressões como "menas" e "cidadões".
*Josias de Souza**

De acordo com Bakhtin (1981), a comunicação verbal encena conflitos, relações de dominação e de resistência. A utilização da linguagem por uma classe busca reforçar, garantir poder. Isso se mostra com certa nitidez quando pensamos que diferenças de classe implicam diferença de registros. Essa observação de Bakhtin sustenta nossa percepção de que a linguagem foi habilmente usada como fator de legitimação *no discurso do preparo* nas últimas eleições presidenciais. Essa disputa de forças, no nível da linguagem, é estendida para o campo da ideologia e não mais estamos falando em disputa de registros, mas em disputas de sentidos. A palavra aparece em Bakhtin como signo ideológico, plurissignificativo. Seu sentido é configurado ideologicamente. Podemos, assim, depreender que a linguagem é terreno fértil, é fonte fecunda para pensarmos a sociedade em muitos aspectos de sua complexidade.

O tratamento dado à questão da linguagem pela mídia, em especial, resvalou na onipresente confusão entre *língua* e *gramática normativa* (norma culta), que alimenta preconceitos contra falantes de variantes não-padrão da língua. Na análise que fazemos a seguir, o preconceito lingüístico configura um fator de alijamento e exclusão de candidatos do jogo político na medida em que *falar corretamente* torna-se, *no discurso do preparo*, um

* Lula passa de incendiário a conciliador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 maio 1994. Brasil, p. 1-14.

elemento constitutivo da representatividade (da competência), ou seja, das características típicas do representante legítimo.

De acordo com Bagno (2001, p. 41):

O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape a esse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”...

Possenti (2000, 2001) chama a atenção para o discurso único das colunas jornalísticas que comentam fatos de língua (“o falar sobre a língua” na imprensa). O que se encontra nessas colunas pode ser resumido, segundo Possenti, em duas palavras: “normativo” e “preconceituoso”. Pessoas são identificadas através de sua forma de falar:

Aqueles que, segundo essas colunas, empregam formas erradas de falar, ou seja, não empregam a chamada norma culta, seriam ignorantes, incapazes de pensar de forma correta e, por extensão, de exercer qualquer outro tipo de atividade de importância, dita superior. Falar errado aparece como sintoma de ignorância da grossa ou de déficit mental. (Possenti, 2000, p.52)

Segundo Possenti (2001, p. 90), uma das maneiras de expressar a ideologia através da linguagem, “talvez a mais brutal de todas”, é atribuir a certos falantes a incapacidade de falar. A qualificação do indivíduo se dá pela sua maneira de falar – “não sabe nem falar português”. A incapacidade de falar significa incapacidade para exercer outras atividades, dentre elas, governar e administrar. *Falar bem* virou sinônimo de *competência*. Para exemplificar essa intrincada associação, citamos o artigo “Os erros de Português da Petrobras – Petrobrax”, de Marilene Felinto (Folha de São Paulo, 20 mar. 2001. Cotidiano, p. 02), no qual a autora comenta que o presidente da Petrobras, na época, Henri Phillippe Reichstul, cometeu “dois erros vergonhosos para quem ocupa um cargo como o dele” quando disse, em pronunciamento à imprensa, no dia das explosões na plataforma P-36, a seguinte frase: “quero adiantar de que há muita pouca chance de haver sobreviventes”. Felinto diz que, antes da explosão, a meta da Petrobras era tornar o país auto-suficiente em petróleo em 2005, “mas como, se a Petrobras mal fala a língua pátria?”

O discurso único e preconceituoso, que aparece nas colunas sobre língua portuguesa, é também constitutivo do discurso da competência. A cada eleição, Lula e seu “menas” (ninguém se dá conta de que Lula só usa “menas” diante de nomes femininos) são objetos de discriminação e desqualificação. Numa reunião no Mato Grosso do Sul, em dezembro de 1999, Lula pronunciou a seguinte frase: “Eu gostaria de corroborar a necessidade...” Nesse momento, Lula parou de discursar, deu um sorriso, e perguntou: “Gostaram?”. Ninguém entendeu nada. Lula prosseguiu, arrancando gargalhadas: “Pois é, eu disse ‘corroborar’! Para quem terminou a eleição de 1989 falando ‘menas laranjas’, até que eu estou evoluindo bem!” (ver Folha de São Paulo, 12 dez. 1999).

Lula é um mau candidato porque, dentre outros discursos, fala mal? Destreza verbal e capacidade política se confundem. Como chama a atenção Bagno (2001), o preconceito lingüístico aparece como *decorrência de um preconceito social*. Para o autor, o problema não está *naquilo* que se fala, mas em *quem* fala o *quê* (a política da personalidade). O que está em jogo, portanto, não é a língua, mas *a pessoa* que fala essa língua.

Como observa Bourdieu (*apud* Miguel, 2000, p.180):

Em matéria de uso da língua, os burgueses e sobretudo os intelectuais podem se dar ao luxo de se valer de formas beirando a incorreção e a displicência, formas absolutamente vedadas aos pequeno-burgueses condenados à hipercorreção. Em suma, ao conferir aos consagrados uma essência indiscutível e indelével, um dos privilégios da consagração reside no fato de autorizar transgressões que estariam proibidas de outro modo.

Assim, *o discurso sobre a língua é constitutivo da representatividade*, do discurso do preparo para o cargo de presidente. Lula é caracterizado por *maltratar* a língua pátria, por *falar mal*, por não saber o significado de *álamos*¹⁵ em textos que circularam pela mídia de referência durante as campanhas presidenciais de 1994 e 1998.

Analisando parte desse material, reconhecemos esse discurso do “senso comum”, que associa falar corretamente, escolaridade e competência. Escolhemos um trecho da seção *Carta ao Leitor*, intitulada *Conversa na Biblioteca*, da edição de 10 de setembro de 1997 da revista *Veja*, comentando a entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso a seu editor especial, Roberto Pompeu de Toledo. Vamos destacar os mecanismos lingüístico-discursivos envolvidos na construção de uma representação social do político pelo viés do preconceito social.

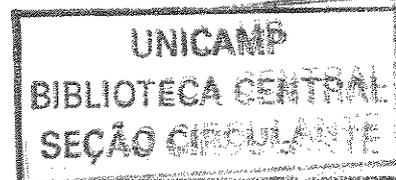
A biblioteca do Palácio da Alvorada tem muitos volumes da Pléiade – a suntuosa coleção em papel-bíblia e bonita encadernação, com os grandes clássicos da literatura francesa – em pacífica convivência com vários volumes da Brasiliana, a estupenda série da Companhia Editora Nacional sobre assuntos brasileiros. *Que presidente teria conferido seu toque pessoal à Biblioteca? Itamar Franco? João Figueiredo? Costa e Silva se deliciaria com o Flaubert da Pléiade? ... Diga-se a seu favor, mesmo não se concordando com ele, que dificilmente alguns de seus antecessores seriam capazes de conceder uma entrevista no nível da concedida por Fernando Henrique ao editor especial Roberto Pompeu de Toledo [grifos nossos].*

Se assumirmos que a escolha de um ou outro recurso lingüístico – a escolha lexical, de um verbo ou de um nome, por exemplo – não é neutra, mas reflete uma posição institucional, um comprometimento de cunho ideológico, deveremos nos ater, num primeiro momento, à escolha dos nomes de Itamar Franco, João Figueiredo e Costa e Silva.

Lembramos que a atividade discursiva entrelaça constantemente o dito e o não dito. Assim, dizer nem sempre é dizer explicitamente. Muitas vezes o locutor enuncia o explícito para fazer passar o implícito.

A passagem pelo implícito, como propõe Maingueneau (1996), pode ser entendida como um recurso defensivo, que atenua a força de agressão de uma enunciação, livrando parcialmente o enunciador de tê-la dito. Assim, o enunciador não assume completamente a responsabilidade – ele diz sem dizer - buscando refúgio no que está dito. Os conteúdos implícitos podem ser divididos em: pressupostos e subentendidos. De acordo com Maingueneau (1996, p. 95), os pressupostos são definidos como “uma inferência inscrita no enunciado independentemente da variedade de seus eventuais contextos enunciativos”. Já os subentendidos não são passíveis de predição fora do contexto e se apresentam como uma espécie de adivinhação colocada ao co-enunciador. Esse tipo de implícito se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto de enunciação.

Para Ducrot (1987, p. 20), ao recorrer aos subentendidos “sempre poderei proteger-me por trás do sentido literal de minhas palavras e deixar a meu interlocutor a responsabilidade da interpretação que delas faz ... o subentendido permite acrescentar alguma coisa sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita ... o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir”.



Segundo Ducrot (1987, p. 25), “o subentendido resulta de uma reflexão do destinatário sobre as circunstâncias de enunciação da mensagem e deve ser captado, através da descrição lingüística, ao final de um processo que leve em conta, ao mesmo tempo, o sentido do enunciado e suas condições de ocorrência”. Assim, “um enunciado [independentemente de seu emprego] não estaria investido de nenhuma função polêmica, ou intersubjetiva específica. É unicamente a enunciação do enunciado, *sua escolha em uma situação particular*, que lhe conferiria tal valor” (Ducrot, 1987, p. 29). Como observa Ducrot, o subentendido é sempre gerado como resposta a perguntas do tipo: “Por que o locutor disse o que disse?”.

Os nomes de Itamar Franco, João Figueiredo e Costa e Silva parecem ter sido escolhidos, ao mesmo tempo, como representativos de uma classe – a dos *presidentes pré-FHC* – assim como de um estereótipo: Itamar Franco, bronco, simplório, sem sofisticação; João Figueiredo, rude, grosseiro, célebre por pronunciar frases do tipo “*Me envaideço por ser grosso*”; e Costa e Silva, considerado “burro”. Desbancando de longe seus *antecessores*, temos o nome de FHC, o intelectual, o acadêmico, o poliglota – o único com nível intelectual compatível ao do *editor especial* de *Veja*. No discurso de *Veja*, o melhor presidente do Brasil até então, desde que tenhamos em mente que o conceito de “melhor presidente”, aqui, gira em torno da “estética”, do contraste “educativo”. Houve, neste caso, um apagamento de outras possíveis interpretações de “melhor presidente”, indesejáveis para esta formação discursiva. Pois bem, tudo parece girar, no nível do dito, em torno dos *antecessores*; mas, ao dialogar com o “discurso do preparo”, a nós, leitores, é feito um convite para que decifremos, solucionemos pequenos *enigmas*. Se conjugarmos dois fatores contextuais e históricos, o desenrolar das eleições presidenciais de 1994 e as circunstâncias dessa entrevista, marcada pela aprovação definitiva da emenda da reeleição, talvez possamos inferir o(s) subentendido(s).

Nas eleições presidenciais de 1994, a disputa era entre FHC e Lula, ou melhor, entre o sociólogo, o professor, o intelectual, o poliglota vs. o operário, o analfabeto, o ignorante. Na época, foi dito que caberia aos eleitores decidir entre um *Sartre* e um *torneiro mecânico*.¹⁶ Com o país já respirando o clima da reeleição, e com Lula sendo o candidato natural da oposição, *Veja* traz novamente à tona o contraste “educativo”, tão alardeado durante a campanha eleitoral de 1994. Chamar a atenção para o contraste educativo para qualificar FHC como *o melhor presidente* até então, desqualifica automaticamente Lula para a função, ao menos, de *melhor presidente*. Podemos nos arriscar a dizer que há

“indícios”, “sintomas” que acenam para um sentido que o texto analisado não dá de maneira transparente: o discurso de *Veja* a favor da reeleição de FHC. Ao invés de dizer isso a seus leitores explicitamente, *Veja* recorre a uma estratégia de implícito, *deixando entender* ou *dando a entender* sua posição favorável à reeleição de FHC. Se optarmos por *deixar entender*, acreditaremos, segundo Maingueneau (1996), que *Veja* possa não ter a consciência desse subentendido, mesmo não podendo recusá-lo. Talvez estejamos sendo ingênuos. E, nesse caso, seria melhor dizermos que *Veja dá a entender*, ou seja, ela conduz o seu leitor a chegar a uma certa inferência: sua posição favorável à reeleição de FHC. Assim, Lula, o possível *sucessor* de FHC, estaria, no discurso de *Veja*, no mesmo paradigma dos *antecessores* de FHC. Mas isto não está dito; é um não-dito. A estratégia parece ser atingir o candidato a *sucessor* por meio dos *antecessores*.

Optar por não dizer explicitamente, a escolha do implícito, ou do não-dito, está relacionada com a situação de enunciação, com a posição ocupada pelo sujeito e com a construção em seu discurso de uma imagem. Essa imagem do sujeito (*ethos*) pode ser transmitida ao leitor por mecanismos diversos. O texto encarna as propriedades que o enunciador deve mostrar ao seu auditório para causar boa impressão. *Veja*, na posição de um veículo de comunicação de credibilidade, deve informar com imparcialidade, com neutralidade: fala-se de *antecessores*, não de *sucessores*, portanto, não se trata de trazer à cena o próximo pleito. Os elementos enfocados nessa análise somam-se uns aos outros para construir no interlocutor a imagem de seriedade jornalística: a imagem de “neutralidade”, “objetividade” e “democracia” (ver Arbex Jr., 2001), que não permite uma tomada de posição do enunciador (a redação da revista). Na prática, no entanto, essa posição de neutralidade mostra-se insustentável.

A análise do material recortado nos coloca diante de um dos diferentes significados do conceito de representação política. Segundo uma visão elitista, os representantes pertenceriam a um grupo de elite, que conhece e legisla o que é melhor para a nação. Os representantes devem ser pessoas de sabedoria e capacidade, não um homem médio, típico e do povo. A apresentação dos candidatos pela imprensa, assim como os elementos assinalados para caracterizá-los, são ditos a partir de uma posição que caracteriza a representação política como uma prática política exercida por “espíritos superiores”.

O principal adversário político das candidaturas situadas mais à direita (de centro-direita) nas três últimas eleições foi o candidato da(s) esquerda(s), Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), maior expoente desse espectro ideológico no

Brasil. Desde as eleições de 1989, diversos setores da sociedade insistem na argumentação de que Lula não dispõe de condições para governar o Brasil, por ser operário, não ter diploma universitário e jamais ter ocupado cargos administrativos importantes. Ao desmentir boatos de que não é quem aparenta ser, Lula vai construindo a sua representação social do político, dizendo que faz política porque é um homem do povo interessado em melhorar a vida da população brasileira.

No dia 17 de agosto de 1994, em debate transmitido pela Rede Bandeirantes, Lula foi provocado pelo candidato do Prona, Enéas Carneiro, que lhe perguntou como queria ser candidato se não tinha escolaridade. Lula responde que “um presidente tem que ter sensibilidade política para governar, não precisa ter diploma.” Lula diz que : “É só olhar a História do Brasil. As pessoas escolhidas para governar o País sempre foram as mais versadas, tidas como as mais bem preparadas, com os melhores cursos superiores. Eram as mais experientes e capazes, mas o Brasil deu no que deu ... Todos os presidentes ... foram os mais preparados e estudados, doutores e diplomados. Tiveram suas chances e falharam. Agora chegou a hora de um homem do povo ... o país vai ter muito mais chances de resolver os seus problemas se for governando por alguém que veio do povo, conhece os problemas do povo ... A grande verdade é que as elites falharam e chegou a hora de um representante do povo governar o Brasil.” A representação deste político é construída pela identificação com os seus representados. Nesse caso, o sentido de representação é lido por seus opositores como sectarismo (simulacro)

O tema do preconceito foi a tônica do processo de desqualificação do candidato, assim como sua condição de representante da esquerda. Na fase de campanha, tentou-se desqualificar Lula por falta de inteligência, de competência para exercer a função de representante político. Mas qual é o sentido de “competência” que se movimenta de um discurso a outro? Para uma formação discursiva, competência significa “escolaridade”, “falar bem”; para outra, significa “sensibilidade política” e não “diploma” (simulacro de escolaridade).

A polêmica em torno de dois Brasis: uma análise a partir de reflexões sobre a noção de dêixis discursiva

Depois da distinção feita por Machado de Assis, entre o Brasil oficial e o Brasil real. Euclides da Cunha identificou esses dois países diferentes por meio de dois emblemas. O Brasil oficial, ele o viu na rua do Ouvidor, centro da civilização cosmopolita. E o Brasil real, no emblema bruto e poderoso do sertão. Influenciado por Euclides da Cunha, passei muito tempo dominado por visão semelhante. Até que, depois de duros exames de consciência, descobri que, para ser fiel ao mestre, não deveria me limitar a repeti-lo: tinha é que empunhar uma chama e tentar levá-la adiante. O Brasil real teria, na verdade, não um, mas dois emblemas, porque arraiais do sertão (como Canudos) tinham seus equivalentes nas favelas da cidade. E, se o Brasil real era aquele que habita o arraial e a favela, o Brasil oficial tinha seu símbolo mais expressivo no palácio onde reina o presidente da República.
Ariano Suassuna*

Retomando Maingueneau (1997), todas as dimensões da discursividade podem estar implicadas em uma relação de polêmica. Gostaríamos de destacar a polêmica que incide sobre a cenografia das formações discursivas representadas pelas campanhas de Lula e Fernando Henrique Cardoso. A relação de enfrentamento das FDs é marcada por cenários contraditórios - diferentes maneiras de nomear o país - em função do estatuto do enunciador: “líder popular” ou “estadista”.

De acordo com Maingueneau (2001, p. 87), “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo uma cena de enunciação que o legitima”. Enunciar, observa o autor, “não é somente expressar idéias, mas também tentar construir e legitimar o quadro de sua enunciação” (Maingueneau, 2001, p. 93). O discurso político, segundo Maingueneau (2001), é propício a uma diversidade de cenografias. Por exemplo, os candidatos Lula e Fernando Henrique apresentam-se a seus eleitores, respectivamente, como homem do povo e homem de ciência. Partindo desse estatuto que cada enunciador confere a si e aos outros, passaremos a observar a construção de outros elementos cenográficos.

Para Maingueneau (2001, p. 85-6):

A cenografia implica um processo *de enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia

* SUASSUNA, A. A lição euclidiana: um país claro e rico encontra um outro pobre e escuro. **Bravo!**, São Paulo, n. 23, p. 21-23, ago., 1999.

exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria...

A dêixis discursiva consiste em um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva. O que Maingueneau (1997) denomina *dêixis discursiva* refere-se às coordenadas espaço-temporais que o universo de sentido de uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Não se trata, portanto, de datas e locais em que enunciados efetivos foram produzidos. As referências que as formações discursivas constroem para as coordenadas Aqui-Agora definem uma instância de enunciação legítima, ao delimitar a cena e a cronologia que os discursos constroem para autorizar sua enunciação. O espaço-tempo no interior do qual Lula e Fernando Henrique constroem suas campanhas eleitorais aponta para lugares e momentos antagônicos.

O Brasil do Real

O objetivo fundamental da campanha de Fernando Henrique é apresentar ao eleitor o *Brasil do Real*. Apregoa-se uma mensagem positiva sobre o Brasil, a imagem de um país *moderno e eficiente: o grande país, que tem tudo para dar certo*. A imagem símbolo do Brasil do Real é a da inclusão, alcançada graças aos efeitos positivos do Plano Real: *“Todos ganham com o Real”*. A projeção é de uma mudança irreversível: *“Está na hora de mudarmos esse país. Vamos eliminar a miséria, a corrupção, a impunidade, o atraso, a doença”*. Assim, o *Brasil do Real* é um país que aguarda seu futuro de desenvolvimento e prosperidade. O Brasil do Real é o progresso, um país “moderno”, em sintonia com o Primeiro Mundo. O Brasil do Real é o Brasil das soluções e não dos problemas.

A letra de um dos principais *jingles* da campanha tucana dizia:

Tá na sua mão,
Tá na minha mão,
Na mão da gente,
Fazer de Fernando Henrique nosso presidente.
Tá na sua mão,
Na minha mão,
Na mão da gente,
O Brasil precisa muito da força da gente.
Levanta a mão!
Levanta a mão!
O Brasil precisa muito de você.

Levanta a mão!
 Levanta a mão!
*Fernando Henrique é o Brasil que vai vencer.*¹⁷

A última frase, lida como restritiva, dá a entender que há um Brasil fadado a ser vitorioso, que resolve seus problemas e olha para o futuro. É o Brasil do Real, o Brasil positivo, do avanço, que pode finalmente se abrir à modernidade:

Tenho falado sempre da confiança que eu sinto no futuro do Brasil. E eu tenho boas razões para ter confiança. Uma dessas razões é que, hoje, o país está pronto para dar o grande salto ao desenvolvimento social. Agora que nós conseguimos botar a casa em ordem, isso é possível. (Fernando Henrique Cardoso, citado em Miguel, 2000, p. 187)

Em contrapartida, é possível haver um Brasil fadado a perder, o Brasil dos derrotistas, dos pessimistas, que apregoam o caos (que denunciam as fragilidades do Plano Real):

O Brasil vive hoje um período de otimismo maduro – e tem razão para confiar no seu futuro. É certo que ainda existe gente que acha que, para eles ganharem, o Brasil tem que perder. Gente que vive de multiplicar os problemas e dividir as pessoas ... É hora de os brasileiros se unirem de verdade, unir o Brasil em torno de um projeto claro, de soluções viáveis, e não de lançar o país num mar de dúvidas. É hora de caminhar para frente e não de ficar olhando para trás. Nós queremos um salto para o desenvolvimento, e não um salto no escuro. Para que a vida das pessoas melhore, será preciso fazer mudanças profundas, reformar a Constituição, e nada disso poderá ser feito sem apoio, sem união. O presidente sozinho não consegue fazer tudo. Mas aí aparecem os amigos da confusão: “Ah, vai ter muita gente dando palpite e isso vai atrapalhar as decisões”. Não é verdade. (Fernando Henrique Cardoso, citado em Miguel, 2000, p. 189)

De um lado, o Brasil do Real aproxima-se do Brasil-grande do discurso ufanista. De outro, aparecem elementos que pertencem ao discurso conservador. Por intermédio das referências *mar de dúvidas*, *salto no escuro*, *amigos da confusão*, Fernando Henrique Cardoso põe em cena o discurso conservador, mesmo ao produzir um discurso “progressista”, a favor da mudança. Como explicar a coexistência do discurso “progressista” com o discurso conservador, que é seu avesso ideológico? O Brasil do Real é defendido por um discurso conservador, que “sataniza” os adversários.

Durante a campanha eleitoral, Lula denunciou o uso da máquina do governo federal em favor do Brasil Real:

Em sua passagem por Minas Gerais, nos últimos dias de julho, Lula diz que a publicidade oficial do real – sobretudo os anúncios institucionais do Banco do Brasil e dos Correios – “é uma deslavada propaganda eleitoral” em favor do tucano. Gosta de citar o exemplo de um comercial dos Correios veiculado na TV, em que um engenheiro agrônomo, trabalhando como engraxate nas ruas de Nova York, é estimulado a voltar ao país do real: “Só esquecem de dizer na propaganda que não tem emprego no Brasil para aquele engenheiro agrônomo”, ataca Lula, batendo na tecla escolhida pelos petistas para mostrar que o plano estabilizou a moeda, mas não tocou na questão do desemprego. (Medeiros, 1994, p. 65-6)

Na mesma linha das propagandas institucionais, como a do Correio, em 1994, nas eleições de 1998, ao defender a necessidade de manutenção da estabilidade, ou seja, da reeleição, Fernando Henrique cita um exemplo doméstico para mostrar que “a luta pelo fim da inflação é uma questão social”. Segundo o presidente-candidato, graças ao Real, Terezinha, sua cozinheira em São Paulo, e Ana, que serviu à mãe do presidente, foram visitar “por conta própria” a Grécia e Portugal após juntarem suas economias. O exemplo, além de reforçar a imagem do Brasil do Real como “inclusão” (categoria semântica positiva), produz efeitos de sentido de modernidade: contato com a atualidade do mundo.

O Brasil Real

“As pessoas que estão prometendo um futuro promissor não querem se responsabilizar com o passado.”
Lula, agosto de 1994

Em abril de 1993, Luiz Inácio Lula da Silva inicia sua pré-campanha eleitoral com as “Caravanas da Cidadania”, que percorreram os mais distantes *rincões* do país. Inicialmente, as caravanas não foram assumidas como campanha política às eleições presidenciais de 1994. A incursão de Lula com seus assessores políticos pelo Brasil é apresentada como *uma viagem à realidade do país*.

A nossa campanha começou muito cedo, mais por causa da imprensa do que pelo partido. Começou na nossa primeira caravana, por mais que eu tentasse mostrar que não estava em campanha, que nós tínhamos o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre o Brasil, ver de perto como é que o povo vive. (Lula, citado em Medeiros, 1994, p. 201)

O candidato percorreu “zonas esquecidas” e locais pouco conhecidos do Brasil com o objetivo de “fazer um retrato do país”. As caravanas revestiram-se, assim, de uma missão: *conhecer* o país que se pretende governar (ver Barreira, 1998). *Conhecer*, como assinala Barreira (1998) passa a ser a palavra de ordem dessa peregrinação política:

A verdade é que o objetivo da Caravana da Cidadania não é o de fazer comício. Em cada cidade que chegamos temos realizado comício porque tem juntado muita gente na praça. Há uma curiosidade muito grande do povo em cada cidade pequena em querer conversar com a Caravana, perdendo um pouco o que foram as primeiras caravanas. Naquele momento a gente podia descer o microfone, conversar com as pessoas, ouvir as pessoas, ao invés de elas ouvirem apenas os oradores. Agora a gente não está conseguindo fazer isso. Eu queria sinceramente explicar porque a gente inventou essa história de caravana... O que foi que eu descobri em 1989? Após as campanhas de 1989 eu descobri que não apenas o meu partido, mas a esquerda como um todo e a central sindical que nós ajudamos a criar, que é a CUT, e a minha candidatura de 1989 atingiram de forma extraordinária os chamados setores organizados da sociedade – trabalhadores rurais organizados, estudantes, metalúrgicos, bancários, intelectuais e uma parte da classe média. Mas a gente não tinha discurso para os chamados excluídos da sociedade. Não tinha contato com milhões e milhões de brasileiros. Então nós resolvemos fazer a Caravana da Cidadania para atacar os dois opostos. Primeiro para conversar com os descamisados, os excluídos, aqueles que não estão organizados em sindicatos, partidos políticos e que às vezes são presas fáceis... De outro lado, nós fomos conversar com vários setores empresariais, pequeno, grande e médio. Fomos conversar com o general, padre, bispo e leigo. Vou conversar com que for necessário porque nós queremos ganhar estas eleições. (Lula, citado em Barreira, 1998, p. 58)

O objetivo da caravana é *conhecer realidades*, visitando todas as cidades ou quase todas, conversando com a população, com lideranças políticas e religiosas de todos os partidos e dialogando com o povo sobre seus problemas e sobre as possíveis saídas e soluções para esses problemas. *É uma forma de conhecer a realidade, colocando o candidato em contato direto com ela* e de incorporar esse conhecimento no programa de governo [grifos nossos]. (Luiza Erundina, citada em Barreira, 1998, p. 59)

Desse modo, as caravanas e os dados biográficos do candidato significavam, no discurso do preparo da Frente Brasil Popular, a representatividade do político em seus eixos principais: *identidade e conhecimento* (do Brasil real).

Para construir um programa de governo percorri 40 mil km de ônibus, de barco, de trem. Eu conversei com milhares de pessoas. Eu conversei com toda a sociedade brasileira, para a partir daí receber subsídios para construirmos um programa de governo. Não um programa de governo como uma peça de laboratório, mas um programa de compromisso, olhando nos olhos das pessoas, sentindo o coração das pessoas. (Lula, citado em Miguel, 2000, p. 172)

No programa televisivo de encerramento da campanha, o texto lido pelo locutor dizia: “O próximo presidente do Brasil tem que merecer a confiança e conhecer de perto a vida dos pobres” (Miguel, 2000, p. 173).

Numa referência às caravanas, uma das músicas da campanha dizia “Lula conhece o Brasil da gente,/ninguém como ele andou por aqui” (Miguel, 2000, p. 166). O *Brasil da gente* marca uma oposição com um outro Brasil, o Brasil das elites, que ficam “trancadas em palácios”, distantes dos problemas do povo.

A imagem símbolo desse Brasil Real é a *exclusão* (categoria semântica negativa). São apresentados os problemas do país e de seu povo. Já o Brasil do Real opõe-se ao Brasil Real como o país das soluções, ao invés de só problemas:

O Brasil tem problemas, tem sim,
 Mas também ele tem solução,
 Tanto mar, tanto rio, tanto chão,
 É preciso somente
 Cuidar dessa gente,
 Tratar com carinho,
 Mostrar o caminho,
 Que leva ao futuro
 E o futuro não é
 Nenhum salto no escuro,
 O futuro está perto,
 Ao alcance da mão.¹⁸

A realidade (espaço-tempo), representada pela campanha de Lula ao percorrer o interior do país, configura uma antítese do país moderno – o Brasil do Real. O Brasil Real, mostrado pelas caravanas, é um país desvinculado dos rumos da modernidade, que polemiza com o foco dado à campanha de FHC, caracterizada pelo discurso da modernidade, que situava o país no âmbito da comunicação internacional. O Brasil Real, que convive com o Brasil do Real, é um país de Terceiro Mundo, pobre, ineficiente, arcaico. As candidaturas à presidência da República personificam embates entre um Brasil “moderno” e um “arcaico”, entre um Brasil “verdadeiro” e um “inventado”. De acordo com Miguel (2000, p. 79), “a percepção da realidade política [em 1994 e em 1998] é construída em termos de modernidade *versus* atraso”. De acordo com Miguel (2000, p. 80):

O fenômeno que está ocorrendo é, na verdade, a formação de uma hegemonia neoliberal, que se apropriou da “modernidade” e, ao mesmo tempo, transformou a oposição entre modernidade e atraso num dos eixos fundamentais do debate político. O importante é que a noção de “moderno” também é construída politicamente, é objeto de luta entre diferentes grupos (mesmo que, nesse exato momento, pareça que a luta já foi vencida em definitivo por um dos lados).

Para a próxima seção de análise, os planos discursivos, já investigados nessa primeira seção, ajudarão a compor a personalidade do enunciador que o discurso tucano supõe. A oposição entre modernidade e atraso será entendida como o pilar de sustentação do sistema de restrições semânticas que apreende o discurso tucano em sua totalidade, integrando os planos discursivos.

¹ Petras & Veltmeyer (2001, p.26) observam que “os principais aliados de Fernando Henrique foram os políticos mais retrógrados dos estados mais corruptos – o que não impediu que Fernando Henrique descrevesse seu programa como a ‘modernização do Brasil’”. O sociólogo social-democrata, Fernando Henrique Cardoso, explica a seus eleitores, contrários à coligação do PSDB com o PFL e o PTB, que “o caminho da vitória sem alianças é muito mais difícil .. O PFL foi o partido que desde o início mais se empenhou na defesa da posição do governo ... Sem esse apoio teria sido impossível levar adiante o programa de estabilização lançado por mim” (FHC ainda explica aliança aos eleitores. Folha de São Paulo, 07 jun. 1994. Brasil, p. 1-10.). Ao responder críticas contra a sua candidatura, FHC diz: “É patético que os ideólogos que se crêem donos da verdade não percebem que o PFL apóia uma candidatura do PSDB, e não o contrário. E por que apóia? Porque os líderes mais lúcidos do partido reconhecem que é preciso (até mesmo para ganhar as eleições) reformular o ideário liberal, e mesmo liberal-social, e estabelecer uma ponte com as realidades do país” (Reforma e imaginação. Folha de São Paulo, 10 jul. 1994. Mais!, p. 3). Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em dezembro de 2001, sobre a tentativa de aliança do PT com o PL, Fernando Henrique diz: “O que acho engraçado são as alianças políticas. Querem [o PT] fazer aliança agora com o PL. Qual a diferença entre o PL e o PFL, a não ser o fato de que o PFL é maior e tem uma maior tradição de responsabilidade pública? Acho engraçado... [sorrindo]. Não acho errado isso. Minhas discordâncias com o PT são as mesmas lá de trás - a questão da política de alianças. Defendo isso há 30 anos, [desde] quando escrevia no ‘Opinião’ [jornal semanal de oposição ao regime militar, fundado no Rio em 72 e extinto em 77]. Sempre discordei de luta armada, da visão de um grupo de bons que vai tomar conta do Estado e mudar o mundo. Não acredito nisso. Sou sociólogo, não ideólogo. Sempre briguei nessa matéria, de que tem de haver aliança. Estão começando a chegar perto da minha teoria, da minha prática” (FHC espera Serra, mas acena para Roseana. Folha de São Paulo, 23 dez. 2001. Brasil, p. A16).

² *Jingle* da campanha de FHC (ver Miguel, 2000, p. 199).

³ O Presidente Fernando Henrique Cardoso propôs emenda à Constituição contemplando a possibilidade de reeleição para o Executivo e autorizando os atuais mandatários a participar da disputa. De acordo com Alcoforado (*apud* Marques, 2000, p. 80), “a possibilidade do uso da máquina do Estado em benefício próprio pelo presidente ... tornaria pouco recomendável o instituto da reeleição”. Coube ao Congresso decidir sobre a aprovação ou não da emenda sem consulta prévia à população. Para aprovar a emenda da reeleição, em 28 de janeiro de 1996, o governo federal obteve o apoio de 336 deputados - o mínimo necessário era de 308. Em 13 de maio de 1996, o jornal *Folha de São Paulo* publicou denúncias sobre a compra de votos a favor da aprovação da emenda da reeleição. Os deputados federais acreanos Ronivon Santigado e João Maia, em conversas gravadas, diziam ter vendido seus votos por R\$ 200 mil reais em troca de voto favorável à emenda da reeleição. O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, foi citado como um dos agenciadores da operação

de compra de votos. De acordo com Petras & Veltmeyer (2001, p. 26), quando o presidente dirigia-se ao Congresso, “iniciava uma flagrante compra de votos, oferecendo subvenções federais para os projetos favoritos dos congressistas”. Os autores sustentam que “a diferença entre os casos passados e os presentes de influência política e corrupção é que, no passado, a corrupção lubrificou as rodas do desenvolvimento nacional, seja através dos contratos estatais com empreiteiros privados para desenvolver infra-estruturas, seja através de subsídios federais aos governadores estaduais. A corrupção no governo Cardoso teve um sentido muito diferente. Serviu para ajudar na compra de votos para garantir a venda das mais lucrativas empresas brasileiras ao capital estrangeiro”. Ainda segundo os autores, “apesar das práticas corruptas de Fernando Henrique não se levantou nenhum clamor entre os meios de comunicação, pois era uma corrupção a serviço da grande empresa, diferente da corrupção de Collor, que estava a serviço do enriquecimento pessoal”.

⁴ De acordo com Batista Jr. (*apud* Marques, 2001, p. 90), “a ideologia da globalização desfruta da eterna popularidade das explicações que economizam esforço de reflexão. Serve, muitas vezes, de cortina de fumaça. ‘Globalização’ vira uma espécie de desculpa para tudo, uma explicação fácil para o que acontece de negativo no país”.

⁵ Marques (2000, p. 84) destaca que ao eleger-se a queda da inflação como êxito do Plano Real produz-se um efeito de sentido da inflação como “um mito, uma saga impossível de ser combatida sem FHC, valendo-se para isso do mito político do homem providencial, aquele que realizou a redenção do Brasil”.

⁶ Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 09 nov. 2001.

⁷ Disponível em: <<http://www.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2001.

⁸ Miguel, 2000, p.141. A crença no progresso, segundo a qual o simples passar do tempo implica o melhoramento dos homens e qualquer volta a trás significa a calamidade, alude à coligação do candidato adversário com forças conservadoras, identificadas com o *atraso, com a manutenção do status quo, a não-mudança*. A crença na identificação entre o representante e o povo é retomada com a imagem do líder *caminhando junto com o povo*.

⁹ Folha de São Paulo, 27 maio 2001. *Mais!*, p. 4-5.

¹⁰ Em sua tese de doutoramento, intitulada “Ciência, Literatura e Civilidade”, o Prof. Pedro Cunha Pinto Neto faz uma incursão na produção literária brasileira do final do século XIX e início do século XX buscando as representações sobre a ciência. O objetivo do autor é investigar qual a imagem de ciência que está presente em obras de referência da literatura brasileira e pensar em que medida a ciência se apresenta como elemento constitutivo de um conceito de civilidade - o do homem de ciência - no final do século XIX. Mas o nosso interesse no trabalho de Pinto Neto recai sobre a caracterização do homem de ciência, que é visto como um espírito superior, cujos conhecimentos estão “acima da bitola comum”, e sua relação com os conceitos de civilidade e progresso. Nessa parte da pesquisa, Pinto Neto voltou sua atenção para a forma de vestir, de falar do homem de ciência, para os livros que lê. De maneira geral, esse homem do conhecimento é caracterizado como aquele indivíduo que abandona o mundo, que se afasta do convívio social, preferindo o convívio dos livros - o intelectual puro. Ao mesmo tempo, há a figura do homem de saber, que atua na política, caracterizada pela modernidade. Dessa forma, a ciência também entra na constituição do político quando confere ao Brasil um “choque de modernidade”. O representante político ilustrado assume automaticamente a condição de representante do progresso. Segundo a análise de Pinto Neto (2000), além da erudição e sabedoria, os homens de ciência trazem consigo outros componentes: são fidalgos e representante de idéias de modernidade.

¹¹ FERREIRA, C.; VASCONCELLOS, J. (Orgs.) *Certas Palavras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990. p. 109-10. Entrevista.

¹² Miguel, 2000, p. 136.

¹³ Miguel, 2000, p. 148.

¹⁴ FHC se diz mulato com um “pé na cozinha”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 maio 1994. Brasil, p. 1-6.

¹⁵ Durante um encontro com evangélicos, o então vice na chapa de Lula, o senador José Paulo Bisol, declamou para Lula um poema de sua autoria, “Os álamos” [“Por si os álamos Alex/são apenas álamos altos/Doçura há em nós/e não nos álamos Alex”]. Referindo-se ao episódio, uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo* (ver Bisol é destacado para responder lucanos. 03 jun. 1994. Brasil, p. 1-8) destacava a presumida ignorância do candidato: “Lula se irritou ao ser questionado pela Folha se sabia o que eram álamos. Não respondeu à pergunta.”

¹⁶ Ao abrir seu discurso no almoço que ofereceu a Ruth Cardoso, mulher do presideciável Fernando Henrique Cardoso, Ruth Escobar disse: “Nessa eleição temos duas opções: votar em Jean-Paul Sartre ou escolher um encanador” (Famosas e ricas vão à luta com Ruth em SP. Folha de São Paulo, 05 ago. 1994. Caderno Especial, p. 8.). Lula, rebatendo a declaração de Ruth Escobar, durante comício em Juiz de Fora, disse: “Lá em São Paulo tem uma empresária de teatro chamada Ruth Escobar e ela fez uma reunião na casa dela para puxar o saco do Fernando Henrique Cardoso. Fez até discurso. Disse que nessa eleição a gente tem que escolher entre Jean-Paul Sartre e um encanador. Pois se Sartre estivesse vivo e fosse brasileiro, ele votaria em nós porque lutou a vida inteira contra o preconceito. Ela não ofendeu apenas a mim. Só constatou o preconceito que a elite tem contra o povo. Eu tenho certeza de que ela poderá viver mil anos sem precisar de um filósofo, mas não vai conseguir viver nem dois anos sem um encanador ... No meu governo, um filho de encanador vai disputar vaga na escola e na universidade com o filho de uma empresária como Ruth Escobar. Peço a vocês que me dêem uma chance. A disputa é entre um encanador e um enganador, esse Fernando Henrique Cardoso” (Em Juiz de Fora, FHC é chamado de ‘enganador’. Folha de São Paulo, 10 ago. 1994. Caderno Especial, p. 1).

¹⁷ Miguel, 2000, p. 184

¹⁸ *Jingle* da campanha de FHC (Miguel, 2000, p. 195).

A PRESIDÊNCIA

CAPÍTULO 3

Tucanos, “mal-entendidos” e modalização autonímica

Neste capítulo, comentaremos alguns *episódios* da cena política brasileira que servirão a duas frentes de análise: das formas de heterogeneidade mostrada no discurso e do *ethos*. O próprio título, que associa *tucanos* a “*mal-entendidos*”, encarna, com certa propriedade, o enfoque que propomos para a análise. *Mal-entendidos* recobre, por um lado, um *entendimento* imperfeito ao qual está vinculada uma explicação do *entendido*. Trata-se de processos lingüístico-discursivos que visam a uma explicitação dos sentidos para assegurar o *entendimento* pretendido pelo enunciador. Por outro lado, *mal-entendidos* caracteriza uma das *facetras* do estatuto do enunciador-tucano, identificada no trato das críticas que recebe de seus adversários: *se falta compreensão é preciso explicar melhor o que se diz...*

Destacamos, em nossa análise, as formas metaenunciativas, que *explicitam* o sentido, e os sinais de pontuação, como as aspas, que *marcam* uma referência a um outro discurso. Enquanto as formas metaenunciativas representam um *comentário explícito* dos sentidos, incorporando-os de uma certa maneira ao discurso, as aspas apenas sinalizam a *alteridade*, marcam um *distanciamento* de sentido *não explicitado*. A *palavra entre aspas* também pode vir acompanhada de uma glosa, que *explicita* o sentido a ser mantido à distância. Esses procedimentos implicam no *reconhecimento* de um *já-dito em outro lugar* (a memória do dizer – o interdiscurso) com o qual o discurso polemiza para constituir sua identidade.¹

Maingueneau (2001, p. 158) fala em *modalização autonímica*, que se caracteriza “por englobar o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida”. A metaenunciação configura uma forma de modalização autonímica. Segundo Possenti (1999, p. 05):

os analistas de discurso chamam de metaenunciação o processo pelo qual os locutores comentam aquilo mesmo que dizem. Tais enunciações têm função de marcar não-coincidências, seja entre locutores (dois locutores não empregariam as mesmas palavras), seja entre discursos (já que um discurso pode ser afetado por outro), seja entre as palavras e as coisas (as palavras seriam “incapazes” de nomear de forma transparente), seja das palavras consigo mesmas (as palavras podem ter mais de um sentido).²

Mais especificamente, estaremos lidando com comentários do enunciador sobre sua própria enunciação destinados a corrigir um “erro de interpretação”, a fixar *o sentido* em relação a outros sentidos possíveis (*não-coincidência da palavra consigo mesma, ou seja, quando o enunciador se depara com o fato de que o sentido das palavras é múltiplo*). Trata-se de operar um ajuste de sentidos: ao *explicitar o sentido de x*, o locutor luta contra a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso, defendendo-se das interpretações de *x* que rejeita. Sabemos que a teoria do discurso, em princípio, não aceita que um enunciado (uma palavra) tenha um só sentido. *Todo enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seu sentido pode ser muitos, mas não qualquer um* (ver Pêcheux, 1988). As operações metaenunciativas *desdobram* o dizer, representando-o como não sendo mais óbvio (ilusão da transparência da linguagem). A explicitação de *x* caracteriza-se como uma *reação a um outro sentido*, que irrompe, numa tentativa de o sujeito *controlar* os efeitos de sentido do *dizer x*. O retorno do sujeito ao seu dizer em busca, fundamentalmente, de dissipar um mal entendido real, *simula uma adesão plena do enunciador a seu dizer* (ilusão de um sujeito fonte intencional do sentido), segundo Authier-Revuz (1998). As palavras não têm o sentido que um falante quer que tenham e sim os efeitos de sentido produzidos quando são empregadas em decorrência de seus empregos históricos. O metadiscurso, assim concebido como *instruções sobre a maneira de interpretar*, *exibe um debate com as palavras/os sentidos*.

A polêmica, “como um meio entre outros de desembaraçar-se imaginariamente da alteridade que marca o sujeito do discurso” (Cusin, *apud* Maingueneau, 1984, p. 132), está *aberta* por intermédio da *metaenunciação*. Podemos supor que o metadiscurso, a representação do dizer, dá-se em relação a *um dizer de x* que aparece representado na discursividade como *simulacro*. O metadiscurso aponta para a interincompreensão constitutiva do discurso.

O metadiscurso, em nossa análise, dá visibilidade aos temas da polêmica. Mesmo numa análise superficial, foi possível identificar dois discursos sobre modelos econômicos

em conflito. Tal constatação revela como o debate político alimenta-se do discurso econômico. A polêmica está circunscrita, sobretudo, à discussão de modelos alternativos de desenvolvimento. Os temas, construídos de maneiras divergentes, em função das formações discursivas, dizem respeito ao modelo desenvolvimentista de “modernização” do país que se iniciou com Fernando Henrique Cardoso.³

De acordo com Petras & Veltmeyer (2001, p. 37), “esse modelo econômico está baseado no ‘ajuste estrutural’ da economia nacional às necessidades de uma economia mundial liberalizada e desregulamentada”. Segundo os autores, esse programa de ajuste estrutural (a reforma de mercado livre) foi promulgado como uma forma “de procurar pragmaticamente uma relação mútua (mais equilibrada) entre o estado e o mercado”. Em outras palavras, buscava-se uma ruptura definitiva com passado, com o modelo de desenvolvimento conduzido pelo Estado. Os autores lembram que, ao tomar posse, em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso anunciou o fim da Era Vargas: “a modernização e o modelo de desenvolvimento em ação há 50 anos tinha esgotado seu potencial e atingido seus limites” (Petras & Veltmeyer, 2001, p. 91). Schwartzam (*apud* Petras & Veltmeyer, 2001, p. 98) classifica a justificativa dos liberais para as reformas do sistema de proteção social, elaborado na década de 30, de “insuficiente, insuportável e perversa”. A perversidade, segundo Schwartzam, está na “crença do governo de que a economia poderia crescer sem empecilhos; que, com a produtividade maior e a renda mais alta que viria com o crescimento, as pessoas seriam capazes de cuidar de suas próprias necessidades no tocante à saúde, educação e aposentadoria, com a menor ajuda possível do Estado” (*apud* Petras & Veltmeyer, 2001, p. 98). Ou seja, o crescimento da economia, induzido pela injeção de capital externo no país, conduziria à redução da pobreza, na medida em que haveria uma distribuição natural da renda para toda a população. De acordo com Arbex Jr. (2001, p. 100):

Centros formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram e disseminam discursos e interpretações que reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao “mercado” a resolução dos problemas e demandas de toda a ordem – públicas e privadas, individuais e coletivas. Esses discursos e essas interpretações exercem um profundo e amplo efeito de contaminação em todos os setores de produção cultural e ideológica ... No Brasil, essa “capitulação universal” pode ser facilmente notada na retórica dos candidatos das eleições presidenciais de outubro de 1998. Não será necessário nenhum estudo exaustivo para mostrar que os discursos dos “presidenciáveis” pouco se diferenciavam: todos – de FHC a Lula, exceção feita aos “radicais” do Prona e do PSTU – diziam-se “preocupados” com “questões sociais”, mas

jamais colocaram seriamente em dúvida a legitimidade e a eficácia dos “mecanismos de mercado” como forma de organizar econômica e socialmente a sociedade.

No entanto, foram os custos sociais das reformas liberais, iniciadas e implementadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de acordo com Petras & Veltmeyer (2001, p. 103), que criaram “as principais condições objetivas” para uma oposição e resistência ao modelo de desenvolvimento neoliberal do governo:

O mundo de hoje apresenta duas realidades: do lado econômico, redução no tamanho do Estado, privatização das atividades econômicas, lógica do mercado, abertura comercial e respeito aos limites fiscais com compromisso com a estabilidade monetária; do lado social, um grave quadro de pobreza, agravado pelo aumento na desigualdade social, que começa a se transformar em um sistema de apartação, com desenvolvimento em separado de duas partes da sociedade, uma rica, incluída na modernidade, e outra pobre e excluída”. (Buarque, 2002, p. 98)

Nesse sentido, a construção dos temas exhibe a controvérsia em torno de um modelo desenvolvimentista nacional, de intervenção pública para promover mudanças no quadro da realidade econômica e social, e de um modelo neoliberal, de não intervenção, ou de uma política neo-social, orientada para o mercado, mas que defende um equilíbrio entre Estado e mercado. Para Buarque (2002, p. 100):

os políticos brasileiros continuam divididos entre os que prometem a riqueza para todos graças aos investimentos estrangeiros que virão quando o Estado for destruído, e os que prometem tirar todos da pobreza graças à intervenção do Estado, garantindo serviços estatais de qualidade para todos. Um pacto de espera entre a esquerda, que promete o paraíso dos serviços públicos, e a direita, que promete o paraíso da economia global.

Elegemos também as *coordenadas da cenografia do discurso tucano* para traçarmos um retrato de seu enunciador: *uma identidade social sinalizada pelo seu comportamento verbal*. A identidade desse fiador deve ser compatível com o “mundo” que ele deverá construir em seu enunciado. Procuramos, assim, demonstrar a construção de uma *cenografia da autoridade emunciativa*. A construção da *cenografia* não escapa ao fundamento da heterogeneidade discursiva. O universo de sentido que uma FD constrói através da sua enunciação constitui-se no espaço do interdiscurso, das relações constitutivas

com outros discursos. O *ethos* enunciativo (a identidade social do *eu*) passa a ser reconhecido (autorizado) em função desse universo de sentido, essa instância de enunciação que o discurso constrói para autorizar sua enunciação. Maingueneau (2001, p. 99) lembra que “não podemos dissociar a organização de conteúdos dos enunciados e a legitimação da cena de fala”.

O caso de “Caipiras”*

[do tupi *kai 'pira.*] S. 2 g. 1. Bras., S. Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros.
(Novo Dicionário Aurélio)

O léxico ainda tem seu lugar no quadro de preocupações da AD. O olhar do analista de discurso incide sobre *palavras* cuja significação sucumbe a coerções discursivas:

Tornou-se lugar-comum dizer que o léxico de uma língua não pode ser considerado independentemente das ideologias que circulam no interior de uma sociedade, das posições de seus usuários. O analista do discurso certamente lida com palavras que figuram nos dicionários, mas não é nele que encontrará todos os elementos que lhe são necessários para apreender o valor de uma palavra em uma formação discursiva determinada. (Maingueneau, 1997, p. 152)

A questão do léxico em AD deve ser discutida com vistas à conceituação de língua na teoria do discurso. No âmbito discursivo, a língua é reconhecida pela sua opacidade. A língua, condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo lingüística e histórica, está atravessada por múltiplos discursos.⁴ Assim, para chegar aos sentidos, a AD não pode recorrer simplesmente à palavra inscrita no dicionário, ao mesmo tempo em que não pode negligenciá-la, ou seja, “não pode recusar a existência de um Dicionário, de um espaço de uniformização semântica relativa, o que Marandin chama de um ‘discurso nacional’ em que ‘cada entrada constitui um conjunto consistente de enunciados, separado da formação discursiva onde foram produzidos e, de alguma forma, ‘naturalizados’” (Maingueneau, 1997, p. 152). *Nenhuma palavra vem neutra do dicionário;*

* O caso da palavra “caipira” poderia figurar no capítulo 4, que trata de léxico e denominações. Decidimos incluí-lo neste capítulo porque o enunciador vê-se obrigado a retificar o que disse, ou seja, a explicar o sentido da palavra “caipira”.

elas são habitadas pelo discurso no qual elas viveram suas vidas de palavras (Authier-Revuz, 1982). De acordo com Fairclough (2001), há uma gama de significados convencionalmente associados com a palavra, que um dicionário tentará representar. Assim, a semântica da língua (*a palavra no dicionário*) pode saturar a palavra por *um sentido* (um pré-construído cristalizado nos dicionários). No entanto, há palavras que não apresentam conformidade entre semântica da língua e semântica do discurso. São palavras que estabelecem relações muito *débeis* com a semântica da língua (*democracia, nacionalismo, esquerda...*), casos em que recorrer ao dicionário pode não *significar* muito. Para essas palavras, faz-se necessário considerar o *interdiscurso* para circunscrever seus sentidos.

Vamos observar os empregos da palavra *caipira* no conjunto de enunciados a seguir.

Em julho de 1996, em visita a Lisboa, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse ao jornal português “Diário de Notícias” que os brasileiros são “caipiras” e que o Brasil é “provinciano”. Segundo o presidente, esses dois elementos seriam importantes para tentar explicar a rejeição que os brasileiros teriam ao processo de globalização.

O que foi dito:

Fernando Henrique Cardoso:

(1) “Como vivi fora do Brasil, na Europa, no Chile, na Argentina, dei conta disso. Os brasileiros são **caipiras**, desconhecem o outro lado e, quando conhecem, se encantam. O problema é esse ... **O Brasil não tem muita noção do resto do mundo.**” (FHC diz que brasileiros são isolacionistas e “caipiras”. Folha de São Paulo, 16 jul. 1996. Brasil, p.5)

O “mal-entendido”:

Luiz Inácio Lula da Silva:

(2) “Ele, que fala tantas línguas, precisava aprender português para conhecer o sentimento do brasileiro e não falar tanta bobagem.” (Para Lula, FHC falou “bobagem”. Folha de São Paulo, 22 jul. 1996. Brasil, p. 10)

Luiza Erundina, candidata do PT à Prefeitura de São Paulo:

(3) “É que ele viveu muito tempo na Europa e ainda não se aculturou. É uma atitude pouco recomendável para um chefe de Estado ... O presidente pensa isso mesmo. Ele é tão auto-suficiente que acha que fala essas coisas e vai ser entendido, que ninguém vai discordar”. (Erundina diz que há oportunismo de FHC. Folha de São Paulo, 17 jul. 1996. Brasil, p. 08)

José Genoio, deputado federal (PT-SP):

(4) “Essa declaração mostra arrogância, pois caipira **tem um sentido pejorativo, significa matuto, é uma expressão preconceituosa.**” (Congresso reage às declarações de FHC. Folha de São Paulo, 17 jul. 1996. Brasil, p. 06)

Antônio Carlos Magalhães, senador (PFL-BA):

(5) “Tudo que é preciso ser explicado é ruim. **Será impossível para ele [o presidente] explicar o sentido de caipira que quis dar em suas declarações.**” (Congresso reage às declarações de FHC. Folha de São Paulo, 17 jul. 1996. Brasil, p. 6)

Inocência Oliveira, deputado federal (PFL-PE):

(6) “**Eu sou caipira, no bom sentido**, com muito orgulho”, reagiu o líder do PFL na Câmara. Para o pefelista, “caipira no bom sentido” significa “**aquele que, apesar de viver numa região pobre, pensa grande**”. (Congresso reage às declarações de FHC. Folha de São Paulo, 17 jul. 1996. Brasil, p. 06)

O que Fernando Henrique “quis dizer”:

(7) “**Somos um país voltado para dentro. Foi só o que eu disse. Somos gente boa, somos caipiras**”. (Congresso reage às declarações de FHC. Folha de São Paulo, 17 jul. 1996. Brasil, p. 06)

(8) “**Eu disse uma coisa simpática, que o Brasil não é um país arrogante, não desdenha outros países, mas está preocupado com ele próprio.** Eu gosto de Chitãozinho e Xororó”. (FHC vive dia de brasileiro caipira na viagem a Lisboa. Folha de São Paulo, 18 jul. 1996. Brasil, p.04)

A palavra *comentada* é **caipira** porque, nessa circunstância, ela supõe outros discursos, ou seja, representa um ponto de encontro de sentidos. Assim, a mesma palavra será diferentemente interpretada em diferentes formações discursivas. Não é em qualquer *discurso* que *caipira* significa *gente boa*. Está representado nos enunciados acima que o sentido não é óbvio, ele pode sempre ser outro. Trata-se de uma palavra marcada. Usar palavras como *caipira* para designar pessoas ou grupos de pessoas produz efeitos de sentido marcados. Assim, ao comentar, o locutor luta contra um *já-dito* sedimentado na palavra *caipira*. Há um *sentido marcado de caipira* (visão do senso comum), que *satura* o material verbal e que se pode associar a um sentido cristalizado, de “Dicionário”. Parece que, nessa discussão, não devemos levar em conta apenas os sentidos correntes da palavra, mas suas associações com os discursos nos quais tipicamente ocorre. A palavra em questão, no Brasil, tem óbvias relações com discursos preconceituosos. De acordo com uma matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*,⁵ a palavra “caipira” tem um sentido pejorativo, depreciativo. É usada como sinônimo de “atrasado”, “ingênuo”, “tolo” e “casca-grossa”.

Trata-se reconhecidamente de um *mau sentido* (preconceito!) que aponta para o habitante do campo (que não é urbano),⁶ de pouca instrução - *ignorante* - e de modos rústicos. O locutor vê-se obrigado a desfazer um mal entendido, a lutar contra *um trabalho ideológico de estabilização dos sentidos*, explicando o sentido que quis dar à palavra *caipira*: *no sentido de voltado exclusivamente para o próprio país, de gente boa, que não é arrogante, que não desdenha de outros países.*

A explicação de caipira como *voltado exclusivamente para o próprio país*, ao contrário, não desloca os sentidos estabilizados. O sentido de caipira posto em cena pelo sujeito em sua explicação refere-se àquela pessoa *fechada*, ou seja, que não está em *contato* com a atualidade do mundo (ordem urbano-industrial!).

O enunciado (6), em que o deputado Inocêncio de Oliveira diz ser *caipira no bom sentido*, ilustra a existência desse discurso que significa a palavra *caipira no mau sentido*. A explicação do termo pelo deputado opõe a suposta “ignorância” do caipira ao pensar grande. Assim, a polêmica em torno de *caipira* sugere um discurso preconceituoso segundo o qual o morador do campo pensa pequeno, é pouco inteligente (não é escolarizado!). Contrapondo-se a essa imagem-identidade do Brasil, está a figura de quem conhece, o intelectual que fala várias línguas, que já viveu em vários países, o cosmopolita (em oposição ao Brasil provinciano), *que tem noção do resto do mundo*. Assim, FHC diferencia-se do Brasil (*caipira!*).

A *não identidade*, a *distinção* entre representantes – elites intelectuais – e representados – massas – cujo destino é “deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes” (Ortega y Gasset *apud* Bobbio, 1997, p. 33), significa – e legitima – o representante político tucano em seu registro positivo: o governo pelos sábios. A *não identidade*, no registro negativo da formação discursiva adversária, deslegitima o tucano como representante político (ver capítulo 2).

A oposição (enunciados 2, 3 e 4) mobiliza o discurso de desqualificação do saber formal em relação a um saber experimental para responder às declarações do presidente. Assim como nas campanhas eleitorais, o presidente é representado como *estrangeiro em seu próprio país*, o intelectual que pensa constituir uma categoria à parte, *não conhecedor da realidade do povo e do país*, qualificações que o tornam *não preparado* para a função pública que exerce na medida em que o caráter identitário é convocado para significar a categoria de representante político. O enunciado (8) propõe, como resposta a esse discurso, uma *identificação* do enunciador com o Brasil caipira: “*Eu gosto de Chitãozinho e Xororó*”.

Os comentários sobre a significação de *caipira* podem ser relacionados à noção de *ethos*.

Na problemática do *ethos*, as “idéias” suscitam a adesão ao se apresentarem através de um fiador, uma voz, uma maneira de dizer, que remete a uma maneira de ser. Podemos ilustrar essa questão citando o exemplo do discurso médico em Michel Foucault:

a fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos, e, de maneira mais geral, sua própria existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-la. (*apud* Maingueneau, 1997, p.36)

Sobre a formulação de Foucault, Maingueneau (1997) alerta para a “falsa pista” a que tal formulação pode conduzir:

não é por terem dado prova de competência que detêm o discurso médico, mas porque o exercício desse discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que o ocupa, supostamente as detém. (Maingueneau, 1997, p. 37)

Nesse sentido, estamos lidando com a noção de autoridade relacionada a uma enunciação. “O discurso só é ‘autorizado’ e, conseqüentemente, eficaz, se for reconhecido como tal” (Maingueneau, 1997, p. 37).

O *locutor discursivo*, um dos elementos da *cenografia* do discurso, constrói sua autoridade enunciativa ao determinar para si a identidade (o lugar de enunciação) *de sociólogo que se dedica (ou se dedicou) à análise da realidade do país*. Essa identidade confere *legitimidade* ao seu dizer. O locutor está investido de todas as competências (a racionalidade científica) que lhe permitem *um olhar crítico sobre seu país*. A composição dessa identidade não escapa ao tom *assertivo e arrogante* de quem se reconhece como *superioridade bem-pensante: o pensar legítimo* que autoriza o enunciador a pensar contra o senso comum.

O caminho do meio: desvio à direita

Na verdade, a grande força da candidatura Fernando Henrique está na sua coerência. Está no fato de ser de centro-esquerda sem ser arcaica, de ser voltada para o interesse nacional sem ser nacionalista, de ser moderna sem ser conservadora, de ser voltada para o mercado sem ignorar suas limitações, de pretender liberalizar e privatizar sem querer destruir ou predar o Estado. É esta grande coerência que a coloca no centro da sociedade brasileira, que lhe garantirá um apoio crescente nos próximos meses, e que provavelmente levará Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República.

Luiz Carlos Bresser Pereira

Política industrial

(1) *Folha* - E eles [a oposição] têm dito que a política do sr. se preocupou apenas com a estabilidade da economia, não fez uma política industrial. Pelo contrário, sucateou a indústria. Fernando Henrique - Não é verdade. Tivemos uma profunda modificação na estrutura produtiva brasileira. Todos que diziam que nós estávamos sucateando a indústria não enxergam um palmo. Sabe por que não enxergam? Porque não saem de casa, porque não vão ver ... Quem vai ver o que está acontecendo verifica que houve uma transformação qualitativa da indústria brasileira, cuja conseqüência é o aumento de produtividade, da competitividade. O resultado é que mais da metade da nossa exportação hoje é de manufaturados. Como é que pode uma indústria sucateada exportar e aumentar a exportação? Não pode.

[...]

Folha - Pelo que o sr. diz, o seu governo teria uma espécie de política industrial não nomeada?

Fernando Henrique - É claro que temos.

Folha - Mas para o Malan isso é palavrão.

Fernando Henrique - Vocês é que dizem. Vocês falaram com ele sobre isso? Não é o Malan. É muito mais o pessoal do setor financeiro. Qual é a nossa resistência? É à velha política industrial: aumento de tarifa, renúncia fiscal e juros subsidiados. O que se chamava de política industrial era aumento de tarifa e juros subsidiados. O que era? Tomar do povo, dar para os empresários e apontar o vencedor ... É mais fácil fazer preto e branco. Nós mudamos todo o setor industrial brasileiro. Sem política? Foi por acaso? Não. Nós decidimos: vamos criar aqui, limpar ali, não vamos escolher vencedor, mas dar condições.

Folha - O sr. não gosta do preto e branco, mas no que consiste, em resumo, a sua política industrial?

FHC - Uma política industrial que acha que a competição é fundamental, que tem de haver investimentos, que tem de haver transparência e que o governo não pode escolher o vencedor. (Não tem “saco de bondade”, diz presidente. *Folha* de São Paulo, 23 dez. 2001. Brasil, p. A17)

(2) “Hoje, mais de 50% da pauta de exportação brasileira é feita por produtos manufaturados. Cinquenta por cento. Commodities? Vinte e poucos por cento. É uma mudança de qualidade. E, quando nós vendemos produtos manufaturados, vendemos para quem? Para a América Latina? Sim. Para os Estados Unidos também, e bastante. Porque a qualidade é competitiva. E quanta gente ignorante ou, então, de má-fé, ou, então, movida pelo ódio, diz que nós estamos sucateando a indústria. É possível? É possível que se repitam essas bobagens, e que não se vá ver o que acontece? Além das turbinas que estamos produzindo para a China, estamos, agora, com proposta de fazer aviões com a França. Por quê? Porque sucateamos a indústria? Meu Deus! Como dizia Castro Alves: “Tanto horror perante os céus”. Será que não é possível um pouco mais de discernimento e de coragem para ver as coisas? ... Ficamos, às vezes, intimidados com a primeira bobagem de alguém, que se supõe de oposição – às vezes nem o é, é apenas por ignorância – brada.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia referente aos sete anos do Plano Real. Rio de Janeiro, RJ, 12 jul. 2001)

Com as *mesmas* palavras não falamos das *mesmas* coisas. Isto é, não há literalidade do sentido, ele sempre pode ser outro. O sentido de *política industrial* é constituído no interdiscurso político/econômico. Trata-se de uma palavra marcada, ou seja, pertence a um discurso, digamos, “nacionalista”. Ou seja, diz respeito a uma industrialização induzida pelo Estado. O termo *política industrial* é, assim, explorado por posições discursivas

antagonistas. Falar em política industrial, na discursividade tucana, significa intervencionismo estatal, industrialização induzida pelo Estado, ou seja, subsidiar projetos industriais. Trata-se de uma prática associada ao passado, a um modelo de desenvolvimento capitalista estatal, que contraria o modelo desenvolvimentista de modernização dos tucanos, em que o controle passa do Estado para o mercado. Assim, para que ela possa pertencer ao discurso liberal (dos tucanos), é preciso *deslocá-la*. Pêcheux (1975) afirma que *as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam*.⁷ A variação semântica configura o conflito ideológico. Enunciar *política industrial* coloca em circulação múltiplas significações. Ao *nomear política industrial* ocorre, inevitavelmente, *uma marcação da alteridade*. Como bem observa Maingueneau (1997, p. 155), “enunciar certos significantes implica significar (nos dois sentidos da palavra) o lugar de onde os enunciamos, mas é também significar sobretudo o lugar de onde não enunciamos”. O *conteúdo rejeitado*, posto em cena para *marcar a distância*, para *instaurar a fronteira*, materializa-se na superfície discursiva (com o *comentário*) no registro negativo da FD que o incorporou. É interessante atentar para o fato de *política industrial* significar um *palavrão* para o não menos tucano ministro da Fazenda, Pedro Malan.⁸ *Política industrial* seria um termo chave do registro negativo do discurso neoliberal. No enunciado destacado, o sentido de política industrial está explicitado na *forma dupla*. Num primeiro momento, o sentido é explicitado na *forma negativa*: *não deve ser compreendida como velha política industrial: aumento de tarifa, renúncia fiscal e juros subsidiados*. A forma negativa faz intervir o *outro* sentido como simulacro (*velha política industrial*). Mais adiante, o enunciador vê-se pressionado a especificar o sentido em sua *forma positiva*: *uma política industrial que acha que a competição é fundamental, que tem de haver investimentos, que tem de haver transparência e que o governo não pode escolher o vencedor*.

A *cronografia*, uma das coordenadas da *dêixis discursiva*, pode ser pensada, nesse exemplo, como um dos elementos mobilizados para compor a autoridade da fonte enunciativa e desqualificar *o que os adversários dizem sobre política industrial*. No eco da *cenografia* construída pela discursividade tucana, a designação coloca em oposição o *velho* e o *novo*: *a velha política industrial à moderna política industrial de um governo progressista, que tem vontade política de libertar o Brasil do atraso, de promover mudanças irreversíveis, sobretudo mudanças de consciências, de mentalidade, de cultura*. Dentre os caracteres positivos que significam *o representante político intelectual no*

discurso tucano destaca-se a propensão para a *revolução*, a *inovação*. O governo tem uma política industrial, senhores adversários, mas não *a velha política industrial*. A marcação da alteridade por intermédio da designação *velha política industrial* procura distanciar palavra/coisa. Parece certo que se política industrial for entendida como *aumento de tarifa, renúncia fiscal e juros subsidiados*, a crítica da Oposição [*o governo não tem política industrial*] faz sentido. Para se defender da acusação de seus adversários, o enunciador faz a adequação do nome (política industrial) a sua prática ao romper a evidência do UM da palavra e de seu sentido (ver Authier-Revuz, 1998).

NACIONALISMO

(1) “Quero dizer aqui, no Rio de Janeiro, na cidade onde nasci, e vindo de uma família de pessoas ligadas ao petróleo: meu pai era ‘general do petróleo’, do ‘O Petróleo é nosso’. Fui, também, lutador pela questão do ‘O Petróleo é nosso’, **que este é o verdadeiro nacionalismo. Não um nacionalismo que olha para trás, mas um nacionalismo que olha para frente, de quem faz o Brasil avançar. Nós estamos fazendo o Brasil avançar ... Quem vê hoje essa transformação, quem vê a Petrobrás se associando às empresas e crescendo como nunca - como nunca - entende o quê é um novo momento do nacionalismo brasileiro, que não é o nacionalismo do botocudismo,⁹ não é o nacionalismo que fica o tempo todo impedindo que as coisas aconteçam, não é um Estado parasitário, em que as burocracias sugam, através do Tesouro, o dinheiro do povo.**” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura de concessões de áreas de exploração de petróleo e gás natural, Rio de Janeiro, s.d.)

(2) Fernando Henrique Cardoso: “**Se houver aqui uma patriotada, quer dizer, uma exploração daquele nacionalismo que não é sadio, vai atrapalhar. Os discursos da direita e da esquerda, quando se radicalizam, são quase sempre patriotadas.** Eles não sabem o que estamos fazendo porque não percebem, ou não querem perceber, que estamos **defendendo os interesses estratégicos do Brasil.**” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Toledo, 1998, p. 131)

(3) “**E com esse espírito, com esse espírito novo, com um espírito de confiança, espírito de gente que não tem medo de se abrir, mas que sabe também que há interesses que são nacionais, que tem que ser preservados...** E, para preservá-los, é preciso ter inteligência, talento, é preciso ter a capacidade de visualizar, de ver mais longe e não apenas de chorar por um passado que não foi tão glorioso assim, que, pelo contrário, foi um passado em que havia muito analfabeto, muito pobre, muita miséria.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura de concessões de áreas de exploração de petróleo e gás natural. Rio de Janeiro, s.d.)

(4) *Veja*: Se o PT estivesse no governo, ele realizaria o que propõe?

Fernando Henrique: **Não. Governar propondo o quê? O isolamento da economia do Brasil do resto do mundo? A ação crescente do Estado? Aconteceu no Brasil que o setor que se quer progressista acabou defensor do atraso.** (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, n. 1512, 10 set. 1997)

(5) Miriam Leitão: O PT e a Fiesp têm uma idéia em comum sobre o que fazer a esse respeito. Eles são a favor de levantar barreiras à importação e proteger determinados setores. O que o senhor acha dessa proposta?

Fernando Henrique Cardoso: **É a aliança do arcaico. Isso acontece às vezes. As pessoas não percebem que estamos em outra etapa do capitalismo mundial.** (Entrevista ao telejornal Bom dia Brasil, 09 ago. 2001)

Assim como no caso de *política industrial*, falar em *nacionalismo*, em tempos de *globalização*, de *flexibilização*, de *Estado-mínimo*, pode soar anacrônico, *sem sentido*. Está representado pelos enunciados (1) e (2) que o locutor luta contra um *já-dito em outro lugar* cristalizado na palavra *nacionalismo*. Cada discurso, diz Maingueneau (1984, p. 109), “repousa sobre um conjunto de semas repartidos sobre dois registros, de uma parte os semas positivos, reivindicados, de outra parte os semas negativos, rejeitados”. A memória do dizer que satura *nacionalismo* faz com que o sema seja rejeitado e só seja reivindicado pelo discurso quando *devidamente re-significado*. A palavra torna-se “um lugar compartilhado, onde se confrontam discursos diferentes, portadores de sentidos diferentes para essa palavra” (Authier-Revuz, 1992, p. 41). O discurso tucano pretende o monopólio da significação de *nacionalismo* ao denegar o *outro sentido* como incompatível com a realidade, *com o pano de fundo do que está ocorrendo no mundo de hoje* (História!), e por extensão, *com a verdade*. A estratégia consiste em *integrar* o significante (para dizer *Ei, nós também defendemos o interesse nacional!*), mas *esvaziado* de seu *sentido outro*, e preenchê-lo com um sentido *novo, atual*. O real da história demanda a produção de novos sentidos para *nacionalismo*. A *globalização* é um fato, *o mundo mudou*, não faz *sentido* (?) aquele *nacionalismo velho e encarquilhado*. O sentido *enferrujado, na contramão da História*, que o discurso tucano reconhece, alude à figura do Estado-empresário, gestor da economia.

Maingueneau (1984, p. 127) diz que um discurso é abandonado “porque alguma coisa abalou tudo o que o sustentava silenciosamente e a crença se transferiu para outros lugares”. O discurso perde o sentido quando as condições históricas que o favoreciam desaparecem - ou quando se faz crer que desapareceram (“*A globalização é inevitável*” ou “*Não há alternativa para a nossa política econômica*”). Mudanças ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial redefiniram os modos de produção e os sentidos. A internacionalização da economia é significada como *um fato*; cristalizou-se o discurso de que *nacionalismo, política industrial, subsídio*, em resumo, qualquer forma de intervenção do Estado na economia (o desenvolvimento tradicional) não faz sentido algum, mas *isso não significa* que o governo, no discurso dos tucanos, não esteja comprometido com o

interesse nacional: *uma das funções do Estado é criar condições que estimulem a produção de riquezas pelas indústrias e não pelo Estado.*¹⁰

Esse *contra-enredo*, o neoliberalismo, que se insurgiu contra o modelo nacionalista desenvolvimentista tradicional, segundo o sociólogo americano Immanuel Wallerstein, foi autorizado pelas condições históricas: *o fracasso do próprio sucesso do modelo econômico capitalista*. O autor sustenta que a “economia-mundo capitalista” tem sido um sistema “incrivelmente bem-sucedido no que se refere ao que quer fazer, que é a interminável acumulação de capital”. Para o autor, o sucesso dessa economia-mundo demanda três coisas e cada uma delas está exercendo uma forte pressão sobre a acumulação de capital:

Primeiro, em todo o mundo, o custo da mão-de-obra tem aumentado constantemente para os produtores. O principal método que tem sido utilizado para conter o aumento do custo do trabalho pouco qualificado é o da realocação de fábricas para locais em que o custo da mão-de-obra é mais baixo. Isso acontece sempre que uma ação coletiva dos trabalhadores consegue melhorar salários numa determinada região do planeta. O problema é que, após cerca de 25 anos, as pessoas se tornaram mais conscientes politicamente e se engajaram em ações sindicais, fazendo com que seus salários aumentassem. Isso forçou os empreendedores a mudar de zona mais uma vez. Com o despovoamento das zonas rurais, que estará completo em 25 anos, os empreendedores não poderão mais buscar trabalhadores que aceitem salários baixos no campo, o que fará com que o custo da mão-de-obra suba. Ademais, o aumento do número de executivos do sistema em relação ao restante dos atores sociais ou econômicos (muitas vezes classificado de crescimento da “classe média”) representa um considerável custo da mão-de-obra, que também pesa na acumulação do capital. Segundo, os capitalistas têm mantido seus preços baixos não pagando suas contas, algo que os economistas chamam de “externalização” dos custos. Isso significa que boa parte dos custos de produção – como a renovação de recursos ou de infra-estruturas – é paga pelo Estado (e, portanto, pela população em geral), não pelos empreendedores que lucram com os negócios. Mas como acabamos por exaurir o ambiente como fizemos com as populações rurais. É por isso que temos visto o crescimento de movimentos ambientalistas nos últimos 50 anos em todo o mundo. Assim, os governos começaram a pressionar os produtores para que eles “internalizassem” seus custos. Terceiro, para evitar rebeliões sociais constantes, os Estados foram “democratizados”. O que isso significa, na realidade? Significa que é exigido dos Estados que forneçam três coisas básicas aos cidadãos: educação, saúde e garantias de uma receita durável. Ou seja, o Estado do Bem-Estar Social. Logicamente, isso custa dinheiro, e esse dinheiro é obtido por meio de impostos e, em última análise, por cortes na acumulação do capital. O Estado do Bem-Estar Social começou pequeno e em poucos países. Ele tem crescido constantemente e expandiu-se a vários países. Mas a conta planetária tornou-se agora muito alta e não pára de crescer. Assim, os três principais custos dos capitalistas – o custo do trabalho, o custo dos insumos e o custo dos impostos – aumentaram muito, criando, portanto, uma forte pressão sobre os lucros. Para não correr riscos, os capitalistas respondem politicamente, criando uma pressão contrária. A ofensiva neoliberal dos últimos 30 anos nada mais é do que isso.¹¹

O discurso neoliberal apresenta-se como uma ruptura no discurso nacional desenvolvimentista, interditando politicamente sentidos possíveis, historicamente viáveis, que passaram a ser desmoralizados, denegados, e foram postos para fora do discurso. O discurso tucano busca a atualização desses sentidos. Os “Novos Tempos” significam que todo um legado de pensamento social-democrata deve ser remodelado (ver Giddens, 2001).

No enunciado (2), a presença do marcador parafrástico *quer dizer* expõe na superfície uma tentativa de controle de *sentidos*. O *dizer diferentemente a “mesma” coisa* encerra um *conflito* de identidades entre os termos *comentados*: *o um sempre pode ser outro, misturando o mau e o bom*. Ao descrever *patriotada* como *exploração daquele nacionalismo que não é sadio*, abrem-se possibilidades de interpretação para *nacionalismo que não é sadio* e, por extensão, para *nacionalismo que é sadio*. Podemos perceber que as coordenadas *tempo* e *espaço* da cena enunciativa, que se confundem no discurso tucano, atuam na *rotulagem* dos sentidos de *nacionalismo*. Há um *novo nacionalismo, sadio*, que está *ao lado da história*. O governo está identificado com esse *neonacionalismo*. E há um nacionalismo a ser *varrido* apenas das *mentes de alguns*, já que a própria história o atropelou. É um *nacionalismo não sadio, botocudo (caipira!)*, *aquele que olha para trás*, com o qual os críticos do governo estão identificados, *obviamente*.

A *semântica*, mobilizada pelo sujeito do discurso em seus *comentários metalingüísticos*, aponta para o quanto o discurso político constitui-se do discurso econômico. A construção de uma economia *aberta, que representa o fim das fronteiras (neonacionalismo)*, aumentando a *integração* das economias nacionais (*globalização*), associa-se a uma idéia de *futuro (moderno)*, um tempo tipicamente *melhor*. A antítese, uma economia *fechada (caipira, voltada para dentro; velho nacionalismo)*, alude à idéia de *passado*, caracterizado como tempo *ruim*. Em *caipirês*, o descompasso temporal é espacialmente significado pela antítese *campo x cidade*. O *senso comum* (o *Dicionário*) atribui à palavra *aberta* um conteúdo positivo: um *tempo aberto* oferece mais oportunidades de lazer que um *tempo fechado*.¹² A dicotomia *aberta x fechada*, referente ao discurso econômico, sobrepõe-se às dicotomias *moderno x atraso*, *progressista x conservador*, ou *esquerda x direita*, constitutivas do discurso político.

“Esquerda”

Nesta seção, analisaremos uma outra forma de manifestação da modalização autonímica: as aspas. Trata-se de uma forma “mais complexa” de heterogeneidade. De acordo com Authier-Revuz (1982, p. 02), “o locutor faz uso de palavras inscritas no fio do seu discurso (sem a ruptura própria à autonomia) e, ao mesmo, ele as mostra”. As aspas não se inserem no fio do discurso “num plano diferente do restante da frase”, ou seja, o recurso das aspas não rompe com a ordem da sintaxe, ao contrário de construções que não estão integradas à frase, mas se acrescentam a ela em forma de comentário. Mainguneau (2001, p. 160) diz: “com as aspas, sabemos exatamente sobre qual elemento recai a modalização autonímica ... contudo, resta ao leitor compreender o valor das aspas”. A colocação das aspas mantém a distância expressões – certas palavras produzem efeitos de sentido marcados – que são atribuídas a “vozes” outras (isto é, não pertencem à formação discursiva na qual ou da qual são enunciadas). Também gostaríamos de chamar a atenção, com nossa análise, para o processo de construção de identidades no movimento dos sentidos. Não estamos falando apenas da construção de um *ethos*, da personalidade do enunciador, que se revela por meio da enunciação. Trata-se de acompanhar, num primeiro momento, a identidade que o ator político Fernando Henrique Cardoso constrói para si, em torno *dos sentidos* de “esquerda” e “direita”, ao polemizar com os representantes de esquerda. A maneira de construir essa identidade será, num segundo momento, entendida como um efeito do *ethos* tucano. Em primeiro plano, está a construção de uma “identidade” para vertentes ideológicas – direita e esquerda – que ainda existem e que, portanto, fazem sentido para a sociedade. Não o mesmo sentido. Sentidos cambiantes associam-se a essas palavras em decorrência da inscrição da língua na concretude da história. As nossas duas incômodas palavras não são deslocadas de um contexto a outro sem que a elas seja atribuído um sentido outro. Quando falamos em contexto, pensamos na articulação de espaços: o espaço da conjuntura histórica e o espaço das formações discursivas.

O ponto de partida para a discussão desta forma de modalização autonímica consiste no trecho de uma entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.¹³ Além deste enunciado principal (1), em que a palavra *esquerda* aparece entre aspas, destacamos uma coletânea de enunciados complementares (de 2 a 9), que poderiam acompanhar a palavra entre aspas, explicitando o seu sentido. Antes, algumas considerações relevantes para o andamento da discussão.

Uma história de sentidos

A “grande divisão” direita-esquerda não virou sucata ideológica: não foi derrubada com o Muro de Berlim em 09 de novembro de 1989, nem sepultada com o socialismo. “O histórico faliu. Mas o desafio por ele lançado permaneceu” (Bobbio, 1995, p. 214). Direita e esquerda estão vivas ou, em relação aos seus sentidos, foram reavivadas: continuam a ser empregadas a propósito de partidos, de políticos, de movimentos sociais, de alinhamentos de jornais, de programas de governo.

Bobbio (1995) pergunta se é verdade ou não que a primeira pergunta que fazemos quando trocamos opiniões a respeito de um político é se ele é de direita ou de esquerda. “Pergunta sem sentido?” Não hesitamos em identificar Paulo Maluf como um político de direita e Lula como um político de esquerda. Há dois anos, Jean-Marie Le Pen disse: “Doze chefes de governo da União Européia são comunistas ou socialistas, ou comunosocialistas”.

Nas eleições presidenciais de 1989, a atriz Marília Pêra declarou publicamente sua opção política pelo candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. A atriz se apresentava no teatro Jardel Filho quando simpatizantes da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que retornavam do comício de encerramento da campanha eleitoral do PT, passaram em frente ao teatro e gritaram: “Marília ‘colloriu’, vá pra puta que pariu”. O incidente mereceu uma carta da atriz, intitulada “Há 20 anos...”, publicada em vários jornais do país:

Há 20 anos, em São Paulo, fui agredida física e verbalmente, no teatro Ruth Escobar, pelo C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas). Fiquei sabendo, então, que eu era de esquerda, e por ser de esquerda fui presa em São Paulo em 1969 e presa de novo em 1970, tendo sido conduzida à delegacia num fusca onde (me explicava o delegado) foi executado meu companheiro Marighela. Cumpri todo o calvário que uma pessoa de esquerda tinha de cumprir naquela ocasião. Admiro Roberto Freire por sua integridade, mas meu candidato é Fernando Collor de Mello. Por ter declarado meu voto a Collor, fiquei sabendo, então, que sou de direita ... O que é isso? Direita e esquerda? Estou do lado dos trabalhadores, da integridade, da justiça, da liberdade, da democracia, da solidariedade, da saúde, da educação, da cultura, da alegria, do amor. Sou contra a violência, contra a repressão, o autoritarismo, contra a miséria e a fome, contra o jeitinho brasileiro, contra ignorância ecológica, contra a ditadura. Me deixem em paz ... Pra mim, é Fla e Flu. É Corinthians e São Paulo. É Mangueira e Império. Meus colegas de profissão são todos do Lula, Brizola, Freire ou, no máximo, Covas. Tá bom. Entendi a mensagem. Todos na ‘esquerda’. Tudo bem. Mas gosto e confio mais no Collor. Para mim, ele é de centro-esquerda. Eu sou tão ignorante quanto a maioria do povo brasileiro. A culpa não é só minha.¹⁴

Com a passagem de um mundo bipolar para um mundo de dimensões múltiplas, a polarização ideológica, que a partir da Revolução Francesa serviu para dividir o universo político em duas partes opostas, esmaeceu. Mas não devemos cair no “lugar-comum” e achar que não há mais razão para essa distinção ser utilizada. Bobbio (1995) sustenta a permanência da estrutura essencial e originariamente dicotômica do universo político. Direita e esquerda identificam programas contrastantes em relação a diversos problemas. Singer (1998) defende que a identificação ideológica é um dos fatores de longo prazo preditores de voto. A análise do comportamento do eleitorado brasileiro, empreendida por ele nas eleições de 1989 e 1994, demonstra que há uma correspondência entre a autolocalização dos eleitores na escala ideológica direita e esquerda e a orientação de seu voto. Os eleitores não são indiferentes a essas categorias ideológicas. Mesmo não sabendo verbalizar o que é direita e o que é esquerda, o eleitorado *é sensível ao debate ideológico* (60% dos eleitores não sabiam dizer o que significava esquerda e direita). O voto, segundo Singer, dentre outros fatores, também é orientado pela ideologia. Esquerda e direita são categorias que fazem sentido para o eleitor no Brasil. Opiniões “doutas” e “populares” identificam o significado dos termos. Assim, a díade não perdeu completamente o significado. É verdade que a esquerda de hoje não é mais a de ontem, mas, citando Bobbio (1995, p. 24), “enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação, de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas ... eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século tem distinguido todas as esquerdas da história”. Aqui, Bobbio mobiliza uma memória discursiva, faz circular formulações anteriormente enunciadas sobre esquerda. Para ele, a sensibilidade para com a questão social é considerada como sinal de identidade da esquerda. “Esquerda” e “direita” movimentam-se de uma FD a outra como expressões “prontas”, “evidentes”, isto é, saturadas por sentidos historicamente determinados (domínio da memória), que podem ser repetidos, refutados, transformados, denegados (domínio da atualidade). Quando falamos “esquerda” e “direita”, essas palavras já fazem sentido. A busca de justiça social pela igualdade de renda configura um sentido já-dito para a esquerda.

Não são poucos os autores que versam sobre as armadilhas do “politiquês”. Eu diria da linguagem. A linguagem política, segundo Bobbio (1995, p. 87), já é por si mesma pouco rigorosa, “composta de palavras ambíguas, senão mesmo ambivalentes”. Marcelo Beraba¹⁵ argumenta que “o discurso político tem o dom de esvaziar a alma das palavras” e

alerta que os “eleitores têm de estar preparados para perceber as palavras vampirizadas”. Segundo ele, “vários substantivos e adjetivos perderam o sentido original e são usados indevidamente”. Nosso interesse, como analistas de discurso, recai justamente sobre a volatilidade dos sentidos associados às categorias direita e esquerda, sobre o caráter recarregável de direita e esquerda quanto ao conteúdo, fator fundamental na estruturação de uma identificação ideológica. O sentido de uma palavra não existe em si mesmo. A relação palavra-significado não é um-para-um, mas um-para-muitos. Assim, não se pode falar em um sentido literal, original. O que se tem é a ilusão subjetiva segundo a qual uma palavra quer dizer o que realmente diz para um sujeito e quando não o diz, crê-se que seu sentido foi maculado. De acordo com Pêcheux & Fuchs (1975, p. 169):

o “sentido” de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto por este último, pela ilusão de estar na *fonte do sentido*, sob a forma de retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente.

O sentido não é sentido em si, mas “em relação a”, podendo, assim, sempre ser outro. As palavras podem ser as mesmas, mas os sentidos são múltiplos. Por outro lado, em nossa experiência real, nossa relação é com a palavra habitada por um sentido, por um já-dito (ilusão do sentido original) ali depositado (memória do dizer). Ao dizer, interpretamos, colocamos certos sentidos e não outros em circulação.

Direita e esquerda são palavras carregadas de significados, ditos “antes, em outro lugar, independentemente” (Pêcheux, 1975). Inicialmente, procuramos determinar o conjunto de características, ditas por um discurso prévio, como próprias da esquerda e da direita, em outras palavras, a identidade dessas vertentes ideológicas. De acordo com Bobbio (1995), os termos direita e esquerda governam-se um ao outro, ou seja, definem-se em oposição ao outro: a direita define-se em oposição à esquerda e vice-versa. Nesse caso, a linha de demarcação, a divisória transparente instalada entre os campos, atua como fator de identificação. Adiantando o que está por vir, detectamos uma certa flexibilidade de movimento das linhas de demarcação: características, antes à esquerda, hoje, são associadas à direita.

A busca de um critério de distinção/identificação obedece ao caráter relacional da díade. O corte ideológico “típico” compreende uma práxis reformista com vistas à promoção da igualdade: enquanto a esquerda propõe mudanças no sentido de promover maior igualdade entre os cidadãos, a direita rechaça estas mudanças. Trata-se de um sentido histórico cristalizado, que “colou”, e que irrompe na constituição das identidades. Assim, a identidade igualitária aparece como distintivo da esquerda. Os sentidos cristalizados (na memória do dizer sobre a direita), hoje “negativizados”, intervêm: dentre eles, recusa de mudanças em favor da igualdade em nome da ordem (conservadorismo) e da preservação da diferença. Há um critério segundo o qual conservação é de direita e a mudança, de esquerda.

Além da metáfora espacial, outra metáfora, segundo Bobbio (1995), aparece como relevante na linguagem política: a metáfora temporal, “que permite distinguir os inovadores dos conservadores, os progressistas dos tradicionalistas, os que se deixam guiar pelo sol do futuro dos que procedem guiados pela inextinguível luz que vem do passado” (p. 69). O que acontece é que a metáfora espacial, que deu origem à díade direita-esquerda, faz coincidir com a metáfora temporal: o conservadorismo/continuismo está associado à direita e o progressismo/reformismo, postura aberta ao novo, favorável à ruptura, à descontinuidade, está associado à esquerda.

De acordo com Bobbio et al. (1999, p. 242), “conservadorismo designa idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. Já o progressismo, a contraparte do conservadorismo, estaria identificado com uma “atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo” (Bobbio et al., 1999, p. 243).

Para Bobbio et al. (1999, p. 243), a origem histórica da díade conservadorismo-progressismo pode ser encontrada no processo de laicização do pensamento político europeu, que transformou a ação política em instrumento libertador da humanidade:

O conservadorismo surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade. O resultado a que tendiam essas teorias era o de fazer da história humana um processo aberto e ascendente, baseando numa antropologia

revolucionária, onde o indivíduo fosse núcleo ativo, capaz de se tornar melhor tornando-se cada vez mais racional. Isto implicava o rompimento com a tradição, o que provocou fendas na consciência européia, quer a nível cultural, quer a nível político. (Bobbio et al., 1999, p. 243)

Barreira (1998, p. 213) também sustenta que “o ideal da ruptura pode ser considerado como bandeira típica de uma esquerda sempre portadora de ideais de transformação social”. O argumento da autora corrobora a identificação da esquerda com ideais de transformação da realidade. Essa visão polarizada envolve, inevitavelmente, a atribuição de valores negativos a um dos pólos e de valores positivos ao outro. Um representa o bem enquanto o outro representa o mal em contextos determinados. São representações localizadas e cambiáveis: o bem e o mal não estão todos de um lado só. No contexto histórico atual, empunhar a bandeira da transformação, das reformas não garante filiação ao espectro ideológico da esquerda, alertam os cientistas políticos.¹⁶

Uma pesquisa do DataFolha, realizada no Congresso Nacional, em 1995, revelou que apenas 10% dos deputados e senadores se diziam de direita ou de centro-direita. Na pesquisa de Singer (1998), a maioria dos eleitores se identificava com a direita: “Para o eleitorado, parece que não é um fantasma tão grande se colocar no espectro da direita quanto do ponto de vista dos congressistas”, concluiu Teixeira Mendes, superintendente do Grupo Folha. O fato é que esquerda e direita são rótulos marcados, carregados de sentidos prévios: são palavras atravessadas por discursos. Há uma memória do dizer significando esquerda e direita. Os dados da pesquisa do Datafolha revelam ser “danoso” para a autoimagem pública, os congressistas se autolocalizarem à direita do espectro político-ideológico. Não há pudores em se declarar à esquerda do espectro, mesmo com os discursos de desqualificação da esquerda disponíveis. “Pega mal” se dizer de direita, quando o sentido que irrompe é um sentido “histórico” de “direita elitista”. Segundo Bobbio (1995, p. 123), isso acontece porque há “um desconforto diante do espetáculo das enormes desigualdades entre ricos e pobres”. É desconfortável, num país como o Brasil, se dizer contra a igualdade. Como diz Bobbio (1995, p. 65), “cada um escolhe a etiqueta que lhe parece fornecer maiores consensos”. Por outro lado, o igualitarismo, em maior ou menor medida, faz parte da doutrina política. O que significa que a esquerda é mais igualitária e a direita é menos igualitária. A esquerda não pretende eliminar todas as desigualdades, nem a direita conservá-las todas. O conceito de igualdade que vai da direita à esquerda é

preenchido por conteúdos/sentidos diversos: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?”, pergunta Bobbio (1995, p. 97).

A identificação de movimentos reformistas como “de esquerda” aproxima-se dos questionamentos feitos por Pêcheux ao analisar o enunciado *on a gagné*. Em maio de 1982, quando Mitterrand venceu as eleições presidenciais pela primeira vez, uma multidão sai às ruas cantando *on a gagné*, o grito dos torcedores de futebol que vão às ruas comemorar a vitória de seu time. O deslocamento desse enunciado para um outro espaço discursivo, o espaço da política, não garante uma interpretação inequívoca, tal como a que possuía no domínio do futebol. De acordo com a análise de Pêcheux, no espaço da política, não se sabe a quem se refere esse *on*, quem é o sujeito de *gagné*, qual é o seu objeto: quem ganhou o quê? Em um campo estabilizado, como o do futebol, sabe-se. Em política, a atribuição de sentidos é uma guerra. Em nossa análise, a expressão a ser questionada será “reforma”. Reformar o quê? Como? Enunciar “a favor da reforma” não significa ser “de esquerda”. Da mesma forma, enunciar “contra a reforma” não significa ser “de direita”. Embora, diferentes discursos partilhem as mesmas palavras e expressões, os seus sentidos não são estáveis, não são os mesmos.

Até aqui, estamos diante de fatos interessantes: mesmo sendo cada vez mais hostilizada, à esquerda atribui-se uma conotação positiva, e à direita uma conotação negativa. Por outro lado, observamos, hoje, as fronteiras ideológicas afrouxarem-se. Assistimos à transitividade e, em determinadas situações, à substituição das etiquetas ideológicas. Quando se fala em esquerda e em direita pode não se estar falando de esquerda e de direita. A pergunta é: Qual direita? Qual esquerda?

Em seu estudo sobre os partidos políticos, Seiler (2000) constata que as palavras *direita* e *esquerda* revestem acepções diferentes em função das situações e da história. Em outras palavras, “direita e esquerda não são conceitos absolutos, mas historicamente relativos” (Bobbio, 1995, p. 81). As observações feitas pelo autor em relação à “falsa transparência dos conceitos de esquerda e direita” demonstram que, para haver sentido, a língua tem que se inscrever na história: o real da história demanda a produção de novos sentidos para *esquerda* e *direita*. De um lado, Seiler constata que os sentidos para as palavras *direita* e *esquerda* modulam-se em torno de um mesmo eixo temático: *o da recusa ou da aceitação da mudança*. De outro, que os sentidos de *direita* e *esquerda* alternam-se, designando ora a resistência contra o movimento, ora a continuidade contra a mudança. Os sentidos identificados à direita e à esquerda do espectro ideológico são não só variáveis,

mas “assustadoramente” intercambiáveis entre si. Seiler detecta a tendência de *hoje* a *continuidade* ancorar-se na *esquerda* e a *reforma* passar para a *direita*:

A oposição direita-esquerda pertence ao domínio dos valores e dos símbolos. Como tais, constituem *pré-noções* ... a oposição simbólica da esquerda e da direita consiste em reter uma das acepções que essas palavras revestiram [memória do dizer] ... jogar com dicotomias como *resistência/movimento*, *mudança/continuidade*. (Seiler, 2000, p. 58)

A práxis reformista assumida pela direita não implica o deslocamento dos ideais históricos da esquerda para a direita, embora o efeito de sentido seja o de que a esquerda, e a própria divisão direita-esquerda, perderam o sentido. Não se trata apenas de uma transitividade de etiquetas/identidades ideológicas. Assistimos à criação de uma nova etiqueta, de novas formas de designação da esquerda (“terceira via”, “esquerda modernizadora”, etc.) com sentido “positivo”, garantindo, assim, a estrutura dual do universo político. Há variantes da esquerda. A “manada humana”, como diz Cony,¹⁷ pode ser dividida entre “velha direita carcomida” e “neoliberais”, entre “velha esquerda” e “esquerda social-liberal”. Quando essas etiquetas são grudadas em alguém, sempre convém perguntar: o que se quer conservar? O que se quer mudar? Qual o sentido de progresso?

Vejamos os enunciados:

(1) *Veja*: Que significa ser de direita ou de esquerda? Isso faz sentido?

Fernando Henrique: Faz sentido se elegermos como eixo a luta do progressismo contra o atraso conservador, entendendo-se por progressismo a defesa da radicalização da democracia, da universalização do acesso aos bens sociais e econômicos etc. O que está em discussão? O que coloca a esquerda em questão? O que a coloca em questão é que, no passado, ela tinha como elemento-chave a mudança do controle do sistema produtivo. Na medida em que a esquerda vitoriosa, o socialismo real, na União Soviética e depois na China, estatizou os meios de produção, a esquerda passou a ter essa cara estatal. Então, a esquerda ficou muito impregnada da noção de que o eixo é isso - a burocracia estatal iluminada. Progressivamente, essa noção substituiu a da classe que, na visão marxista, faria a libertação da humanidade. Esta visão global incluía a igualdade, mas como consequência de uma forma de apropriação. Hoje, não há quem proponha um modelo de organização da produção, sob controle estatal, consistente. A crise da esquerda é isso. E contagia também a social-democracia, também o PSDB. Pergunta-se, hoje: vale a pena desapropriar? Só quem mantém essa idéia como um valor é o setor agrarista, porque ainda vê na desconstituição da propriedade a chave do bem-estar. E faz sentido, porque estão lidando com um problema do século XIX. Para o restante das questões, é preciso encontrar novas soluções. São as reformas em que estou empenhado. **Outro dia, uma pessoa me falou de um cartaz que dizia assim: "Reforma, só agrária". O cartaz estava assinado pela CUT. Veja só: uma esquerda que é contra reformar. Que não tem o pensamento da transformação. Então, não é esquerda. Esquerda sou eu.**

Veja: Eles são o quê, então?

Fernando Henrique: Eles, os que se autoproclamam esquerda, **"esquerda" entre aspas**, estão amarrados ao Estado e não querem que esse Estado seja reformado. Assim fazendo, condenam o Estado à morte, porque a sociedade não vai parar. Não dá para estancar as forças do progresso dentro da sociedade. O que vai parar é o Estado. O que acontece em várias unidades da federação, hoje? Gastam tudo o que arrecadam com pessoal e previdência, e o pouco que sobra com juros. E a **"esquerda"** não quer aprovar as reformas que dariam a esses governos estaduais os meios para se recuperar. **Esta "esquerda" não pensa.** Está mordendo a própria cauda. Não deixa o Estado se libertar. E diz que é contra o neoliberalismo. Na verdade, ela está garantindo as condições para a existência futura do neoliberalismo, porque o Estado vai quebrar e o que vai sobrar é o mercado. Na prática, então, são neoliberais. É patético! É um paradoxo! Esquerda sou eu, que me alinho a um pensamento de mudança e de reforma. Eles são neoliberais. Eu sou um combatente contra o neoliberalismo prático." (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, n. 1512, 10 set. 1997)

(2) *Veja:* Considerando estes 175 anos de independência, o desempenho do Brasil foi satisfatório?

Fernando Henrique: Em termos de integração social certamente não, de inclusão, de igualdade, certamente não. A famosa dívida social continua aí. Nesse ponto, de novo, a esquerda volta a ter função e força. **Num país com o grau de desigualdade do Brasil, uma esquerda é necessária, desde que seja moderna, que faça avançar ...** Esse estar junto é o cimento indispensável do mundo contemporâneo. E isso é um valor de esquerda. O conservador não quer estar junto. O conservador resolve sozinho. Não dialoga, não participa da mesma experiência. (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, n. 1512, 10 set. 1997)

(3) *Veja:* E não há diálogo [entre governo e oposição]?

Fernando Henrique: A atitude mental da oposição, quer seja de esquerda, direita ou centro, que não entende que o fundamento da radicalidade da democracia à la Habermas, se você quiser - é colocar as questões na arena pública e argumentar, ir às raízes, tentar convencer... quem não entende isso não entende como se faz **uma política moderna de esquerda - não gosto da palavra "moderna" mas, enfim, uma política que faça avançar.** E há mais: **o pensamento progressista tem de ser otimista.** Há um livro admirável do Albert Hirschman sobre a retórica reacionária, no qual ele diz que *quem é pessimista é o conservador: "Plus ça change plus c'est la même chose"*, "perder os anéis para não perder os dedos" ... É uma retórica contra a mudança. Essa é a essência do pensamento conservador. **Nossa crítica de esquerda é conservadora. Ela acha que nada muda. Ou quer que nada mude. Por quê? Porque, como não é democrática na essência, e não reconhece que tem de haver o espaço público, que é o espaço da argumentação, conclui que só ela é capaz de mudar. Porque ela é fundamentalista. Quem não estiver do meu lado está contra mim. É uma visão fundamentalista, pessimista no cotidiano e otimista escatologicamente, lá na frente : quando ela for dominadora. Isso não é democrático.** (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, n. 1512, 10 set. 1997)

(4) **"É preciso chamar a atenção para a persistência de posturas "passadistas" nas atitudes da esquerda e da direita, que reagem à mudança, por receio de que possa ser prejudicial aos interesses da maioria ou de seus privilégios, dentro e fora do Estado. Adotam os argumentos conservadores descritos por Hirschmann em parte porque não aceitaram a complexidade da sociedade contemporânea, que repele raciocínios dicotômicos."** (Aula de doutoramento [doutor "honoris causa" em sociologia]. Universidade de Coimbra, Coimbra, 21 jul. 1995)

(5) **"Quem defende que tudo fique como está é conservador. Quem quer mudar, fazer reformas, está na vanguarda."** (Para FHC, imprensa faz papel de oposição no lugar dos partidos. Folha de São Paulo, 25 jul. 1995)

(6) “Há uma nova ideologia. Hoje, ou se está com a reforma, perdão a expressão, a contra-reforma (sic). **Quem está contra a reforma é atrasado, quem está contra a reforma é guardião do passado**, mas não da boa tradição. A boa tradição é aquela que manda servir bem ao povo; quem fica com o atraso, que serve ao povo, apenas faz um pleito ao desconhecimento, não faz realmente, não tem um procedimento que ajude a abrir veredas, abrir caminhos para que o país avance. Hoje o que divide, é isso, quem viu o que acontece no mundo e no Brasil, quem portanto se propugna para que dentro desse novo mundo o Brasil se situe bem, ou quem pensando o que se vai fazer que a melhor maneira de servir ao país é fazer com que ele não ande, se alerta a preconceitos e atrapalha ao povo e o crescimento do país. Portanto quando eu disse que acabou uma ideologia, acabou uma, mas nasceu outra, e **hoje a vanguarda são os que querem a reforma, progressismo é querer a reforma. Neoconservadorismo é não querer a reforma, é se aferrar a velhas idéias, de boa fé, não nego, mas há frases bíblicas que qualificam o que acontece com esse tipo de gente. De boa fé, mas não ajuda.**” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso no Seminário sobre concessões públicas, 13 abr. 1995)

(7) *Folha*: O que o fez caminhar da esquerda mais para o centro? Nos anos 70/80 estava muito mais à esquerda. Quais as razões da sua mudança?

Fernando Henrique: Mudou o mundo. Mudou o que é a esquerda. **O Santiago Dantas já falava de esquerda positiva e esquerda negativa, na sua época. Eu não quero repetir a fórmula, mas você hoje tem um setor que pensa que é de esquerda, mas não é progressista. É apenas uma etiqueta. As mudanças propostas pela chamada esquerda brasileira não são mudanças.** (Entrevista à Revista da Folha, 16 out. 1994, p. 19)

(8) **“Uma boa parte do pensamento que se pensa progressista esquerdista no Brasil ficou simplesmente arcaico, conservador. Não é só a oposição.”** (Presidente diz que vai retomar reformas. Folha de São Paulo, 21 jan. 2001. Brasil, p. A6)

(9) **“Eu disse muito claramente que no Brasil as posições do PSDB são criticadas por uma esquerda que a meu ver não é contemporânea e que portanto vê neoliberalismo em tudo o que é moderno – quando, na verdade, não existe neoliberalismo na prática do PSDB -, e somos criticados pelo populismo mais conservador que existe no Brasil. Então, num certo sentido, ficamos nessa posição de sermos criticados pelos dois lados. O que não é muito diferente do que acontece com outros presentes aqui.”** (Entrevista concedida pelo presidente Fernando Henrique após o encerramento da Cúpula Progressista de Estocolmo. Estocolmo, 23 fev. 2002)

Em (1), o enunciador emprega as aspas para indicar que a etiqueta “esquerda”, colada à frente de oposição, não corresponde “bem” à realidade. A esquerda, entre aspas, não é mais esquerda porque sua prática política “não coincide” com os empregos históricos da palavra. As aspas, nesse exemplo, marcam uma não-coincidência entre as palavras e as coisas, ou seja, as aspas indicam que a palavra esquerda não corresponde mais à realidade (significada por uma memória do dizer) que deveria designar. Nesse primeiro enunciado, o uso das aspas é reforçado pela presença das relativas (*que é contra reforma, que não tem pensamento de transformação*) que podem funcionar como fórmula de explicação para a palavra esquerda. Os enunciados (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8) e (9) são entendidos também como fórmulas de comentário, que explicitam o outro sentido (como simulacro) de

esquerda, entre aspas. Podemos pensar em uma “desidentificação”, ou seja, o enunciador afasta-se de práticas de esquerda, entre aspas, substituindo-as por novas práticas. Esse processo envolve um “rearranjo” das formações ideológicas e discursivas aí imbricadas (ver Pêcheux, 1988).

FHC mobiliza uma memória para *significar esquerda*. Segundo Orlandi (1999), o dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória, filia-se a uma rede de sentidos historicamente determinados, estabilizados. Assim, o sentido de *reforma*, de *mudança* associado à *esquerda* é legitimado por uma memória.

Fernando Henrique define o que é *esquerda* dizendo *o que não é esquerda*: “uma esquerda que é contra reformar. Que não tem pensamento de transformação. Então não é esquerda”. Ao final, conclui: “É patético! É um paradoxo! Esquerda sou eu, que me alinho a um pensamento de mudança e de reforma.” A construção dos sentidos *de esquerda* decorre do processo de representação de seu outro opositor, *não ser de esquerda*.

Ao circunscrever a *esquerda* valendo-se de uma definição institucional, historicamente determinada – FHC retoma sentidos preexistentes – e mostrar que a esquerda, entre aspas, não quer promover mudanças, não quer promover reformas, mas que FHC sim propõe mudanças, apaga-se a possibilidade de discussão de outros modelos de desenvolvimento, ou de outras formas de reformas. É dito que “esta esquerda”, entre aspas, é contra reformar, não se diz que “esta esquerda”, entre aspas, pode apenas não concordar com as reformas que são propostas. Nesse sentido, a palavra é o que diz e o que não pode ser dito.

A palavra *reforma* reveste acepções diferentes em função das diferentes FDs (ilusão da transparência da linguagem). Quando pensamos que a palavra *reforma* tem um sentido x, por exemplo, estamos sendo falados pela ideologia, pela memória do dizer; temos assim a ilusão de que esse é o sentido, o único; desconhecemos que para o Outro, o sentido pode ser outro. Devemos pensar nas filiações históricas para a construção do sentido. Há uma identificação histórica (memória) da esquerda com ideais de reforma, de mudança (em oposição a uma memória de direita, associada ao conservadorismo). Sustenta-se esse sentido sem significar, ou melhor, não dizendo a orientação ideológica das *reformas*.

O sujeito-locutor, mesmo falando em reformas, em mudança, em transformação, pode falar de uma posição neoliberal e não de esquerda. O que vai definir o alinhamento ao discurso da esquerda ou ao do neoliberalismo não é ser partidário de *reformas*, mas ser partidário de *quais reformas*.

Ser contra as reformas do atual governo é ser, no discurso de Fernando Henrique, *neoliberal* e não de *esquerda*: “Eles são neoliberais. Eu sou um combatente contra o neoliberalismo prático.” Poderíamos falar em implícito: FHC dá a entender que “esta esquerda”, entre aspas, é contra o neoliberalismo apenas no discurso, pois ao ser contra *as reformas*, “esta esquerda”, entre aspas, é a favor da morte do Estado e, conseqüentemente, a favor do “deus-mercado” e, por sua vez, a favor do neoliberalismo. Com essa estratégia de implícito, opera-se uma desqualificação do discurso da “esquerda”, entre aspas, que, na teoria, diz uma coisa, mas, na prática, no que conta, no frigir dos ovos, garante “as condições para a existência futura do neoliberalismo”.

Segundo Seiler (2000, p. 49), a linha de demarcação semântica entre direita e esquerda predominante (o sentido advém da inscrição da língua na história) opõe “os defensores do capitalismo de feições humanas, cruzado com economia mista, aos do liberalismo selvagem”. No quadro pintado pelo sujeito-locutor, parecem não restar outras alternativas: ou adotam-se as reformas da *esquerda*, ou fica-se com o neoliberalismo da “esquerda”, entre aspas. Assim, parece que não há mais lugar para as “coisas do passado”, os “dinossauros”, a “velha esquerda”, que com seus porta-vozes é de-significada e excluída nesse processo histórico-político.

Podemos observar que é mobilizada uma dicotomia: *ser de esquerda* x *ser de “esquerda”, neoliberal* (ser do bem x ser do mal), que redimensiona os protagonistas dessa polarização: de esquerda/situação x “esquerda”/neoliberal/oposição. Engendra-se um deslize de sentido dos termos esquerda e neoliberal. Ambas as formações discursivas compreendem movimentos reformistas, valendo-se dos mesmos elementos sêmicos: *reformas*, *reformar*, *transformação*, *mudança*, fato que possibilitou essa estratégia de inversão, levando FHC a se posicionar como esquerda e não como neoliberal para, em seguida, desqualificar a esquerda, entre aspas, não partidária de *reformas*. Sustentamos, nesse posto, o apagamento do(s) sentido(s) dessas palavras para uma e para outra FD. Da mesma forma, não significa que ao substituir uma palavra pela outra (esquerda/neoliberal), há uma troca de posição ideológica/discursiva.

Há, portanto, uma tentativa de homogeneizar o discurso pela rejeição de outros sentidos para os elementos sêmicos que pertencem a ambos os espaços discursivos. Tanto a palavra *esquerda* quanto a palavra *reforma*, entre outras que figuram nos enunciados analisados, recebem seus sentidos da formação discursiva a qual pertencem. Assim, chegar ao sentido é chegar aos sentidos bloqueados pelo discurso, ao que ele não-diz, ao que ele

apaga. Há um sentido para esquerda cristalizado, difundido, bem-entendido, criando a ilusão de que há um sentido transparente, irrevogável, de que as pessoas entendem certas palavras de uma mesma maneira.

Até aqui, pudemos perceber que determinados semas, reivindicados pelo enunciador, ao serem incorporados à cadeia discursiva são re-significados (por meio de glosas e, em alguns casos, com a ajuda do prefixo “neo”). Por um lado, isso confere ao enunciador um caráter “inovador”, de “atualização”, de quem está em sintonia com o *mundo rapidamente cambiante da modernidade*. Por outro, na medida em que o sujeito explicita o que disse, demonstra estar aprofundando o que pensa, formulando seu pensamento para que aqueles que o criticam possam compreendê-lo.

Observamos que o enunciador reivindica a palavra “esquerda” para designá-lo, dissociando-a da prática política dos partidos da “velha” esquerda. As aspas e o metadiscurso indicam que o enunciador procura afastar-se dos empregos históricos de esquerda ao mesmo tempo em que convoca esses sentidos para legitimá-lo como esquerda e deslegitimar a “esquerda”. Poderíamos supor que isso se dá em virtude de uma espécie de não coincidência do discurso consigo mesmo. O enunciador quer trazer para seu discurso semas próprios de outros discursos. O enunciador quer construir uma identidade mais à esquerda do espectro político ideológico, a partir de um lugar histórico e discursivo em relação às ideologias (neo)liberais. A enunciação parece construir o *ethos* do “novo social-democrata”, que tem a missão de preparar o caminho do meio: entre o capitalismo em sua forma selvagem (neoliberal) e o socialismo, cuja aplicação prática fracassou.¹⁸ O novo social-democrata busca conceber uma nova sociedade, passando “além da direita e da esquerda”. Está comprometido com uma prática política inovadora, reformista, moderna, que rompa com a “velha” direita e a “velha” esquerda. Observemos que esse *traço* se mostra por intermédio também da adjetivação referente à representação da prática política oposicionista pelo discurso tucano, que marca um distanciamento temporal. Lembrando a era J.K, tudo que era bom era novo: *bossa-nova*, *cinema-novo*, etc. Da mesma forma, na era FHC, tudo que é bom também tem que ser *novo*, *moderno*, *contemporâneo*, *neo* (ver Miguel, 2000).

Em termos ideológicos, a social-democracia, ou governança progressista, propõe uma prática democrática e reformista, agregada a um discurso socialista (Furtado, 1996).

Mantém uma postura crítica em relação ao capitalismo e em relação ao “socialismo burocrático”. A social-democracia, em sua origem, apresenta uma ligação estreita com sindicatos e setores da sociedade civil. Por exemplo, a relação das classes subalternas com os intelectuais, considerados uma camada distinta das demais, justifica-se pela função crítica da *intelligentsia* diante do poder dominante e da classe no poder. Era vital para o movimento operário “cooptar” os detentores do monopólio do saber, afastando-os, assim, da classe burguesa. *Os intelectuais, como não possuem nenhum interesse na exploração capitalista, devem ser considerados os melhores aliados dos operários e camponeses* (Bobbio, 1997, p. 122). Bobbio (1997, p. 123) sustenta que “modificado o sujeito histórico, não mais o príncipe, mas o proletariado”, a “função pedagógica” dos intelectuais não se altera: cabe ao homem de ciência iluminar o governante. Para se viabilizar eleitoralmente, na conjuntura sócio-histórica latino-americana (“América democratizante”), a social-democracia, segundo Furtado (1996), apresentou-se como uma proposta menos radical de esquerda:

*as progressives, we believe there are political options and that government does matter. Politics can make a real and positive difference to peoples' lives. This view determines our policies at home - where we are committed to fairness and justice within the context of a market economy.*¹⁹

De acordo com Bobbio et al. (1999), a política econômica dos governos social-democráticos declinou a via comunista tradicional – expansão do setor estatal e nacionalizações – em favor de uma intervenção do Estado por intermédio de dois instrumentos:

O primeiro é o de um eficaz e sutil sistema de tributação das rendas dos indivíduos e das empresas. O segundo é o da transferência destes recursos, quer em benefício dos setores econômicos cuja importância o exija (por motivos econômicos ou sociais), quer em benefício de grupos sociais [Estado do *welfare*]. O Estado exerce, substancialmente, uma função de orientação na gestão dos recursos globais do sistema. (Bobbio et al., 1999, p. 1.195)

Para Bobbio et al. (1999, p. 1.194), a crise do modelo de desenvolvimento social-democrata, caracterizada como resultado do sucesso, revela-se uma “crise de adaptação a um novo modelo de gestão da economia que ainda não foi eficazmente renovado para se poder

ajustar às novas situações”. A “terceira via” ou “nova social-democracia modernizadora” apresenta-se como nova modalidade de gestão econômica e de intervenção do Estado.

De acordo com Giddens (2001, p. 12):

O advento de novos mercados globais e a economia do conhecimento, aliados ao fim da Guerra Fria, afetaram a capacidade dos governos nacionais de administrar a vida econômica e proporcionar um leque de sempre crescente de benefícios sociais. Precisamos apresentar uma estrutura diferente, que evite ao mesmo tempo o governo burocrático e hierarquizado, favorecido pela velha esquerda, e a pretensão da direita em desmantelá-lo.

O discurso social-democrata prevê a participação do Estado para melhorar a vida das pessoas ao fomentar condições que levem as empresas a inovar e os trabalhadores a se tornarem mais eficientes e não mais oferecendo subsídios às empresas ou proteção às pessoas:

Diz-se que as pedras fundamentais do novo progressismo são oportunidades iguais, responsabilidade pessoal e mobilização de cidadãos e comunidades. Com os direitos vêm as responsabilidades. Temos de descobrir como cuidar de nós mesmos, porque agora não podemos mais confiar que as grandes instituições o farão. A política pública precisa substituir sua preocupação na concentração e redistribuição de riqueza pelo incentivo à criação de riqueza. (Giddens, 2001, p. 13)

A nova social-democracia propõe um caminho alternativo entre “duas formas de política que dominaram o pensamento e a forma de fazer política na maioria dos países ocidentais: o ramo altamente estatista da social-democracia e a filosofia do livre mercado (neoliberalismo) de direita” (Giddens, 2001, p. 13).

Os social-democratas precisam de uma abordagem diferente ao governo, em que “o Estado não tenha de remar, mas assumir o leme: não apenas controlar, como também desafiar”. A qualidade dos serviços públicos deve ser aprimorada e o desempenho do governo monitorado. Um clima positivo para a independência do empresariado e a iniciativa deve ser alimentado. Mercados flexíveis são essenciais para que se reaja com eficácia à mudança tecnológica. A expansão das empresas não deve ser obstruída por demasiados regulamentos e restrições. Os social-democratas modernizadores, deve-se enfatizar, não acreditam no *laissez-faire*. É preciso redefinir o papel de um Estado ativo, que tem de continuar a tentar implementar programas sociais. O emprego o crescimento, contudo, não podem ser mais promovidos por gastos deficitários. Os níveis de empréstimo do governo devem diminuir em lugar de aumentar. (Giddens, 2001, p. 16)

A “terceira-via” apresenta-se como alternativa à “velha esquerda” e à “nova direita” ou “neoliberalismo puro”. Como efeito de sentido, a terceira-via constitui a única alternativa disponível. Essa “autolocalização”, que supõe ao mesmo tempo distanciamento e aproximação, faz com que o discurso da terceira-via seja construído sobre e a partir de outros discursos políticos: o discurso da direita e o discurso da esquerda, o discurso liberal e o discurso conservador. Como “caminho do meio”, a terceira-via afasta-se da social-democracia ao mesmo tempo em que aponta para uma “reação conciliadora” com o neoliberalismo. Como assinala Fairclough,²⁰ no discurso da terceira-via, o “incompatível” torna-se de fato “compatível”: *“Terms from a left political discourse (social justice, compassion, fairness) are brought together with terms from a right political discourse (economic dynamism, ambition, enterprise)”*.

Para Genro:²¹

os alicerces teóricos do que se convencionou chamar “terceira via”, bem como as suas práticas de governo, estão situados numa posição intermediária entre o **liberalismo clássico** (econômico) e a **social-democracia** (tradicional); e estão distantes da posição intermediária situada entre o **socialismo soviético** e o velho **reformismo social-democrata**, posição que a “terceira via” retoricamente pretende ocupar.

Fiquemos com o “lembrete” de Bobbio et al. (1999, p. 1.192):

Sob a pressão da presente conjuntura não nos é possível por ora prever se a social-democracia conseguirá manter inalterada a síntese de mercado e sociabilidade que sempre caracterizou a sua imagem neste último meio século, ou se, em vez disso, deverá rever-lhe quando menos a dosagem, num ou em outro sentido.

Podemos dizer que o *ethos* que transparece numa enunciação, como a assinalada pelos enunciados de (1) a (9), continua a ser o do representante político intelectual, que está investido de um saber superior (razão) e que, por conta disso, está na vanguarda da política. A autoridade, conferida ao enunciador por esse estatuto, passa pelo reconhecimento da desigualdade entre os homens. Ao estigmatizar a participação de outros setores da sociedade no debate político pela marcação temporal, busca-se fundamentalmente uma imposição do consenso. São atitudes reconhecidamente autoritárias.²² Por outro lado, esse indivíduo, em função de sua formação intelectual, é revolucionário, tem compromisso com a mudança e com os ideais de modernidade: “a mudança envolve formas de transgressão, o

cruzamento de fronteiras, a reunião de combinações existentes em novas combinações” (Fairclough, 2001, p. 127). Essa “dinâmica” da mudança está representada na superfície discursiva pela modalização autonímica. Ao mesmo tempo em que o fiador está identificado com a vanguarda, está identificado com posturas prototípicas de setores conservadores, percebidas em função do modo como fala de seus adversários políticos. Essa identidade que defendemos para o fiador, ao legitimar o apagamento das diferenças políticas desautorizando modelos alternativos de desenvolvimento econômico, demonstra um *ethos* autoritário. Trata-se de um *ethos* de natureza controversa: crenças progressistas/reformistas são impostas por intermédio de um discurso conservador.

O representante político intelectual é aquele que está autorizado a proferir esse discurso de desqualificação. A modelagem desse discurso se dá sobre o discurso progressista. Existe um conceito de progresso que, segundo Bobbio et al. (1999), pode ser chamado de “iluminístico”: “o fundamento do progresso estaria no desenvolvimento da razão e na aceitação da mesma por parte do homem como guia do seu comportamento” (Bobbio et al., 1999, p. 1.011). Pode-se depreender que o progresso, dependente da ação do homem, seria garantido pelo domínio da razão. Por outro lado, as concepções historicistas consideram o progresso histórico como independente da ação do homem. De acordo com essa concepção, o progresso histórico condicionaria a ação do homem. Isso implica que não há uma escolha em face de diversas alternativas, uma vez que não há alternativas, mas apenas um processo necessário. A personalidade do enunciador mostra-se aparentemente contraditória, já que se define tanto pelo sentido “iluminista”, quanto pelo sentido “historicista” de progresso. De certo modo, ambos os sentidos autorizam a exclusão da velha esquerda do processo histórico contemporâneo. Mais uma vez, a coordenada tempo da cena enunciativa legitima o que temos denominado de “ilegitimidade do debate”.

Fisiologismo e Política: no sentido perverso... no sentido normal

(1) “O que permeia o nosso conservantismo é a fisiologia. Aquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de atraso, no Brasil, é a fisiologia. **No sentido perverso, não no sentido normal de você distribuir cargos ao séquito dos que te apóiam – isso é Weber, mas no sentido perverso de utilizar os cargos para fins de clientela, ou pessoais, ou familiares.**” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Veja, n. 1512, 10 set. 1997)

(2) *Folha* – Trocar cargos por apoio no Congresso é negociação democrática ou fisiologismo?
 FHC – **Essa é uma hipocrisia nacional. Em todo sistema de poder você tem que distribuir posições entre os que apóiam. Em qualquer lugar do mundo é assim. Basta ler Max Weber**

para ver o que significa poder. Não é o caso nosso, mas ele falava que o poder implicava um 'séquito', que tem de ser mantido de uma maneira ou de outra. Na democracia, os mecanismos de nomeação são mais impessoais, e o preenchimento de cargos é profissionalizado ao máximo. Mas isso não pode ocorrer nas posições de controle. Elas não podem ser profissionalizadas, porque não haveria mais política.

Folha – **Houve fisiologismo para aprovar o salário mínimo?**

FHC – **Houve política, e não fisiologismo.** (FHC diz que não teme julgamento da história. *Folha de São Paulo*, 27 maio 2000. Brasil, p. A14-5)

Em (1) e (2), opera-se uma dupla marcação dos sentidos da proposição distribuir cargos aos que apóiam. O conteúdo negativo – utilizar cargos para fins de clientela, ou pessoais, ou familiares – é acrescentado ao conteúdo positivo na especificação do sentido. As formas de designar o referente – política e fisiologismo – testemunham o encontro de dois enunciadores. Fisiologismo não provém da mesma fonte de enunciação de política. A palavra fisiologismo inscreve na superfície textual o outro discurso: o olhar vilão/perverso que confunde uma bacia (fisiologismo) com um elmo (política). A construção do referente também não provém do mesmo lugar discursivo. Um fala em distribuir posições entre os que apóiam, o outro fala em trocar cargos por apoio. As formas no sentido normal e no sentido perverso misturam noções metalingüísticas e apreciações subjetivas (Authier-Revuz, 1998). Os especificadores normal e perverso são reconhecidamente sustentados por uma voz tucana, que lê política lá onde os não-entendidos lêem fisiologismo. Para saturar o sentido normal de obviedade, uma citação de autoridade intervém: um Locutor superlativo (Weber) garante a validade do sentido que se quer fixar (ver Maingueneau, 1997, p. 100). Segundo Ducrot (apud Maingueneau, 1997, 101), a citação de autoridade sustenta-se pelo seguinte raciocínio: “partindo-se de um fato ‘X disse [= assertou] que P’ e, com base na idéia de que X (que não é um imbecil) muito provavelmente não se enganou ao dizer o que disse, é possível concluir sobre a verdade ou a verossimilhança de P. A fala de X, fato entre outros fatos, é, dessa forma, tomada como o índice de verdade de P”. Há coerções, que remetem aos fundamentos da FD, que pesam sobre a identidade de X. Max Weber, sociólogo alemão, dos mais importantes do século XX, encarnaria uma fonte de saber superior (de verdades inquestionáveis) na qual o príncipe da sociologia brasileira foi beber para também, assim, tornar-se uma fonte de saber (autoridade enunciativa da FD). A citação qualifica o enunciador, legitimando o seu dizer. Assim, o lugar do saber reconhece um sentido normal para a proposição (= política) e um sentido perverso, que corresponde a como os setores atrasados (conservadores) da sociedade brasileira compreenderam Weber

(= fisiologismo), ou seja, não o compreenderam. Quando os progressistas tucanos trocam cargos por apoio fazem política (isso é Weber!) e não fisiologismo.

As citações reforçam a autoridade enunciativa e acenam para traços do caráter do enunciador, que lhe são conferidos em função das leituras que faz. As citações na discursividade tucana remetem à representação do enunciador como *homem de ciência*. Além de erudição e sabedoria, os homens de ciência trazem consigo outros caracteres: são *reconhecidamente (isso fala antes, alhures e independentemente)* representantes de idéias de modernidade. O representante político ilustrado assume automaticamente a condição de representante do progresso, que não pode alinhar-se a uma prática política *conservadora, passadista, atrasada*, como o *fisiologismo*. Chegamos ao ponto de *perceber* que a semântica, em relação a qual se articula o conjunto do discurso, comanda as explorações semânticas contraditórias (*mesmo-outro*) do léxico. A coordenada *tempo* da cenografia da formação discursiva tucana, tal como é significada por esse universo de sentido que a FD define para si, atua como *marcador da diferença*, portanto, constitui um *marcador de identidade do eu do discurso*.

O que sempre temos procurado demonstrar em nossas análises poderia ser muito bem denominado de um processo de organização. No centro de nossas preocupações, sempre esteve a modelagem de um discurso, ou seja, que outros discursos são mencionados para constituir essa identidade social do enunciador (o *ethos*). Dessa maneira, não só o *ethos*, como também a cena da enunciação e demais planos do discurso foram percebidos como uma projeção de outros discursos. Reservamos, para o último capítulo, a explicitação desse processo de modelagem, que implica no reconhecimento de um princípio que organiza a cena enunciativa: o estatuto do enunciador, o tom, o vocabulário. Esse “princípio organizador” configura nossa preocupação última (ver capítulo 5).

¹ Pêcheux (1975) refere-se a pré-construídos, elementos – “implícitos” – já formados que circulam entre FDs, que são percebidos como algo que é dito “antes”, em outro lugar, independentemente”.

² Ver Authier-Revuz, J., *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*, p. 22.

³ De acordo com Petras & Veltmeyer (2001), a história econômica do Brasil, no século XX, pode ser dividida em cinco períodos. Da virada do século até 1929, o modelo de desenvolvimento predominante foi o liberalismo, baseado na exportação de bens primários e na importação de manufaturados. Prevaleceu, nesse

período, o princípio de uma economia aberta. Entre meados da década de 30 até 1964, segundo os autores, a economia brasileira sofreu uma profunda transformação: “desenvolvimento da indústria leve e pesada, rápida urbanização e o desenvolvimento de uma extensa rede de instituições públicas de educação, saúde, junto com o começo de uma importante legislação social e trabalhista” (p. 10). Esse segundo modelo de desenvolvimento, denominado nacionalista populista, baseava-se num setor estatal poderoso, que incluía a propriedade pública de indústrias estratégicas e subsídios que protegiam as indústrias nacionais. O terceiro modelo de desenvolvimento, caracterizado pela união de grandes empresas estatais, monopólios privados nacionais e multinacionais, compreende o período que vai de 1964 a 1985. A grande mudança em relação ao modelo anterior foi “a liberalização da regulamentação para entrada em grande escala e a longo prazo de capital estrangeiro numa grande quantidade de setores industriais” (p. 11). O Estado continuou a desempenhar um papel importante na economia e a subsidiar projetos indústrias (“política industrial”). Entre 1985 e 1994, os três presidentes do período – José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco – fizeram pequenas tentativas de liberalizar a economia. Empresas estatais importantes foram privatizadas. O quinto modelo de desenvolvimento pode ser, segundo os autores, “perfeitamente datado” com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao poder em 1994 (p. 12). De acordo com Petras & Veltmeyer, coube a Fernando Henrique provocar uma ruptura radical com o legado nacionalista estatal do Brasil e impor um modelo neoliberal.

⁴ Ver GLOSSÁRIO de termos do Discurso. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

⁵ Palavra caiu em desuso nos anos 60. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1996. Brasil, p. 4.

⁶ Os sentidos que conformam o caipira mantêm uma relação constitutiva com a urbanização. Terci & Peres (2002) destacam que ser moderno significava estar atualizado com o mundo, ou seja, acompanhar a ordem urbano-industrial: “é neste sentido que a modernização do Brasil, tendo em vista as referências determinadas pela conjuntura aberta com a II Revolução Industrial, passava, impreterivelmente, pela transformação das cidades, principalmente as grandes cidades, as capitais, pois elas representariam os esforços modernizantes das elites brasileiras: verdadeiros cartões de visitas aos moldes do requintado gosto europeu” (p. 06). De acordo com Sevckenko (*apud* Terci & Peres, 2002), o processo de modernização das cidades implicou: “a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (p. 07). Ver também Pfeiffer (2001) sobre o *sujeito urbano escolarizado*.

⁷ “Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio no sentido de estar preso a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (Pêcheux, 1975, p. 145).

⁸ “O ministro Pedro Malan (Fazenda) atacou ontem os que levantam a bandeira da política industrial como plataforma de governo. Em palestra na Congregação Israelita, em São Paulo, Malan criou os neologismos ‘neo-estataledesenvolvimentistas’ e ‘neodesenvolvimentistas-estatais’ para criticar quem acusa o governo de não fazer política industrial. Para Malan, o governo já faz política industrial por meio do BNDES e não há dinheiro sobrando para fazer tantos investimentos como se cobra do governo. ‘O que se tem dito de bobagem sobre política industrial é monumental’, atacou o ministro, sem citar nomes. Em entrevista recente à *Folha*, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros sugeriu que o ‘malanismo’ [‘O que chamam de ‘malanismo’, essa forma de ver a economia, não tem candidato à sucessão’] estava politicamente enterrado e defendeu um programa desenvolvimentista renovado para o candidato do governo em 2002. ‘Não estamos mais nos anos 50, estamos no século 21. O Brasil tem um amplo setor privado que pode e deve ser apoiado, como estamos fazendo’, disse Malan. Em um discurso que durou cerca de uma hora, Malan se animou no ataque aos ‘neo-estataledesenvolvimentistas’ e disse que o debate político está cheio de ‘desonestidades intelectuais’”. (Malan critica e pede honestidade de seus opositores. *Folha de São Paulo*, 06 nov. 2001. Brasil, p. A9)

⁹ “FHC revela racismo ao utilizar a expressão ‘nacionalismo botocudo’, para criticar o que considera atraso no país”. Esta é a resposta do vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa, ao pronunciamento do presidente Fernando Henrique. O termo botocudo refere-se aos índios conhecidos como aimorés ou tapuias, que utilizam uma grande rodela, o botoque, em furos artificiais feitos nos lóbulos da orelha, narinas e lábio inferior.

¹⁰ De acordo com Ricupero (2001), a dinâmica macroeconômica, na era da “globalização”, nas nações de médio e grande porte, continua a ser comandada por fatores nacionais. Para o autor, a palavra globalização só deveria ser usada entre aspas.

¹¹ WALLERSTEIN, I. Wallerstein desfaz a ‘ilusão do progresso’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2000. Brasil, p. A7.

¹² Ver Benjamin, C. O poder das palavras. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 58, p. 13, jan. 2002.

¹³ Ver As razões do presidente: o sociólogo Fernando Henrique expõe a doutrina do governo Fernando Henrique. **Veja**, São Paulo, n. 1512, 10 set. 1997.

¹⁴ Ver PINTO, J. N. **Atrás do Palanque**: bastidores da eleição de 1989. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1990. 185p

¹⁵ BERABA, M. Vampiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2000. Opinião, p. A2.

¹⁶ Os neoliberais também constituem um movimento reformista, também falam em reformas, em romper com o passado. No passado, está o modelo de desenvolvimento induzido pelo Estado: o Estado responsável pelos custos da infra-estrutura econômica, pelo bem-estar social e pelos investimentos. A reforma do Estado do bem-estar social e do desenvolvimentismo, que prevê uma mudança nas funções tradicionalmente cumpridas pelo Estado, configura uma necessidade para o capital mundial tendo em vista os padrões produtivos globais vigentes. A modernidade do discurso neoliberal só pode ser alcançada com a integração à economia mundial, mediante o aprofundamento dos elos internacionais. Assim, em nome da modernidade, são defendidas as reformas liberais: o Estado-mínimo, a desregulamentação, a abertura da economia, a não restrição das empresas estrangeiras no mercado nacional, as privatizações e desnacionalização das empresas estatais. Os setores de esquerda, contrariando seus sentidos marcados, reagem às mudanças, às reformas liberais. Ao defenderem um Estado-participativo são interpretados, pelos neoliberais, como conservadores (simulacro), defensores do *status quo*, da não-mudança.

¹⁷ CONY, C. H. Fogo na Notre Dame. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 set. 1999. Opinião, p. 2.

¹⁸ Em 1994, o empresário e economista tucano, Luis Carlos Bresser Pereira, escrevia sobre a candidatura Fernando Henrique Cardoso: “Agora, diante da perspectiva concreta da eleição de Fernando Henrique, uma nova grande coalizão de classes começa a se delinear, a partir de algumas idéias-força: democracia, ética na política, distribuição de renda, reformas econômicas orientadas para o mercado, reconstrução do Estado, definição de uma nova estratégia de desenvolvimento baseada, do lado da oferta, na educação e na incorporação de progresso técnico com vistas a uma maior competitividade nacional, e do lado da demanda, no consumo de massas, que a distribuição da renda permitirá, e na conquista competitiva dos mercados externos. Nestes termos, e não obstante o impacto conservador que teve sobre o Brasil nos últimos anos a onda neoliberal proveniente do Norte, trata-se de um pacto político social-democrático e moderno. Um pacto que defende a privatização e a liberalização, que privilegia a disciplina fiscal e a redução do Estado, mas que usa essas reformas não para chegar ao Estado mínimo dos neoliberais, o Estado incapaz de completar a ação coordenadora do mercado, mas para reconstruir o Estado, devolvendo-lhe a capacidade perdida de promover o desenvolvimento e a distribuição de renda. É a força dessas idéias, é a afirmação da democracia e da ética na política, é a recusa tanto de um neoliberalismo que violenta a sociedade e ignora o papel fundamental do Estado, quanto de um velho nacional-desenvolvimentismo arcaico, fixado nos anos 50, que agora se cristalizam no que estou chamando de Pacto Fernando Henrique, ou seja, na coalizão de classes que une as tendências de centro-esquerda e centro-direita em torno da candidatura de Fernando Henrique”. (O pacto Fernando Henrique. **Folha de São Paulo**, 01 maio 1994. Painel, p. 03)

¹⁹ Ver Documento final da Cúpula Progressista de Estocolmo. Disponível em: <<http://www.progressive.gov.se>>. Acesso em: 23 fev. 2002.

²⁰ Ver **New Labour, New Language**. Disponível em: <<http://www.uoc.es/humfil/nlc/CA-15egf.doc>>. Acesso em: 24 abr. 2002.

²¹ GENRO, T. **A esquerda e a “terceira-via”**: um dilema político em curso. Disponível em: <<http://www.tarsogenro.com.br/ea31.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

²² As pesquisas de Adorno e seus colaboradores (*apud* Bobbio et al., 1999, p. 98) descrevem a “personalidade autoritária” como “um conjunto de traços característicos inter-relacionados”. Destaca-se a “agressão autoritária”: “o desprezo pelos inferiores e a disposição em atacar as pessoas débeis e que socialmente são aceitáveis como vítimas”. Outros traços relevantes da personalidade autoritária são “a intolerância para com a ambigüidade e a tendência a aceitar supinamente todos os valores convencionais do grupo social a que pertence”.

CAPÍTULO 4

As denominações: a construção discursiva da Oposição

Neste capítulo, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre a construção de referentes. Em outras palavras, nosso interesse é investigar os processos discursivos de remissão aos adversários, e ao que eles dizem, na superfície de textos que pertencem à formação discursiva tucana. O sentido de *referir*, usado no presente trabalho, assimila-se a *falar de*. Aquilo a que nos referimos é aquilo de que falamos, a que fazemos referência verbal: falamos de objetos, de indivíduos, de fatos. Nas seqüências discursivas, aqui comentadas, *os tucanos falam de seus adversários*. Na tradição semântica, o termo referência designa uma relação entre forma lingüística e seu referente extralingüístico. Aqui, a abordagem dessa relação repousa nos pressupostos da teoria do discurso. Com isso, queremos dizer que trataremos *da construção discursiva do referente*, ou seja, “de um objeto imaginário (do ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (Pêcheux, 1969, p. 85).

A análise de mecanismos lingüísticos que servem à construção discursiva de *referentes*, ou seja, que *nomeiam* aqueles que não concordam com o presidente da República – na verdade, com *o representante político* Fernando Henrique Cardoso – mostra-se relevante para a exploração do *ethos*, da maneira de ser dos tucanos, que provém da maneira como eles se referem a seus adversários. Em termos mais gerais, o que estamos efetivamente propondo analisar estende-se ao *olhar dos tucanos sobre seus adversários* – mais especificamente a seu *olhar vilão*.

A discussão que pretendemos desenvolver nesse espaço visa à descrição dos procedimentos lingüístico-discursivos por meio dos quais atores políticos inscritos em uma situação de polêmica referem-se uns aos outros. Também procuramos mostrar que o

apagamento da discussão política, que deriva do *ethos*, pode ser demonstrado em *como* o discurso tucano *denomina* seus críticos e suas propostas.

Procuramos destacar a *semântica* que regula a descrição dos adversários na linearidade discursiva. Em termos gerais, procuramos apreender uma *regularidade semântica, uma significância que domina toda a discursividade, que rege o discurso*. Julgamos pertinente observar as denominações pelas relações de combinação/substituição que mantêm. Ou seja, o confronto de formas diversas de denominação implicaria uma *regra de combinação* ou *pontos de ancoragem semântica: a repetição do idêntico através de formas necessariamente diversas* ou *o mesmo na diferença* (ver Pêcheux, 1969).

De acordo com Maingueneau (2001), sempre que for possível utilizar um nome próprio para designar um referente poderemos também usar um *grupo nominal com artigo definido* para designar o mesmo referente. O grupo nominal com artigo definido denomina-se *descrição definida* e tanto pode designar um indivíduo como uma pluralidade de indivíduos, uma classe ou um grupo. Para o autor, *utilizar uma descrição definida significa caracterizar um indivíduo ou um conjunto de indivíduos por intermédio de uma ou várias propriedades*. A descrição definida constitui, segundo ele, uma forma de designação *indireta*, uma vez que ela passa por propriedades, *o significado do nome*, para chegar ao referente. Podemos depreender dessa afirmação que há diferentes maneiras de falar de um “mesmo referente”, ou seja, “os locutores de uma língua dispõem de diversos meios para designar um referente, diversos modos de apresentação desse referente” (Maingueneau, 2001, p. 179). O nome próprio Fernando Henrique Cardoso (indivíduo empírico) pode ser designado/apresentado por intermédio de uma série de expressões: *o presidente da República, o primeiro presidente a ser reeleito na História do Brasil, o criador do Plano Real, o melhor presidente da história do país, esse suposto Sartre tupiniquim, o intelectual de sucesso, o príncipe da sociologia, um dos luminares da intelligentsia nacional, o ex-marxista que virou “social-democrata”* ou *o ex-sociólogo que virou um neoliberal consumado*. Essas expressões linguisticamente diferentes constituem diferentes maneiras de falar do mesmo referente. Ou seja, atribui-se aos itens lexicais uma identidade referencial (*são designações diferentes que se referem ao mesmo indivíduo*), mas não uma identidade de sentidos. Esse conjunto de expressões *co-referenciais* (*todas têm o mesmo referente: o indivíduo Fernando Henrique Cardoso*) expõe, de fato, *diferentes sentidos possíveis* que o mesmo referente assume, isto é, correspondem a *diferentes representações* do mesmo referente. A substituibilidade de uma unidade num discurso dado é que lhe confere, neste

discurso, um caráter referencial e não o fato de que possa definir uma classe de seres susceptíveis de serem designados por essa unidade (ver Henry, 1990).

De acordo com Maingueneau (2001), não é um enunciado que faz referência: “é o enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto” (p. 179). Precisamos esclarecer que o modo de apresentação do referente (as suas diferentes maneiras de realização lingüística) não tem lugar na consciência dos indivíduos (efeito de subjetividade), mas sim na capacidade do Sujeito de dominar a semântica de sua própria formação discursiva.¹ Em AD, não trabalhamos com a subjetividade do sujeito. A formação discursiva determina os substitutos efetivos possíveis de uma unidade dada.

De acordo com a AD, *as escolhas* mostram-se reveladoras da Formação Ideológica (FI) que se traduz na Formação Discursiva (FD), que determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito nela inscrito. Assim, as denominações sofrem as coerções discursivas impostas *por um sistema de restrições semânticas globais*, que regula a produção de enunciados para uma dada FD e que, conseqüentemente, restringe as diversas dimensões da textualidade discursiva. Assim, a escolha da expressão nominal não evoca um sujeito todo-poderoso, mas um sujeito que apreende esse sistema de restrições. A FD de referência apresenta o referente (*a coisa extralingüística*), seu adversário político, mobilizando o conjunto de categorias semânticas que recusa, que pertencem ao registro negativo de seu discurso. O sujeito do discurso *refere-se* em concordância com as restrições de seu sistema semântico. O aspecto descritivo, ligado a uma expressão dita referencial, que deriva desse sistema de restrições, ecoa *um* sentido, dentre outros possíveis, uma vez que outras descrições são recusadas.²

A referenciação discursiva, percebida como um modo particular de construir o referente, constitui uma base privilegiada para o estudo do *ethos*. É de fundamental importância continuarmos atentando para o léxico, uma das dimensões do discurso, na construção da identidade do adversário. Assumindo essa relação constitutiva do *mesmo* com o *outro*, a referenciação configura uma pista valiosa, funcionando como uma instrução preditora também da identidade social do enunciador, de seus traços caracterológicos, de seu *ethos*.

Assumir o uso de expressões nominais como uma atividade de designação a mercê de coerções discursivas implica, de imediato, a recusa de uma relação especular língua-mundo. Nessa perspectiva, as expressões ou formas nominais não constituem lugar para

discussões que apontem uma rotulagem precisa do referente, estável, ligada a valores de verdade. Quando significamos coisas por meio de uma expressão e não de outra, construímos nossa realidade de uma maneira e não de outra. Ocorre que esse processo de nomeação está investido de “uma eficácia simbólica de construção da realidade”:

Estruturando a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para conferir uma estrutura a este mundo e tanto mais profundamente quando ela é mais largamente reconhecida, isto é, autorizada. Não há agente social que não pretenda, na medida de suas possibilidades, dar-se a este poder de nomear e construir o mundo, nomeando-o. (Bourdieu, *apud* Brandão, s.d., p. 11)

Por outro lado, também não faz sentido negar o mundo. Não devemos achar que nós produzimos os referentes. Os referentes podem sim existir. Assim, admitir que os referentes existem é ser minimamente realista e não partidário de um realismo ingênuo. No entanto, nossa relação com *o real* – a realidade é muda – é intermediada pelos *sentidos*, pelo *olhar* que dirigimos *para esse real*.³ A realidade que acessamos sempre é vista a partir de um certo ângulo: chamar os guerrilheiros palestinos, numa reportagem, de *bando de assassinos* ou de *heróis da resistência* são modos de apresentação de um mesmo referente. Os guerrilheiros palestinos existem no mundo e há pessoas que percebem dolorosamente que eles existem. Isso não significa que nos referimos a eles, os nomeamos diretamente, de modo isento, não os representamos *como realmente são*, mas como o discurso que nos interpela os vê. É interessante perceber que as expressões não são intercambiáveis, embora denotem o mesmo referente. Isso se dá porque são enunciadas de lugares discursivos (*ângulos, pontos de vista*) distintos. O referente de um discurso, aquilo de que trata, não é o que chamamos *a realidade*, uma exterioridade empírica, mas *a sua realidade*, isto é, *aquilo que o discurso escolhe ou institui como realidade* (ver Ducrot, 1989; mesmo fora da AD, esse efeito da referenciação é percebido). Nossa relação não será nunca com *o mundo real*, com as coisas como realmente são, mas com *sentidos* em permanente conflito, com o interdiscurso.

“Quando percebemos que as expressões, servindo para referir, veiculam, simultaneamente, uma descrição de seu referente” (Ducrot, 1989, p. 433), que a designação determina *a natureza* do referente e, num certo sentido, o faz existir, cria-se uma ilusão de objetividade: *o sentido para a realidade*. O referente não é o ser do mundo descrito pela expressão referencial, mas o ser tal como ele é descrito. Como também observou Ducrot

(1989, p. 435): “o referente, aqui, não são os seres mas as personagens criadas dentro do discurso”.

A referência pode ser situacional, baseada no *contexto não lingüístico*, e textual, baseada no *contexto lingüístico*, no *cotexto*. Em nosso caso, as denominações constituem uma maneira de se estabelecer uma relação de referência situacional. Estamos lidando basicamente com denominações em contextos em que designam, descrevem e qualificam um conjunto específico de sujeitos da cena política – *aqueles* que se opõem ao governo – e *o que* eles dizem.

***Homo tucanus*: na encruzilhada do arcaico e do moderno**

Antes de discutirmos a construção discursiva da oposição no e pelo discurso tucano, são necessárias algumas considerações a respeito da apresentação dos dados que serão efetivamente analisados. Durante a leitura do *corpus* para o recorte das denominações, também observamos o modo como Fernando Henrique qualifica o que a oposição diz, com destaque para a adjetivação das ações da oposição. Contar com esses enunciados na análise das denominações confere maior “visibilidade” a esse *ethos* tucano implicado na construção discursiva da oposição.

Os dados para a análise foram transcritos no quadro a seguir. Destacamos em negrito as expressões que nos interessam para este momento da discussão.

Sobre a oposição	Sobre o que a oposição diz
<p>“Não sou do tipo dos que acreditam em recessão. Disseram isso em 97 e veja o que aconteceu. Quando foram calcular quanto o Brasil cresceu, deu 3,67%. Agora, as cassandras* de sempre, sobretudo os opiniáticos internacionais, ditam cifras a torto e a direito.” (FHC critica oposição, CUT e analistas internacionais. Folha de São Paulo, 04 nov. 1998. Brasil, p. 4)</p> <p>“Deixem a inflação conosco. Vamos combatê-la. Estamos combatendo. Já está dando resultado, para decepção das cassandras ... O Brasil, em dez anos, nessa área [ensino básico] será outro. Nós estamos vendo o efeito de um ano. É claro que as cassandras de sempre vão pegar um dado aqui e ali para dizer: ah, mas em 99 não vai crescer, tem a crise, a inflação.” (FHC ataca ‘cassandras’ e diz que a inflação está em queda. Folha de São Paulo, 20 mar. 1999. Brasil, p. 4)</p>	<p>“O PSDB tem quer ser o partido da convicção ... Convicção é vestir a camiseta do governo e brigar ... Alguns se assustavam com qualquer grito da chamada esquerda. Não tinham convicção do que estávamos fazendo, sentiam vergonha. Não têm porque sentir vergonha do que estamos fazendo. Não tem que ficar se desculpando. Se estamos aliados a esse ou aquele, sabem a razão disso. Explico sempre a razão. O PSDB conseguiu chegar à Presidência da República e a vários governos não porque tinha número, mas porque tinha idéia.” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Toledo, 1998, p. 208)</p> <p>“Fazem [os partidos de oposição] uma gritaria no Congresso, pensam que estão defendendo o interesse do povo. Não estão.” (FHC diz que MST quer derrubar o governo. Folha de São Paulo, 29 abr. 1997. Brasil, p. 1-16)</p>
<p>“Vamos superar 4%, como eu dizia lá atrás. E quantos desses só vêm obstáculos, chorões que ficam o tempo todo pregando a tragédia, dizendo: ‘isso é conversa fiada, não pode porque vai ter crise aqui, porque o câmbio, porque não é possível’. É possível, foi possível e nós voltamos a crescer. A indústria está crescendo a 6,5% este ano e a safra agrícola em curso foi a maior da nossa história.” (Presidente diz que o país é ‘duro para quem governa’. Folha de São Paulo, 25 nov. 2000. Brasil, p. A4)</p>	<p>“A oposição erra ao confinar o debate ao Brasil, ou ao governo, ou ao meu governo. A crítica da globalização tem que ser global. E essa crítica eu faço sempre que posso. Há essa acusação ridícula, contra a qual me rebelo sempre, de “neoliberalismo”. Você é a favor do neoliberalismo? A favor de quê? Da inexistência de regras? Isso não funciona. Eu quero regras ... Imaginar que o governo é a favor da globalização, ou que a apóio, é idiota. Trata-se de um fato real, da estrutura do sistema produtivo.” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Toledo, 1998, p. 87)</p>
<p>“E também me apraz dizer - e aqui, no Rio de Janeiro - que, com todas essas transformações, os mais pessimistas... Sempre há o que eu chamo de ‘os fracassomaniacos.’ E sempre os há. Sempre há gente olhando para trás. Sempre há gente vendo perigo que não existe. Sempre há gente apostando no atraso. Sempre há gente apostando no fracasso. Isso não tem importância. Deixa de lado. Não vale a pena nem responder, deixa. Vamos passando, vamos avançando.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura de concessões de áreas de exploração de petróleo e gás natural)</p>	<p>“Hoje nós temos feito milagre, porque, com a escassez de recursos existentes, fazer políticas sociais só por milagre. Trabalhamos com um teto baixo. Sai sempre nos jornais que o governo gastou muito ou gastou pouco, ou gastou mais, ou menos, na saúde, na educação ou em outras áreas. Essa discussão é patética. O governo gastou o máximo que pôde, não foi mais nem menos. Inclusive, ao gastar menos, em certos casos, deixou de jogar dinheiro fora. Foi um gastar menos positivo ... Então, essa discussão é retórica. Eu não faço mais pelo social não porque não queira, é porque não tenho.” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. Toledo, 1998, p. 38)</p>

* Cassandra, personagem da mitologia grega, fora amada por Apolo, que lhe dera o dom da profecia. Em troca, ela se entregaria ao deus grego. Cassandra não cumpriu sua parte e Apolo, irritando-se com ela, tornara inútil aquele dom, determinando que ninguém acreditaria em suas previsões. FHC foi infeliz na escolha da metáfora (lapso?) já que as previsões da Cassandra da mitologia são corretas. Cassandra é sinônimo de alguém com o dom da clarividência, mas que só encontra incrédulos.

* Encontramos no livro *A retórica da intransigência* (1992), de O. Hirschman, o termo “fracassomania”, que se tornou conhecido ao ser constantemente empregado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em trabalhos anteriores sobre a implementação de políticas na América Latina, Hirschman descreveu um sentimento de “fracassomania”, isto é, “a convicção de que todas as tentativas de resolver os problemas da nação resultam em total fracasso” (p. 135).

<p>“Foi emocionante dizer às pessoas: olha, vai ter que racionar, vai ter que cortar. Não é fácil, apesar de incompreensão, até da torcida contrária de alguns pequenos setores que jogam mal, porque pensam que quando o governo vai mal, eles vão bem, estão errados. Quando o governo vai mal, o país vai mal também. E quando o país vai mal, todo mundo vai mal. Mas o povo não gosta do quanto pior, melhor. O povo gosta de acertar, gosta de avançar. Então, o que aconteceu? Respondeu bem. E nós nos organizamos. Obviamente, decepcionamos, como sempre gosto de fazer, os agourentos de plantão. Essa gente não é do meu lado. Eu não gosto. Eu gosto de gente que acredita, que aposta.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de inauguração da usina hidrelétrica de Cana Brava. Minaçu, Goiás, 24 maio 2002)</p>	<p>“A hora, portanto, não é de recuo, não é de negaças, não é de espertezas, não é de palavras vazias, de quem diz que ‘sou contra o ajuste fiscal’. A hora é de entendermos a situação.” (FHC critica oposição, CUT e analistas internacionais. Folha de São Paulo, 04 nov. 1998. Brasil, p. 04)</p>
<p>“O Brasil vai mudar e a minoria que eu derrotei nas urnas não vai impedir a mudança e a mudança é aqui e é já, é na terra. Nunca nenhum governo desta República desapropriou um milhão de hectares de terra. E hoje aqui eu assinei um ato simbólico que se seguiu aos atos assinados ontem e mais àquilo que o presidente Itamar Franco fez, nós desapropriamos um 1,6 milhão de hectares de terra para o Brasil, para os brasileiros, para o povo que precisa da terra. E calamos a boca dos gatos pingados. O povo não é bobo, os bobos são eles. O povo sabe quem faz, quem cumpre o que promete. O povo, na sua compreensão direta, sabe que é preciso mudar, lutar muito para conseguir fazer o que nós fazemos. É preciso ter convicção e coragem. Tranquilidade e respeito à lei. E muita capacidade de juntar uns aos outros para mudar o Brasil.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de entrega de títulos de posse na fazenda Charneca. São João do Jaguaribe, Ceará, 25 mar. 1995)</p>	<p>“Quando veio um projeto demagógico, que não tinha fundos para pagá-lo, eu votei. E agora eu mandei outro, correto, com os fundos e, no dia 1º de maio, se o Congresso aprovar, haverá o aumento do salário mínimo para R\$ 100. Mas aumento real, aumento construído do trabalho e não da gritaria vazia, do aplauso fácil, de alguém que sobe à tribuna e, sem nenhuma responsabilidade, propõe o céu e oferece na prática o inferno da inflação.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de entrega de títulos de posse na fazenda Charneca. São João do Jaguaribe, Ceará, 25 mar. 1995)</p>
<p>“É um país muito duro para quem governa, porque o governante tem de ser um homem capaz de dizer não a demandas que, muitas vezes, são justas, mas não há recursos para defendê-las ... Aquele que pensa que está sendo atendido está sendo logrado pela fraqueza moral do governante que cede a tudo .. O governante que se preza, como se preza José Ignácio [Ferreira, governador do Espírito Santo (PSDB)] faz o que ele fez aqui. Disse ‘não’ muitas vezes e colocou em ordem as finanças públicas, que estavam em situação desesperadora. Eu era presidente em administrações anteriores e vi os efeitos das cabeças voltadas para o passado, eu vi o que significa ter palavras fortes, demagógicas, de que as coisas são fáceis, que precisa atender já ao povo. Aqui significou uma desordem administrativa quase sem precedentes na história do Brasil.” (Presidente diz que o país é ‘duro para quem governa. Folha de S.Paulo, 25 nov. 2000. Brasil, p. A4)</p>	<p>“A força vem de quem trabalha, a força vem de quem pensa, a força vem de quem pode antever o futuro e, ao antever o futuro do seu filho, sabe que é preciso mudar. E quero deixar bem claro aqui que os mesmos exploradores de sempre, que falam de aposentadoria: não haverá nenhum arranhão na aposentadoria de ninguém, todo direito adquirido será respeitado. O resto é conversa fiada, é papo furado e tentativa de confundir o que é claro.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de entrega de títulos de posse na fazenda Charneca. São João do Jaguaribe, Ceará, 25 mar. 1995)</p>

<p>“Mas o real está aqui. O real é a mão calejada do trabalhador que acredita, que hoje tem a enxada e a terra. O real foi conseguido assim também. Foi conseguido, eu ministro da Fazenda, quase contra tudo e contra todos. Dos que pensam que são progressistas e são a vanguarda do atraso —que queriam a inflação porque achavam que a inflação beneficiava o povo. O povo percebeu logo que o que beneficia o povo é a seriedade, não é a demagogia. É a competência, não é a ignorância. É a coragem sem ter ousadia demagógica. É ter um rumo certo. O Brasil tem rumo e este rumo passa pela reforma agrária que nós estamos fazendo, não vamos fazer não, estamos fazendo a reforma agrária.”(Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de entrega de títulos de posse na fazenda Charneca. São João do Jaguaribe, Ceará, 25 mar. 1995)</p>	<p><i>Folha</i> - Por que então há a percepção que o Brasil vai mal, no que diz respeito à pobreza? FHC - Essa percepção não é má, mas está distorcida. Ela mostra que o problema da pobreza entrou na agenda do Brasil. Como Joaquim Nabuco disse da escravidão, a pobreza é a “nódoa” do Brasil de hoje. Na escravidão, se assinou uma lei, a da abolição da escravatura. Acabou a nódoa e a situação dos pobres continuou a mesma. Hoje, não se acaba com a pobreza com um decreto. É preciso reconhecer que a pobreza vem diminuindo, e precisamos de políticas continuadas para reduzi-la ainda mais. Não tem outro jeito. Não adianta dizer que acabar com a pobreza depende de vontade política. Isso é conversa fiada. É preciso ser realista. (FHC diz que não teme o julgamento da história. <i>Folha de São Paulo</i>, 27 maio 2000. Brasil, p. A14-5)</p>
<p>“Fazem [os partidos de oposição] uma gritaria no Congresso, pensam que estão defendendo o interesse do povo. Não estão. Estão atrapalhando o Brasil ... Votar contra a reforma é fazer com que o povo tenha menos chance de comer melhor, tenha menos empregos. Quem vota contra a reforma está atrapalhando o povo. A demagogia não vai resolver. Gritar, cantar o hino nacional porque votou contra, isso não resolve nada ... são falsos defensores do povo ... Essa gente é reacionária, é atrasada.” (FHC diz que MST quer derrubar o governo. <i>Folha de São Paulo</i>, 29 abr. 1997. Brasil, p. 1-16)</p>	<p>“Tem até gente que aspira chegar à Presidência da República que diz que o Brasil não tem plano de desenvolvimento. Estão transformando a preguiça deles em culpa nacional. Eles não vão lá para ver as obras físicas e sociais e pensam que não acontece nada. Para poder aspirar, conduzir um país, tem que ter modéstia, paciência, capacidade de trabalho, olhar o que está acontecendo e não fazer juízos precipitados.” (FHC vê Itamar ressentido e diz que Lula tem ‘preguiça’. <i>Folha de São Paulo</i>, 10 jul. 2001. Brasil, p. A4)</p>
<p>“Vamos ver o que foi dito quando essa lei [de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas] foi discutida no Congresso Nacional. Vamos ver o que, os que se dizem defensores do povo, diziam então sobre a lei de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Diziam que era um engano, que era um engodo, que era uma maneira de prejudicar os direitos dos trabalhadores, que era uma falta de confiança nos sindicatos. Bem, a caravana passou e os outros ficaram pelo caminho. Hoje, dizem outra coisa. Já esqueceram tudo que disseram. Certamente, hoje, são defensores ardorosos da lei, e mais do que da lei, da prática de participação dos trabalhadores nos lucros. O que é bom. É bom que as pessoas mudem, porque se muda para melhor. É bom.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de inauguração da usina hidrelétrica de Cana Brava. Minaçu, Goiás, 24 maio 2002)</p>	<p>“Há muita coisa nova para ser reivindicada como valor de progresso. Cabe muita coisa, inclusive um novo humanismo. O mundo da globalização é ao mesmo tempo essa confusão do dinheiro internacional, da homogeneização da produção, da fragmentação – e um mundo que coloca de novo a humanidade como sujeito, porque traz à tona questões que afetam a todos. Há tanta coisa boa, nova, desafiadora, que me entristece ver como as pessoas se aferram a esse ... como é que eu chamei? Esse nhenhém, não foi isso o que eu disse?” (Entrevista a Roberto Pompeu de Toledo. <i>Veja</i>, n. 1512, 10 set. 97.)</p>
<p>“Tem que se manifestar. Mas em favor do quê? Só contra? Por que só contra? Assim não dá ... Nós estamos fazendo tanta coisa boa no Brasil. O país está crescendo. Tem uma vitalidade imensa. Cresce por todos os lados ... Esse pessoal que é teimoso, que é do contra, deveria guardar sua bílis e sua raiva dentro de casa”. (FHC critica ‘desordem’ e faz elogios aos jacarés. <i>Folha de São Paulo</i>, 26 jul. 1997. Brasil, p. 5)</p>	<p>“Não me venha [a Oposição] dizer que é a favor de abaixar os juros e aumentar o crescimento. Isso é demagogia, se não nos dão instrumentos para tal.” (FHC critica oposição, CUT e analistas internacionais. <i>Folha de São Paulo</i>, 04 nov. 1998. Brasil, p. 04.)</p>

<p>“Aquele crise [de energia] frustrou apenas os que gostam de criticar por criticar. Aprendemos muito e estamos vendo, aqui, nessa obra magnífica de engenharia, sobre as águas do Tocantins, que estamos avançando e aumentando a nossa oferta de energia.” (Discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de inauguração da usina hidrelétrica de Cana Brava. Minaçu, Goiás, 24 maio 2002)</p>	<p>“Faço um apelo: quem quiser criticar, que critique à vontade, mas use os dados com boa fé. Estamos sempre apresentando números, hipóteses, explicitando raciocínios. Não convém assustar a população com declarações às vezes embasadas no fato de uma pessoa ter alta hierarquia acadêmica ... Eu já vi dizer fulano de tal, professor da universidade tal e em seguida ele diz uma batatada simplesmente embasada na vontade de dizer que está tudo errado ... Que na briga política se diga isso ou aquilo eu entendo, mas usar embasamento técnico universitário para fazer jogo político, aí eu acho que desmerece a política e seu próprio embasamento.” (Fernando Henrique ao anunciar o fim do racionamento de energia elétrica, referindo-se a acadêmicos que criticam as medidas adotadas pelo governo para sair da crise energética. As principais críticas às medidas do governo vieram dos professores da UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, e Ildo Sauer, da USP. Presidente ataca os que são contra o racionamento. Folha de São Paulo, 20 fev. 2002. Dinheiro, p. B3)</p>
<p>“Então, eu acho que nós estamos dando passos muito importantes para o país. E eu não esperaria que setores mais perdidos até - porque não são todos, não, alguns setores e alguns partidos - que eles entendam a realidade e não fiquem fazendo um papel que, depois, a história não vai nem registrá-los. Não é que vai registrá-los porque fizeram alguma coisa errada. Nem vai olhar, porque, como se diz, a caravana passa.” (Fernando Henrique Cardoso. ‘Vamos para a próxima e vamos ganhar de novo’. Folha de São Paulo, 18 jan. 1996. Brasil, p. 1-11)</p>	<p><i>Folha</i> – O sr. corre o risco de terminar seu governo com as mesmas críticas na área social? FHC – Mas vai ser sempre, porque é ideológica. Quando você faz a comparação, vê que há progressos. Nunca se evoluiu tanto na educação, por exemplo. (Presidente quer deixar a política em 2003. Folha de São Paulo, 19 dez. 1999. Brasil, p. 1-16)</p>

Quadro 1. As denominações que designam, descrevem e qualificam a oposição e suas ações

Cassandras, pessimistas, catastrofistas, fracassomaniacos, cabeças voltadas para o passado, etc. são expressões diferentes que se referem àqueles que se opõem ao governo. Embora tais expressões designem um mesmo grupo político (a oposição), elas não significam do mesmo modo, uma vez que podem suscitar representações diferentes do referente em função das *propriedades* assinaladas pelas expressões. O que nos chama a atenção, na observação das denominações, são as *propriedades* que os lexemas conferem ao referente em razão, primeiramente, *de suas virtualidades de sentido em língua*, ou seja, de seu valor semântico estrito (de “Dicionário”), e, em segundo lugar, de seus efeitos de sentido quando correlacionados à formação discursiva. Quando feita essa correlação, descortina-se o que buscamos: “a congruência notável entre a área de significação lingüística do termo e o sistema de restrições semânticas de um discurso” (Maingueneau, 1984, p. 87). Fique claro, portanto, que esses *traços* não configuram características universais, uma vez que o discurso constrói o seu objeto; assim, são formas de identificar/qualificar o referente, de levantar seus caracteres, sobretudo os negativos. A escolha das características a serem ativadas pela denominação ajuda a compor a identidade do referente (personagem social), ao mesmo tempo, inseparável da identidade que os tucanos constroem de si por meio da nomeação das “vozes críticas”.

Das expressões que constroem discursivamente os que se opõem ao projeto governista, podemos distinguir regiões discursivas diferenciadas (ou diferentes direções de sentido). Em uma dessas regiões, as denominações reservadas à oposição retomam sentidos saturados sobre *aqueles que reagem às mudanças*. Como efeito de anterioridade, de um imaginário já constituído, intervém o sentido negativo que o termo “reação” veio a adquirir. Aqueles que reagiam às mudanças vieram a ser vistos historicamente e denunciados como reacionários: aqueles que queriam “fazer o relógio da História andar para trás”, os contra o progresso, contra o andar para frente da História. A oposição é historicamente significada por conteúdos negativos.

De acordo com Bobbio et al. (1999, p. 1.073):

Na linguagem política, o termo [reação] indica genericamente todo um comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regredir essa sociedade para estádios que a evolução tinha ultrapassado.

Em uma segunda região, encontram-se denominações que desqualificam um posicionamento típico (“visão do senso comum”) de políticos de oposição, *que é se opor, discordar do modelo de desenvolvimento da sociedade do grupo político detentor do poder*. Ao estigmatizar o comportamento de grupos de contestação como *só contra*, entra em cena um sítio de significância já posto para aqueles que integram as fileiras da oposição. Essa tendência discursiva se desdobra semanticamente em duas direções. Em uma delas, esse perfil da oposição está associado a um desvio de caráter de ordem moral: agem sem pensar no bem-estar do país e do povo. A oposição às idéias ou programas significada como ser contra o país mistifica o comportamento da oposição ao sugerir que quem se posiciona contra as propostas governistas se coloca contra a pátria. Os críticos agem de má-fé, apostam *no quanto pior, melhor* porque pensam que *quando o país vai mal, eles vão bem*: “Se a oposição pensasse no Brasil...” A oposição também é caracterizada como *lamentosa, pessimista, catastrofista* em relação às mudanças. Esse comportamento da oposição contrapõe-se à *fé otimista* dos progressistas e também é significado como sendo contra o país. Essa região de sentido para a oposição dialoga com o discurso conservador.

Os tucanos também qualificam as críticas dos adversários de *políticas, demagógicas* ou *ideológicas*, ou seja, aqueles que criticam o governo criticam sem se basear em fatos, sem olhar para a realidade. O trabalho de Miguel (2000) diz que a rejeição à política constitui um dos mitos políticos. A rejeição à “política pequena” busca estigmatizar o conflito político-partidário ao se contrapor a um anseio de união. De acordo com Miguel (2000), a discordância, o desacordo, o dissenso, que são outros nomes para a diferença e para a pluralidade, assumem, no discurso político, o pólo negativo. A política, ao se converter em palavrão (no capítulo anterior, vimos a política não mais como palavrão, mas como justificativa para as ações do governo), designa um comportamento que é típico da oposição para um discurso conservador: *solapar a unidade necessária ao progresso da nação*. O discurso da união constitui o discurso tucano de desqualificação da oposição: nas palavras do presidente, “O Brasil precisa de uma soma, precisa de rumo, soma que aglutine”. Uma voz discordante é desqualificada como *inimigos do Brasil*, pois colocam seus interesses particulares acima dos interesses nacionais e impedem que o Brasil vá para frente, avance. Há uma caracterização dos outros – a oposição – como antinação.

O comportamento dos adversários é, desse modo, vinculado a uma prática política “ordinária”. O papel que a *oposição* representa no contexto de uma sociedade democrática é significado, na discursividade tucana, como *pequena política*:

Pateticamente, os setores que se querem progressistas unem-se aos setores mais atrasados do Congresso para bloquear qualquer mudança. E ainda acusam o governo de estar ligado aos setores atrasados! Na verdade os sinais estão trocados. Se examinarmos as votações no Congresso, verificamos que a esquerda – a “esquerda” entre aspas, aquilo que se chama de esquerda no Brasil – votou contra, por exemplo, o fundo de valorização do professor. Por quê? Qual a lógica disso? É a lógica da **pequena política**. Querem destruir a mim e atingem o interesse do país. (Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. Veja, n. 1512, 10 set. 1997)

Ao caracterizar a oposição como quem anda sozinho, há um reconhecimento da oposição como conservadora. No entanto, é justamente o discurso da união que sorrateiramente condena o jogo político democrático ao estigmatizar o dissenso:

A famosa dívida social continua aí. Nesse ponto, de novo, a esquerda volta a ter função e força. Num país com o grau de desigualdade do Brasil, uma esquerda é necessária, desde que seja moderna, que faça avançar ... Esse estar junto é o cimento indispensável do mundo contemporâneo. E isso é um valor de esquerda. O conservador não quer estar junto. O conservador resolve sozinho. Não dialoga, não participa da mesma experiência ... Esse estar junto é o cimento indispensável do mundo contemporâneo. (Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. Veja, 10 set. 1997)

De acordo com Miguel (2000, p. 190):

o repúdio aos “interesses particulares” em nome de um interesse geral mais elevado é comum nos discursos conservadores. Esta foi historicamente uma das respostas às reivindicações dos trabalhadores. Quando o regime militar impunha um dos piores arrochos salariais da história do país, ao mesmo tempo em que a economia crescia aceleradamente, o ministro Delfim Netto reivindicava a primazia dos interesses do todo sobre os das partes: era preciso fazer crescer o bolo – que é de todos, é do país – para depois dividir.⁴

Essa idéia de que há um percurso linear, de que só há um caminho para “ir para frente” (o progresso; a modernidade) funda-se no autoritarismo, no conservadorismo. Ao discordar, a oposição objetiva uma mudança (o que o discurso tucano não diz) de rumo político do governo, das estruturas políticas e das estruturas sócio-econômicas. No discurso tucano, o comportamento da oposição aparece como inspirado no conservadorismo e não no progressismo/revolucionarismo. Essa recusa à diferença, a alternativas políticas, resvala no autoritarismo antidemocrático.

Numa outra direção, a justificativa para essa postura oposicionista não apela para esse “ranço” da oposição, mas para sua falta de capacidade intelectual de entender o porquê das coisas: a oposição não compreende o processo histórico que hoje vivenciamos, não vê o que acontece no mundo. A oposição está *atrasada* para compreender. Mais uma vez, está na *contramão* da História. De um lado, estão os inteligentes; de outro, os burros. Percebemos um germe também autoritarista: “eu” estou sempre certo, os outros todos são ruins. A origem das críticas ao governo deve-se à falta, na concepção dos tucanos, de uma compreensão abrangente do que o governo faz e planeja fazer. Dessa forma, aqueles que se opõem às mudanças agem assim não apenas porque estão em defesa de seus próprios interesses políticos, mas também por ignorância, até mesmo por uma ignorância ingênua, que pode também ser explicada, em alguns casos, por um sentimento impotente de nostalgia: “Eu entendo o saudosismo. Eu compreendo emocionalmente que as pessoas são saudosas de um passado. Mas o passado é o passado”.⁵

Não é preciso ir mais além para concluirmos que, no discurso tucano, aquilo que a oposição propõe cheira a naftalina, soa anacrônico, por extensão, não faz mais sentido. Não há, portanto, espaço para a discussão política se não há críticas, propostas alternativas inteligentes. As diferentes formas de denominar o que a oposição diz, também saturadas por essas regiões de dizer, suprimem a oposição como ator político. O processo de produção de sentidos para o referente produz uma ilusão de que os sentidos são verdadeiros, únicos e incontestáveis, emanam de uma realidade evidente, da História. A oposição ainda não teve a *Revelação*.⁶

Por intermédio das designações *nhenhém, batatada, juízos precipitados, conversas fiadas, papo furado*, que desautorizam o espaço de interlocução, está a tentativa de transformação do dissenso em “consenso”. Os opositores dedicam-se a *discussões vazias*, que não conduzem a lugar algum. O mote da desqualificação é a falta de alternativas para oferecer ao país. O caráter conservador do discurso de Fernando Henrique, de recusa do debate político, também é reiterado pelas referências à oposição como *barata tonta* ou *os setores mais perdidos*.

Esse “não ter nada a dizer, a propor” faz referência à contestação sistêmica, a tudo que se aproxime do radical, da idéia de “ruptura” com o que aí está. Como assinala Nogueira,⁷ sob a hegemonia do pensamento único, não haveria necessidade de oposição, bastariam algumas “oposições dóceis e construtivas”.

De acordo com Nogueira (*op. cit.*), esse comportamento do governo de desqualificar o ser de oposição acaba por atribuir ao governo o papel de única verdade e única certeza: “os problemas nacionais jamais derivariam de erros de orientação governamental, mas seriam impostos pela cegueira dos que são ‘contra’”.

A grande verdade para os tucanos é que o Brasil é um país *caipira*, onde a *intelligentsia*, que tem de fazer a revolução copernicana, mudar as mentes, tirar o país e seu povo do estado de trevas e iluminá-los, não é compreendida, é obrigada a conviver com *cassandras*, com *fracassomaníacos*, com *bobos*, com *gente atrasada*, *teimosa*, *do contra*, com *cabeças voltadas para o passado*, com *falsos defensores do povo*, com uma *esquerda entre aspas*. Ao alimentar a discordância com *juízos precipitados*, *gritarias*, *discussões idiotas*, *patéticas*, *acusações ridículas*, *bobagens*, mostram-se racionalmente deficientes, incapazes de compreender, porque estão aferrados ao passado, querem voltar para trás. Ao se oporem ao projeto tucano de “modernização” do país, está reservado a seus críticos o papel de empecilho: não há desavença legítima se o projeto do governo é a única proposta viável. Como observa Semeraro,⁸ a imagem do intelectual esconde sua faceta mais sombria: *um saber incapaz de uma relação dialética com a sociedade*.

Sobre a semântica da referenciação no discurso tucano, em nossas análises, nossa preocupação foi com a “localização” (“o significado local”) das expressões usadas para se referir aos críticos e às críticas, ou seja, essas expressões estão associadas a domínios muito particulares (os discursos em que ocorrem/o discurso responsável pela sua significação). Nesse sentido, a contribuição principal de nossa análise, novamente, diz respeito à configuração do discurso tucano (a partir de quais outros discursos ele se constitui).

Ao observarmos o estatuto das unidades lexicais, verificamos uma espécie de “modernização conservadora” do discurso tucano. Ou seja, o processo de modelagem desse discurso atrai, de um lado, elementos oriundos de discursos sobre a díade “modernidade” e “movimentos reformistas”, que tocam a sinonímia; e de outro, elementos do discurso conservador. A oposição entre modernidade e atraso converte-se em princípio organizador do discurso. Tal hipótese parece defensável quando observamos as nossas análises anteriores de outros planos do discurso.

Essa “modernização conservadora” do discurso parece estar ligada à modernização substancial da sociedade. Há certos “dizeres” sobre modernidade que conformam “o dicionário” empregado pelo enunciador tucano na exploração semântica das unidades lexicais (o vocabulário). Podemos supor que se trata de um “princípio constitutivo”, que faz

com que os planos do discurso estejam coerentemente conectados, isto é, formem um todo coerente, mas não homogêneo. Reservamos, para o final, comentários mais precisos sobre o que estabelece a ligação coerente, no universo de sentido que o discurso tucano constrói para si, entre o estatuto do enunciador, a cena enunciativa, o vocabulário, o tema, o *ethos*. Vale a pena lembrar que estamos tratando de um princípio constitutivo, ou seja, mais uma vez, damos visibilidade à “costura”, à montagem, não homogênea, do discurso tucano. Falta melhor compreendermos essa “coerência” entre características (*ethos*) aparentemente contraditórias que convergem para a construção – como discurso – de uma identidade social para o “eu”.

¹ Maingueneau (1984, p. 13) chama de competência discursiva “o domínio tácito de regras que permitem aos enunciadorees de um discurso dado produzir e interpretar enunciados que provêm de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas”.

² A esse propósito, gostaria de citar um exemplo, encontrado em Benjamin (ver O poder das palavras. Caros Amigos, nº 58, p. 13, jan. 2002), a respeito da seguinte manchete do Jornal Nacional: “O governo reafirmou hoje seu compromisso com o ajuste fiscal”. Para Benjamin, a frase está repleta de conteúdos positivos: “*reafirmar*” mostra coerência; “*compromisso*”, de forma sutil, remete a lealdade; “*ajustar*” é tornar justo. *Tudo soa bem*. No entanto, o fato gerador da manchete, segundo ele, não era tão bom: “em seu esforço para alcançar as metas com o FMI, o governo brasileiro havia cortado parte das verbas destinadas à merenda escolar” (p. 13). A “nomeação”, feita pelos jornalistas da Globo, longe de informar com isenção, pode ser percebida como efeito de uma FI que se traduz em uma FD.

³ Ver FREGGE, 1978.

⁴ Hoje, o conservadorismo do discurso globalizante resta na conclusão de que só o mercado livre permite o crescimento e o surgimento de novas oportunidades. Uma boa dose de paciência ainda se faz necessária nos tempos modernos.

⁵ Fernando Henrique Cardoso referindo-se aos que são contra a privatização da Vale do Rio Doce (FHC nega barganha entre venda da Vale e a reeleição. Folha de São Paulo, 21 nov. 1996. Brasil, p. 1-4).

⁶ Ver VERÍSSIMO, Luis Fernando. Mão e contramão. In: ---. **Comédias da vida pública: 266 crônicas datadas**. Porto Alegre: L&PM, 1995. p. 366-7.

⁷ NOGUEIRA, M. A. **A política como ameaça**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv49.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

⁸ SEMERARO, G. **Os “rumos modernos” e o intelectualismo da política de FHC**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv86.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

CAPÍTULO 5

Modernização Conservadora

“A parábola de Kafka é a seguinte: Ele tem dois adversários: o primeiro acossa-o por trás, da origem. O segundo bloqueia-lhe o caminho à frente. Ele luta com ambos. Na verdade, o primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que o empurra para trás. (...)

A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro – “a onda do futuro” –, mas também o passado, é visto como força, e não como praticamente em todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado.”
Hannah Arendt

Como assinalamos ao final dos capítulos 3 e 4, nossa preocupação última consistiria em desvendar a significância discursiva do não reconhecimento da alteridade que domina o discurso tucano da desqualificação. Um dos pilares sobre os quais se funda essa semântica da desqualificação foi assinalado no capítulo 2 com a análise do estatuto do enunciador, da identidade social do “eu”, construída e articulada por meio de discursos sobre a representação política e relações de autoridade. Dessa identidade, depreende-se a autoridade enunciativa do enunciador: o representante político intelectual é aquele que, por excelência, tem disposição crítica, apreende em profundidade o significado da História. De acordo com Simionatto,¹ os intelectuais do poder são considerados os mais sábios e capazes para resolver os problemas coletivos sem consultar os cidadãos. Essa subjetividade supõe o poder de “fabricar consenso”, que só pode resultar na estigmatização das vozes “agourentas” do dissenso, ou na ilegitimidade do debate político-partidário. A fala do intelectual vale (significa) mais:

El intelectual decía lo verdadero a quienes aún no lo velan y en nombre de aquellos que no podían decirlo: conciencia y elocuencia. Ahora bien, lo que los intelectuales han descubierto después de la avalancha reciente, es que las masas no tienen necesidad de ellos para saber; saben claramente, perfectamente, mucho mejor que ellos; y lo afirman

extremadamente bien. Pero existe un sistema de poder que obstaculiza, que prohíbe, que invalida ese discurso y ese saber. Poder que no está solamente en las instancias superiores de la censura, sino que se hunde más profundamente, más sutilmente en toda la malla de la sociedad. Ellos mismos, intelectuales, forman parte de ese sistema de poder, la idea de que son los agentes de la "conciencia" y del discurso pertenece a este sistema. El papel del intelectual no es el de situarse un poco en avance o un poco al margen para decir la muda verdad de todos; es ante todo luchar contra las formas de poder allí donde éste es a la vez el objeto y el instrumento: en el orden del "saber", de la "verdad", de la "conciencia", del "discurso".²

Por sua vez, essa identidade do "eu", engendrada pelo modo de coexistência dos discursos que a constituem, mostra o *ethos* do sujeito histórico, a quem cabe iniciar uma nova ordem de coisas, associado a um *ethos* de conotações autoritárias e conservadoras. O que nossas análises aferiram poderia ser descrito como uma subjetividade híbrida, instável. Fique claro que, ao nomearmos assim a "realidade", não sucumbimos ao subjetivismo psicologizante. Quando apreendemos o discurso tucano em seu plano semântico, vislumbramos esse aparente conflito de caracteres, conformados por tendências discursivas progressistas e conservadoras. Essa constituição tensa do *ethos* tucano dá visibilidade ao fundamento da interdiscursividade, aos trajetos interdiscursivos percorridos pela formação discursiva tucana para se constituir. Uma "semântica" (uma maneira de significar) progressista, assim como um comportamento verbal progressista, coexistem com um "tom" autoritário. Ou seja, entram em cena, na desqualificação dos adversários, os efeitos de sentido sobre a modernidade e sobre o atraso na conformação dessa "matriz de significância" que perpassa todos os planos do discurso. Ou seja, essa tensão entre o moderno e o antigo não é exclusiva do *ethos*, mas está disseminada pelos múltiplos planos do discurso, assumindo a condição de princípio constitutivo do discurso tucano da desqualificação. Isso implica que, mesmo analisando um determinado plano, o discurso sempre aparece por inteiro. O discurso tucano da desqualificação procura não só restringir as áreas de dissenso, mas apresentá-las como "sem razão" de ser, uma vez que ninguém pode ser contra o progresso ou rejeitar a "modernidade": *tudo que é novo é bom*.

Nos capítulos 3 e 4, ao analisarmos como o sujeito se representa e representa os "contra" (seus adversários políticos), pudemos conferir as projeções de oposição política, atravessadas por já-ditos, que desqualificam essa posição discursiva, excluindo-a de qualquer debate. Pensando nas relações de força, constitutivas de uma sociedade hierarquizada, a fala da oposição pode valer (significar) menos em função das

representações do “eu” e da oposição mobilizadas. A ilegitimidade do debate não é significada apenas pela desqualificação dos atores políticos, que se dá a partir de discursos conservadores, mas também pela representação do modelo de desenvolvimento que aí está (o tema da polêmica) como *imutável*. Isso quer dizer que não há espaço para a *mudança*, embora a *mudança* seja constitutiva da identidade que o sujeito assume para si: *aquele que tem a missão de operar a superação de um Brasil arcaico para um Brasil moderno*.

No contexto do “Novo Capitalismo”, Fairclough chama a atenção para o “monologismo”, a ilegitimidade do debate, aproximando processo material e processo discursivo:

In one or other form, it [neo-liberal policy] has been adopted in fact if not in theory by social democratic as well as conservative political parties throughout the world. With rare but important exceptions, neo-liberalism has come to dominate the political scene - and has resulted in the disorientation and disarming of economic, political, and social forces committed to radical alternatives. This in turn has contributed to a closure of public debate and a weakening of democracy [grifos nossos].³

A hegemonia discursiva em torno da *inevitabilidade* do que aí está, do “adaptar-se”, autorizada pela instância subjetiva que o sujeito confere a si (*o fiador*) autoriza o “não sentido” para a inquietação crítica. Nesse universo de sentido, em que há somente “uma explicação”, ou em que “não há outro caminho senão esse”, só faz mesmo sentido desqualificar qualquer projeto de modernidade alternativo. Se a essência da modernidade está no triunfo do pensamento racionalista (Max Weber), a “razão” e seu poder universalizante também investem seus depositários de fundamentalismo, de radicalização e de autoritarismo, mas com um verniz “democrático” e “moderno”. Paradoxo constitutivo? Se, de fato, estamos condenados a uma só idéia, “a uma situação objetiva inexorável”, o sujeito histórico parece não existir mais. Foi declarado o fim do sujeito histórico. A intervenção humana na história de nada adianta. Mas se a modernidade é marcada pela “mudança”, quais são seus agentes no “Novo Capitalismo”?

Sob a orientação teórico-metodológica da *Análise Crítica do Discurso*, em um trabalho intitulado *Representations of Change in neo-liberal discourse*,⁴ Fairclough procura mostrar como a *mudança*, dentro do “Novo Capitalismo”, é representada como *um processo de evolução inevitável* e não como *construção*. Governos e empresas, que estão efetivamente envolvidos na construção de uma nova ordem econômica, não são apontados

como agentes responsáveis pela mudança. Fairclough conclui que a globalização envolve poucos agentes sociais. Partindo de pressupostos teóricos distintos, chegamos ao mesmo resultado da análise de Fairclough: *as mudanças são representadas como fenomênicas*. Os agentes envolvidos no processo de globalização são, de modo geral, inanimados ou abstratos:

Economic change is represented as processes without human, social agents; for instance, there are no social agents (e.g. multinational corporations or managerial elites) developing, promoting or using technologies, they 'emerge'; there are no social agents opening up new markets, they are 'opening up'. 'New technologies' and 'new markets' (as well as 'change') are themselves the agents ... Second, these are processes in the present, in the present tense, not represented as historical changes but as a contemporary condition without historical depth. ... Third, change is represented cumulatively, paratactically, as a list of processes in the present, as appearance and evidences without reference to causes, as what Clark and Newman (1998) have graphically called a 'cascade' of change. A cascade of change without history, without causality, without agency or responsibility, which simply confronts us from the outside, and to which we must respond, we have no choice but to respond. (Fairclough, op. cit., p. 14)

Montgomery & Alan,⁵ ao destacarem casos de nominalização no discurso jornalístico, chamam a atenção para a exclusão dos sujeitos agentes numa tentativa de se produzir um efeito de objetividade (em oposição ao subjetivismo). Como efeito de sentido, apaga-se *a subjetividade histórico-política, que é capaz de ação na história*, em favor de uma *subjetividade passiva, assujeitada a uma ordem esculpida pelo tempo, ao determinismo da História*. Essa representação da mudança resulta, num certo sentido, da própria imagem que o “senso comum” confere à História. De acordo com Arendt (1972, p. 139):

a história é usualmente concebida como processo, fluxo ou desenvolvimento – que todas as coisas por ela compreendidas podem se transformar em quaisquer outras, que as distinções se tornam sem sentido por ficarem obsoletas e como que submersas no fluxo histórico no momento de sua aparição.

Acaso a modernidade não sucumbiu ao conservadorismo da sujeição às “leis naturais”, ao curso da História, às forças “econômicas globais” que não podemos dominar? Nesse universo de sentido, a críticas tornam-se menos “úteis” quando não há como propor nenhuma alternativa “coerente” às formas econômicas tal como são hoje. Não há como impedir a chegada dos *tempos modernos*. Henriques⁶ identifica o caráter autoritário na

capacidade de “tornar ridícula e quixotesca qualquer tentativa de opor-se a isto que se quer o rumo natural das coisas”.

Vale notar que, paralelamente a esse estado de “rigidez”, a idéia de ação não é abandonada, sobretudo quando os agentes transformadores não são políticos nem econômicos. Giddens (2000, p. 119) diz que:

a constituição do Estado do bem-estar teve como pressuposto aquilo que chamei de risco externo. O Estado intervirá para nos proteger se as coisas desandarem – não cabe ao cidadão envolver-se muito quando as coisas desandam. Hoje temos um ambiente de risco muito mais ativo, reflexivo, no qual as pessoas têm uma relação diferente com seu futuro, seu corpo, seu meio social e econômico.

Ou seja, hoje, as pessoas assumem atitudes mais “ativas”: “em vez de dar bens às pessoas, devemos dar-lhes competências e responsabilidades” (Giddens, 2000, p. 119). Os cidadãos-consumidores devem assumir as rédeas de sua própria vida (auto-ajuda individual), isto é, assumir o papel de agentes. De acordo com Simionatto (*op. cit.*):

Delimitar o tamanho do Estado para que ele se torne “mais barato, mais eficiente, na realização de suas tarefas, para aliviar o seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” (Pereira, 1997:14), deixar a seu cargo apenas as chamadas funções essenciais, como justiça, segurança interna e relações exteriores, repassando para o setor privado as políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência (INAP, 1989), propiciar “*mayor ingerencia e maior libertad a la iniciativa privada e individual*” (Freitas, 1988) foram o mote do novo desenho do Estado.

Isso significa que as políticas sociais são *deslocadas* da esfera pública para a privada em nome da cidadania (o discurso “participacionista”). Verifica-se, segundo Belarmino (*apud* Simionatto, *op. cit.*):

el retroceso del Estado como prestador directo de atención, avance del sector privado, énfasis en las responsabilidades y prerrogativas individuales en el tratamiento de cuestiones que acostumbrábamos asociar con derechos inalienables, que debían ser garantizados por la sociedad a cada uno de sus miembros sin distinciones ni exclusiones de ningún tipo.

A sociedade civil torna-se responsável por serviços como saúde, educação e previdência e assume a assistência social por meio de ONGS, instituições comunitárias e filantrópicas. De acordo com Simionatto (*op. cit.*), “a reforma do Estado, em todos os

países, passa uma idéia artificial de combate à pobreza, de politização e de controle a ser exercido pela sociedade civil”.

O discurso tucano da desqualificação assume feições autoritárias porque mobiliza estes dois princípios de coerção historicamente assumidos como “legítimos”: a Razão e a História. Um destes princípios, a verdade própria dos fatos históricos, alude ao discurso positivista; o outro, a razão, é legitimado pelo discurso não menos conservador da modernidade, “que nos convida a substituir a confusão e as contradições das diversas crenças [a diversidade] pela unidade da razão” (Touraine, 1998, p. 78).

A constituição dessa subjetividade fluida, encarnada pelo enunciador tucano, deve ser entendida em termos de contradição ou de complementaridade? Por um lado, podemos pensar a contradição também em sua inevitabilidade: como consequência do processo de constituição de discursos, ou seja, como constitutiva da interdiscursividade. A combinação de diferentes FDs pode tornar o discurso altamente ambíguo. Esse caráter dialógico explicaria a contradição. Se o “um” se constitui sobre e a partir de “outros”, estabelecendo relações de concordância ou de concorrência, é inevitável que o discurso, compreendido em seus múltiplos planos, apresente-se como um lugar de forças entrecruzadas. Por outro lado, a luta ideológica entre classes ou grupos concorrentes passa inevitavelmente pela supressão/destruição do Outro. A relação de dominação que se estabelece nas relações sociais (lugares sociais) e discursivas (posições discursivas) não suporta a simetria. Numa relação de polêmica, não há contradição na manifestação de discursos de origens autoritárias. A contradição não nos parece a hipótese mais adequada, embora não possa ser desprezada. Acreditamos que modernidade e conservadorismo mantêm entre si uma relação de “simbiose conflitante”: há complementaridade e não contradição no fato de a modernidade (qual modernidade?) ser conservadora e autoritária.

Qual modernidade?

Atentar para a *direção* das mudanças, ou seja, para o projeto de modernidade em questão, é fundamental. Isso quer dizer que não basta *ser a favor da mudança* (qual mudança?) para ser “moderno” e nem *ser contrário à mudança* (qual mudança?) ou *inovação* (qual inovação?) para ser “conservador” ou “atrasado”. A polêmica se instala em função da não estabilidade da modernidade, ou seja, da existência de projetos de

modernidade concorrentes. Mas isso constitui um interdito para as formações discursivas oponentes. Para as formações discursivas que disputam o mesmo espaço, o Outro, aquele que se opõe à *mudança (qual mudança?)*, será sempre visto pela ótica do atraso, ou seja, *contra o novo*. Nesse sentido, podemos reconhecer que tanto Mussolini como Hitler foram modernos à medida que “liberaram” velhos tabus na Itália e na Alemanha. *Ambos acusavam seus adversários de reacionários e conservadores que entravavam a chegada dos novos tempos.*⁷

Parece-nos fundamental investigar um pouco mais a fundo essa tal “modernidade”. É a partir das “representações” de modernidade que podemos pensar efetivamente o processo de constituição e os sentidos do discurso tucano da desqualificação. Pelo que pudemos ver, acreditamos que o consenso, reivindicado pelo *homo politicus tucanus*, funda-se em um imaginário de modernidade dominante. A modernidade, tal como é representada pelo discurso dominante, engendra uma significância poderosa, que leva a esse não reconhecimento da dissensão, uma vez que a desqualificação do adversário se dá principalmente em função da organização temporal – *orientada para o passado/ orientada para o futuro* – e de relações de autoridade legitimadas pela racionalidade. Sustentamos que *uma certa* projeção de modernidade, que, evidentemente, não caiu do céu, ou seja, não veio de qualquer lugar, condiciona o sujeito tucano e seu discurso.

O que tentaremos fazer, a seguir, é melhor explicitar o modo como os sentidos estão sendo produzidos na discursividade tucana. Nosso percurso teórico-analítico obedece a duas etapas. Propomos uma investigação sobre a representação da modernidade a partir de um *corpus* predominantemente sociológico. De acordo com O’Brien (2000), definir as características do presente em relação ao passado alimenta boa parte da disciplina sociológica. Também estamos, desde o início, comprometidos com temas e problemas que estão alocados em diferentes esferas do conhecimento. Buscamos a modernidade que vem dos “sistemas peritos”,⁸ ou seja, do que os “especialistas” dizem sobre a modernidade. Um *olhar de relance* para a literatura brasileira, com destaques para o Movimento Modernista, foi dirigido na tentativa de reunir elementos comprobatórios acerca dessa matriz de significância hegemônica sobre a modernidade. Essa significância da modernidade, que aparece “sempre” como “descontinuidade e mudança”, ou, em outras palavras, como “ir adiante”, como “adotar o novo”, como “orientada para o futuro”, incide sobre a separação de tempo, que implica distanciamento, disparidade com o passado, e, ao mesmo tempo, combinação. A parábola de Kafka sintetiza essa modernidade. Se assumirmos que a

democracia compõe a natureza da modernidade, reconheceríamos o “autoritarismo democrático”, sob a forma de “reivindicação do consenso” por intermédio do pensamento “racional-historicista”, por exemplo, como uma espécie de *combinação*. Segundo Giddens (1991), a *ruptura* aparece como uma linha divisória significativa para a modernidade. Nesse sentido, a modernidade é marcada por transições para “além de”. Lembremo-nos de que a “nova” política da modernidade situa-se *além da direita e da esquerda* (ver capítulo 3). Isso caracteriza o que chamamos de “desidentificação” na análise das seqüências discursivas no capítulo 3. É importante lembrar que a “desidentificação”, nem a “velha esquerda”, nem a “nova direita”, não constitui uma resistência à ideologia dominante na medida em que a mudança, tal como representada pelo discurso da Terceira-via, só pode convergir para uma única direção.

Podemos pensar o *desencaixe e o reencaixe*, ou seja, as tentativas de *deslocamentos e remodelação*, como um processo dominante do dinamismo da modernidade (Giddens, 1991). Para Giddens (2000, p. 76), as noções de *desentranhamento e reentranhamento* “exprimem uma idéia de reestruturação e reformulação de relações através do espaço e do tempo”. A dinâmica da transformação caracteriza a modernidade. A modernidade é descontínua. Ou, à modernidade associa-se uma natureza essencialmente *cambiante*. Enfim, a modernidade *des-loca* (ver Giddens, 1991). A modalização autonímica (ver capítulo 3) serve de base material/lingüística para essa natureza da modernidade ao tirar/afastar/transferir o sentido do “lugar” em que se encontrava (“atualidade” vs. memória).

O princípio de organização do presente capítulo obedece, portanto, à seguinte configuração: de um lado, as instituições, a modernidade sob a perspectiva teórica das Ciências Sociais, significando o “empírico”, o mundo “lá fora”, mas não “a verdade”; de outro, a modernidade sob a perspectiva teórica da AD, como projeções instáveis, que vêm de algum lugar, atravessadas por discursos dominantes e contra-discursos. De um lado a outro, estamos lidando com discursos. Como parada final desse percurso, chegamos a reflexões sobre as relações estreitas entre a contradição e a complementaridade.

Ethos: acoplamento de imaginários

De certa forma, podemos afirmar que as propriedades determináveis dessa subjetividade social conferida ao sujeito do discurso tucano da desqualificação são engendradas por relações imagéticas. O processo de construção do *ethos* provém de uma coexistência de múltiplos imaginários: o imaginário sobre a modernização, sobre os intelectuais, sobre a oposição política, sobre a representação política, sobre a ciência, sobre a história, etc. Esses “imaginários” são apreensíveis pelas representações (percepções) que os atores sociais constroem em relação a si mesmos e em relação aos outros: “supomos que a percepção é sempre atravessada pelo ‘já-ouvido’ e o ‘já-dito’, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias” (Pêcheux, 1997, p. 85). As formações imaginárias não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções.⁹ É por intermédio dessas relações imagéticas que se esboça a identidade/personalidade do enunciador. De acordo com Maingueneau (2001, p. 99),

O caráter e a corporalidade do fiador provém de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apóia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las. **Esses estereótipos culturais circulam nos domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc [grifos nossos].**

O lugar social de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, “está representado nos processos discursivos em que é colocado em jogo” (Pêcheux, 1997, p. 82). De acordo com Pêcheux (*op. cit.*, p. 83), “seria ingênuo supor que o lugar como feixes de lugares objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado”.

Assim, são as relações imagéticas que constituem as diferentes posições dos sujeitos no discurso. Não se trata de considerar o intelectual ou o representante político de esquerda empiricamente, mas o intelectual ou o representante político de esquerda enquanto posição discursiva produzida pelas relações imagéticas. Podemos encontrar, por exemplo, um representante político de esquerda produzindo um discurso de direita.¹⁰

Nosso percurso, até aqui, sempre procurou apontar como o modo de dizer está associado a um modo de ser. Ou seja, a partir do que é dito, identificamos um certo modo de dizer (tom), e a partir deste chegamos a um determinado modo de ser (construção

imaginária). Viemos explorando aspectos da construção de uma personalidade para o “eu”, que procuramos distanciar do “ser no mundo” (o sujeito concreto), tratando-a como uma subjetividade discursiva. O universo discursivo constitui o *locus* para a construção imagética do “eu”, dos traços do “eu” que são percebidos por meio da enunciação (outra razão para buscarmos nossas respostas na sociologia do Ocidente).

Dado isso, é possível alcançar essas duas instâncias “*ethicas*” na formação do *ethos* tucano. Estamos falando na imbricação de um modo de dizer e de projeções de *lugares sociais* determinados. Procuramos já demonstrar, no capítulo 2, o processo discursivo de projeção desse lugar social. Parece certo que o estudo do *ethos* pode nos dizer “mais” sobre as posições (construções imagéticas) a partir das quais o sujeito fala.

As instituições da modernidade: a força do novo (?)

Para O’Brien (2000, p. 19), “a idéia de que o mundo de hoje é um mundo ‘moderno’ faz parte das noções do senso comum: parece evidente, inquestionável”. O autor enumera uma série de “fatos”, sobretudo progressos tecnológicos e sociais, que caracterizam o mundo moderno:

aviões a jato, videocassetes, microondas, computadores, energia nuclear, ônibus espaciais, engenharia genética, Estado do bem-estar social (por enquanto), televisão, antibióticos e assim por diante, tudo isso parece confirmar que o mundo de hoje é mais complexo, sofisticado e adiantado do que no passado.

De acordo com Giddens (1991), a modernidade do mundo, o que é *ser moderno*, diz respeito à constituição social da sociedade contemporânea. Na visão de O’Brien (2000), a modernidade de Giddens diz respeito “a um mundo que superou seu passado, em uma sociedade que não é mais sujeita às tradições, costumes, hábitos, rotinas, expectativas e crenças que caracterizavam sua história” (p. 19). Por outro lado, O’Brien (2000) observa que, para Giddens, o mundo moderno não significa a morte da tradição. O’Brien (2000, p. 20) explica que Giddens “situa e contextualiza as tradições como contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade”. Giddens (1991, p. 11) diz que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se

tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Dessa afirmação de Giddens, depreendemos a generalização dos ideais de modernidade e seu caráter etnocentrista. Giddens (1991) menciona que a maior parte das teorias ou perspectivas sociológicas associa as instituições modernas ao capitalismo e ao industrialismo. Giddens (1991, p. 62) vê capitalismo e industrialismo como “feixes organizacionais envolvidos nas instituições da modernidade”:

Simplificando, modernidade é sinônimo de civilização industrial. Mais detalhadamente, está associada a: a) um conjunto de atitudes perante o mundo, como a idéia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; b) complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; c) toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa. Graças sobretudo a essas características, a modernidade é muitíssimo mais dinâmica do que qualquer tipo de ordem social preexistente. É uma sociedade – mais precisamente, um complexo de instituições – que, à diferença de todas as culturas anteriores, vive no futuro e não no passado. (Giddens, 2000, p. 73)

À modernidade associa-se um certo tipo de *fé*: a fé na razão crítica, que acaba por se transformar em *certeza* e, por extensão, em *otimismo sustentado* (Giddens, 1991), isto é, devidamente amparado pelo conhecimento, que se opõe ao pessimismo dos “agourentos de plantão”, “dessa gente que não acredita”. Poderíamos buscar no Iluminismo a fé “cega” na *doce razão*: a crença de *dominar e transformar o mundo por meio do conhecimento*, de *nos tornarmos senhores de nossa própria história*. De acordo com as correntes individualistas do pensamento sociológico, “o ser individual é aquele surgido com o Iluminismo no século XVIII: racional, livre dos dogmas religiosos que limitavam sua ação, capaz (ele por si próprio e de acordo com sua vontade e capacidade exclusivamente) de transformar as sociedades e a Humanidade”.¹¹ O sentido de *conhecer* aparece como sinônimo de *estar certo*. Para Giddens (2000, p. 79), “a idéia de que é possível controlar o acaso e, logo, precaver-se contra ele – origem da noção de segurança engendrada pelo homem – é parte essencial da filosofia das luzes”:

O pensamento iluminista, e a cultura ocidental em geral, emergiram de um contexto religioso que enfatizava a teologia e a obtenção da graça de Deus. A divina providência foi por muito tempo uma idéia diretiva do pensamento cristão. Sem estas orientações precedentes, o Iluminismo, em primeiro lugar, dificilmente teria sido possível. Não é de forma alguma surpreendente que a defesa da razão desagrilhada apenas remodele as idéias do providencial, ao invés de removê-las. Um tipo de certeza (lei divina) foi substituído por outro (a

certeza de nossos sentimentos, da observação empírica), e a providência divina foi substituída pelo progresso providencial. Além disso, a idéia providencial da razão coincidiu com a ascensão do domínio europeu sobre o resto do mundo. O crescimento do poder europeu forneceu o suporte material para a suposição de que a nova perspectiva sobre o mundo era fundamentada sobre uma base sólida que tanto proporcionava segurança como oferecia emancipação do dogma da tradição. (Giddens, 1991, p. 54)

Nesse sentido, podemos entender a associação intrincada do homem de ciência com o progresso e os ideais de modernidade: o conhecer leva à expectativa de moldar o mundo. A modernidade serve à ilusão de um sujeito todo-poderoso. De acordo com Schwartzman:¹²

A época moderna trouxe para esta arena um novo tipo de intelectual, que afirma ser detentor da credencial máxima para suas aspirações de prestígio e de poder: os novos conhecimentos, amparados pelas certezas da ciência. Na Europa ocidental, os novos intelectuais faziam parte de amplos movimentos sociais que puseram fim à ordem tradicional e fizeram surgir o mundo moderno. Graças a esta associação histórica, os valores do conhecimento empírico, do uso da razão, da liberdade individual, da justiça social e da conquista da natureza davam a impressão de ser uma coisa só: tudo era moderno e progressista.

Se pensarmos em termos de uma localização para a modernidade (Europa), podemos aferir, por intermédio da literatura, outros caracteres que ajudam a compor uma representação de modernidade. Como mencionamos no início, buscamos, em uma série de quatro artigos a respeito do Movimento Modernista, escritos por Mario de Andrade para o jornal *O Estado de São Paulo* em 1942, vinte anos depois da realização da Semana de Arte de Moderna, elementos que ajudam a constituir *uma* representação de modernidade em função de sua localização. Em linhas gerais – como já mencionamos olharemos *de relance* para esse *corpus* – a idéia de ruptura com a tradição é fundamental:

O modernismo no Brasil foi uma ruptura, foi um abandono consciente de princípios e de técnicas, foi uma revolta contra a intelligentsia nacional. É mais possível imaginar que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra. E as modas que revestiram este espírito foram diretamente importadas da Europa. Quanto a dizer que éramos antinacionalistas, é apenas bobagem ridícula.¹³

O ideal de modernidade está significado como “estar em dia com a atualidade do mundo”, ou seja, a Europa. De acordo com Elias Thomé Saliba,¹⁴ “1922 foi um movimento de ‘atualização [grifos nossos] da inteligência artística nacional’, como tão bem

diagnosticou Mario de Andrade. Bastava acertar o atrasado relógio brasileiro ao relógio universal das nações cultas”. Isso nos faz pensar que “*abrir-se*” (econômica e culturalmente) constitui o imaginário de modernidade, opondo-se ao “*fechar-se*”, “*voltar-se para dentro*”, que conforma o imaginário do *atraso* (ver “caipiras”, capítulo 3). Assim, a modernidade é também *globalizante*. De acordo com Elhajji,¹⁵ “a idéia da globalização é intimamente ligada à teoria da modernidade e seus correlatos capitalista e racionalista”.

Guiddens (1991) associa a modernidade ao carro de Jagrená.¹⁶

uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos, podemos guiar até certo ponto mas que também ameaça escapar de nosso controle e poderia se espatifar. O carro de Jagrená esmaga os que lhe resistem, e embora ele às vezes pareça ter um rumo determinado, há momentos em que ele guina erráticamente para direções que não podemos prever. A viagem não é de modo algum inteiramente desagradável ou sem recompensas; ela pode com freqüência ser estimulante e dotada de esperançosa antecipação. Mas, até onde durarem as instituições da modernidade, nunca seremos completamente capazes de controlar nem o caminho nem o ritmo da viagem. E nunca seremos capazes de nos sentir inteiramente seguros, porque o terreno por onde viajamos está repleto de riscos de alta-consequência. Sentimentos de segurança ontológica e ansiedade existencial podem coexistir em ambivalência. (Giddens, 1991, p. 140)

Bobbio et al. (2000) definem “modernização” no *Dicionário de Política* como:

aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente relacionadas ... Esses processos de transformações profundas e freqüentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização. (Bobbio et al., 2000, p. 768)

Há uma preocupação, na descrição do verbete, em destacar as características de modernidade. Basicamente, de acordo com os autores, o processo de modernização corresponde às *respostas dadas às crises de penetração, crises de integração, crises de identidade e crises de distribuição*. De acordo com Bobbio et al. (2000), estas crises representam os desafios e “foi respondendo a eles que os sistemas políticos ocidentais se

modernizaram”. Ao explicitar todo esse processo, Bobbio et al. (2000) apresentam as características da modernidade:

As crises de penetração e de integração se referem ao processo pelo qual surge um Estado mais ou menos centralizador. Este Estado procura expandir e reforçar sua autoridade, penetrando nos vários setores da sociedade, exigindo e conseguindo para com o poder central a obediência anteriormente devida aos centros de poder local. As crises de penetração e de integração são dois desafios que poderíamos considerar de caráter estrutural, para os quais as repostas das autoridades centrais tendem a ser essencialmente estruturais. As autoridades centrais procurarão constituir uma burocracia estatal; recrutar exército de provada lealdade e, especialmente, um corpo de polícia; unificar mercados e moedas e construir infra-estruturas viárias que facilitem as comunicações entre o centro e as periferias. As crises de identidade e de legitimidade se referem ao processo pelo qual os cidadãos chegam a obedecer às leis emanadas do Estado, a aceitá-las como justas e obrigatórias e a sentir-se parte da comunidade política. Estas duas crises dizem respeito, portanto, de um lado, e numa dimensão horizontal, às relações entre os vários grupos sociais, econômicos, religiosos, étnicos e regionais. Foi através da solução destas duas crises que se chegou normalmente à formação do Estado-Nação ... A solução das crises de identidade será favorecida por uma política que vise à proteção dos direitos das minorias, pela igualdade no tratamento dos vários grupos (especialmente no que diz respeito ao recrutamento político) e por uma contínua produção de símbolos de caráter nacional. A solução da crise de identidade comportará a criação de mecanismos e dispositivos constitucionais adequados à representação dos vários grupos, mas concernentes sobretudo à consecução de um acordo fundamental sobre a natureza do Governo legítimo e sobre suas responsabilidades e atribuições na superação das rupturas entre o centro e a periferia, entre Estado e Igreja, entre cidade e campo, entre indústria e agricultura ... A crise de participação se verifica quando se amplia o âmbito dos indivíduos ou dos grupos que intentam participar das opções políticas. As exigências de participação acontecem normalmente junto com importantes mudanças nos setores econômico e social, que geram novas necessidades. As respostas das autoridades a estas exigências podem consistir na concessão de direito de voto, de reunião, de associação, na abolição do voto público e na instauração de um princípio “um homem-um voto”, na extensão do sufrágio a toda a comunidade, com exclusões baseadas somente no requisito da idade, e, enfim, na legitimação completa da oposição, incluindo até o seu acesso ao Governo. No processo de solução da crise de participação aparecem as primeiras organizações políticas permanentes com os partidos políticos e, em seguida, os grupos de interesse. A crise de distribuição, enfim, diz respeito às modalidades de uso dos poderes governamentais para efetuar transferências de riqueza entre os cidadãos e para distribuir bens, serviços, valores e oportunidades. As soluções possíveis desta crise são todas as intervenções que visam tornar operante e efetivo o princípio da igualdade de oportunidades, e, portanto, de modo especial, a instituição de um sistema escolar universal e gratuito, a criação de um sistema assistencial de saúde e aposentadoria generalizado, a instauração de um sistema de tributação progressiva e qualquer outra medida de equidistribuição da renda nacional. (Bobbio et al., 2000, p. 769)

Bobbio et al. (2000) chamam a atenção para a “capacidade inovadora do *homo politicus*” (o sujeito histórico). Ao falar em *brain-drain*, os autores reforçam a associação do homem de ciência com a modernidade:

O chamado *brain-drain* não só enriquece os países já mais avançados no setor da pesquisa científica, criando um novo círculo vicioso ao tornar ainda mais aliciantes as comunidades científicas dos países “maduros”, mas empobrece, além disso, os países que mais precisam de técnicos e de pesquisadores qualificados. Às vezes, porém, a fuga das camadas de técnicos e profissionais pode ser influenciada pelas próprias opções políticas dos líderes dos países de terceiro mundo, mas o aliciamento destes profissionais é, sem dúvida, uma forma sutil de manifestação do imperialismo. A consequência política relevante desta drenagem das energias intelectuais é que aos países de Terceiro Mundo vem a faltar aquela camada de indivíduos que, historicamente, têm sido os mais interessados na instauração de formas de organização comumente definidos como modernas. (Bobbio et al., 2000, p. 771)

Os autores também destacam a natureza ambivalente da modernidade:

É indispensável, além disso, acentuar o fato de que nenhuma sociedade é completamente moderna nem completamente tradicional e de que em todas as sociedades se encontram indivíduos que agem segundo considerações de tipo moderno e outros que agem segundo considerações de tipo tradicional; além disso, o mesmo indivíduo, em suas múltiplas relações sociais, pode comportar-se, de cada vez, baseando-se em considerações de tipo diferente. Tudo o que foi dito para a cultura política pode, portanto, ser estendido à análise da ação social: “todos os sistemas políticos são, do ponto de vista da cultura política, sistemas ‘mistos’. Não existem culturas e estruturas, ‘totalmente modernas’ no sentido da racionalidade, nem ‘totalmente primitivas’ no sentido da tradicionalidade. Elas diferem, quer pelo relativo predomínio de uma sobre a outra, quer pelo tipo de mistura dos dois componentes” (Alamond e Coleman, 1960, p. 11). (Bobbio et al., 2000, p. 776)

De acordo com Touraine (1999, p. 92):

A modernização ocidental efetuou-se pela concentração dos meios de agir nas mãos de uma elite definida como racional e afirmando seu papel dirigente contra todas as forças supostas irracionais. Ela venceu e deu a supremacia ao Ocidente durante séculos, mas às custas de um dilaceramento geral da sociedade, se sua polarização em todas as áreas: empresários autoproclamados racionais contra assalariados julgados rotineiros ou preguiçosos; colonizadores portadores das Luzes contra “selvagens” embrutecidos na rejeição do progresso; adultos sabendo controlar-se contra crianças cedendo aos instintos; homens racionais contra mulheres julgadas irracionais, este último fenômeno traduzindo-se pela dominação de uma vida pública masculina sobre uma vida privada feminizada.

De certo modo, a modernidade implica relações autoritárias legitimadas. A modernidade encontra no pensamento racional um princípio legítimo de coerção e de dominação:

O pensamento político das Luzes e das revoluções, carregado de espírito democrático para agir como forma de destruição dos poderes privados, das barreiras sociais e da intolerância cultural, tornou-se cada vez mais antidemocrático, elitista e mesmo repressivo quando identifica uma nação, uma classe social, uma idade da vida ou um gênero com a razão, justificando assim sua dominação sobre outras categorias. (Touraine, 1998, p. 102)

Essa imagem dominante de modernidade, como triunfo da racionalização, que é em sua essência intolerante, condena a alteridade, leva ao apagamento das diferenças, da diversidade, ao não reconhecimento, à supressão do Outro. A racionalização reivindica “legitimamente” a unanimidade, o consenso, o universalismo. Elhajji (*op. cit.*) observa que:

a modernidade e o racionalismo são apresentados e promovidos ao mesmo tempo como promessa de felicidade e de bem-estar generalizado para as sociedades que os adotam e como estágio evolutivo inelutável que essas mesmas sociedades não têm outra opção senão aceitar com resignação e serenidade.

Nosso objetivo, ao apresentarmos a modernização tal como ela aparece na literatura das Ciências Sociais, foi procurar destacar o distanciamento temporal “em suas bases materiais”, ou seja, caracterizar as instituições “pré-modernas” e suas correspondentes “modernas”. Também nos valem do conhecimento sociológico para sustentarmos a “harmonização” dos planos discursivos, apontando para a complementaridade e não para a aparente contradição que reside em apresentar-se como progressista, a favor da mudança, e ser conservador. Trata-se, portanto, de pensar essa “complementaridade” em função das representações imagéticas dominantes de “modernidade” que vêm dos sistemas peritos.

Schwartzman (*op. cit.*) observa que:

Em lugar de ser um instrumento para o progresso da humanidade, o conhecimento moderno e suas instituições correlatas, a educação formal, a pesquisa científica, as modernas tecnologias são apresentadas agora como simplesmente mais um instrumento de opressão e controle social ... Em nome do “progresso”, podem surgir arranjos políticos extremamente tecnocráticos e autoritários; segundo este mesmo critério, mobilizações populares de cunho

cultural, étnico ou educacional podem estar associados, às vezes, a arranjos políticos extremamente conservadores.

Podemos, assim, defender a coerência da “existência discursiva do eu-enunciador”. No discurso tucano, o enunciador é membro de uma classe muito particular de representantes políticos (ver capítulo 2), identificada com a *razão* e com a *ação política, que visa à superação do passado*. Esse estatuto que o enunciador confere a si comporta um tom (assertivo, beligerante, desdenhoso) e um caráter (autoritário, conservador). O estatuto, o tom e o caráter obedecem, portanto, a uma “lógica semântica” que rege a “montagem” do discurso tucano da desqualificação, ou seja, a relação semântica que este estabelece com outros discursos convenientemente escolhidos. O caráter autoritário do eu-enunciador seria, portanto, constitutivo de seu estatuto: o intelectual não reconheceria nenhum lugar aos outros, suprimindo a legitimidade destes em nome da “razão”, que só pode estar com ele.

A resistência da oposição à mudança, no discurso tucano da desqualificação, demonstraria um comportamento conservador. O que não se diz é que a discordância se dá quanto à direção da mudança e não em favor da inação. A polêmica se dá em relação a duas possíveis direções para o processo histórico. A mudança, no discurso tucano, só é possível para uma direção apenas, que seria orientada por uma lógica universal. Em contrapartida, a defesa da mudança para apenas uma direção em detrimento de outras direções possíveis, autorizada pela autoridade intelectual do enunciador, também demonstra um *caráter conservador*.

Procuramos demonstrar que a “modernidade” é conservadora. Isso significa que estamos sendo falados por um sentido de modernidade, o sentido para um discurso dominante. Para que nossa discussão avance, valeria destacar esse Outro sentido. Comentamos, no capítulo 2, que a cenografia das campanhas eleitorais de Fernando Henrique e Lula encenariam o *velho* conflito entre a *modernidade* e o *atraso*. A candidatura governista estaria associada a um cenário de modernidade e a candidatura oposicionista a um cenário de atraso. Isso não significa que o inverso não poderia ser dito, ao menos para uma outra formação discursiva. Quando propusemos essa relação, justificamos nossa análise em função de um “já-dito”, ou seja, sentidos para “modernidade” e para “atraso” dominantes, mas não estáveis. Para um outro discurso, o caminho do desenvolvimento autônomo e da independência nacional, supostamente representado pela candidatura do PT, não estaria identificado com o atraso, mas seria lido como “modernidade”; em

contrapartida, o caminho representando pela candidatura governista, não representaria a modernidade, sendo lido como “o velho caminho do atraso e da dependência externa”, da “integração subordinada ao mercado mundial”. Haveria uma modernidade conservadora, em que as mudanças se dão sem romper com a “inserção compulsória” do Brasil na modernidade.¹⁷ Com isso, esclarecemos em torno de qual polarização “modernidade” vs. “arcaísmo” funda-se o discurso tucano da desqualificação.

De acordo com Ruy (1998, p. 09):

Os apologistas neoliberais dão-se a si próprios o título de modernos, e encaram o respeito aos interesses do país e do povo como marcas do arcaísmo ... O conhecimento da história depõe contra os neoliberais e revela a cuidadosa construção do atraso através das opções econômicas...

O autor faz uma breve incursão pela História do Brasil para mostrar que doutrina liberal e modernidade se confundem. Citando o historiador José Maria Bello, Ruy nos leva até o ano de 1898. Para o então ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, o problema essencial do Brasil residia no desequilíbrio do Tesouro:

Para resolvê-lo, eram medidas indispensáveis: a deflação, a implacável compressão das despesas, o aumento de impostos, o abandono das obras públicas, o afastamento do Estado de qualquer atividade industrial ... desde que o Governo conseguisse sanear a moeda, elevando as taxas cambiais e equilibrando os orçamentos, a reconstituição das forças econômicas se operaria automaticamente, livre da perigosa interferência oficial. (Bello, citado por Ruy, 1998, p. 10)

Para Ruy (1998, p. 16):

O governo de FHC insiste nessas teses experimentadas durante mais de um século, cujo resultado é um país dependente e pobre, subordinado aos interesses do imperialismo e do grande capital ... Fernando Henrique Cardoso manifesta a intenção, desde o começo de seu governo, de acabar com a era Vargas, afirmação que significa a decisão de romper com o nacionalismo e a legislação social daquele modelo para impor, de forma completa e acabada, o caminho da dependência.

Assim, em nome da “modernidade”, nacionalismo e política industrial podem assumir conotações direitistas, sendo associados a valores conservadores e anti-internacionalistas. Também em nome da “modernidade”, a efetiva intervenção do Estado na

promoção do desenvolvimento econômico pode significar avançar em direção à superação do atraso, que será entendido como subordinação e dependência econômica. A “modernidade” do Outro é sempre lida como “conservadora”.

Enfim, a inevitabilidade da intolerância...

A discussão sobre a complementaridade das instâncias *ethicas* do *homo politicus tucanus* não pode ser desviada do desentendimento recíproco que funda as relações entre formações discursivas antagonistas. Nossas análises anteriores, por um lado, representam um “percurso interdiscursivo” para o entendimento da interação semântica entre discursos em “concorrência” – em seu sentido amplo, “concorrência” designa não só o confronto, mas também a aliança. Por outro, apontam para a incompatibilidade radical de dois discursos, que não se encontram por acidente, mas em função de uma relação constitutiva. Dada sua natureza heterogênea, o discurso tucano constitui-se em oposição a Outros. O Outro representa o avesso do Mesmo, “aquela parte do sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse [*interditasse*] para construir a sua identidade” (Maingueneau, 1984, p. 31). Maingueneau (1984, p. 118) lembra que “a formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos”. O discurso pode até se mostrar tolerante às críticas, mas tenta, de alguma forma, racionalizar e legitimar sua intolerância com o Outro.

Deparamo-nos com esse caráter radicalmente intransigente dos debates, sobretudo do debate político. Será que definitivamente não falamos a mesma língua? Será que vivemos em estado de guerra permanente graças à opacidade da linguagem? Hirschman (1992, p. 140) conclui em seu estudo sobre a retórica da intransigência que “mesmo nas democracias mais ‘avançadas’ muitos debates são, parafraseando Claudesewitz, ‘uma continuação da guerra civil, mas com outros meios’”.

¹ SIMIONATTO, I. **Reforma do Estado ou modernização conservadora**: o retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv150.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

² FOUCAULT, M. Les intellectuels et le pouvoir. **Rev. Larc**, n. 49, p. 3-10, 1972. Disponível em: <http://usuarios.lycos.es/pete_baumann/index-62.html>. Acesso em: 23 abr. 2002.

³ FAIRCLOUGH, N. **Language in the New Capitalism**. Disponível em: <<http://www.cvlonline.org/artigos.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2002.

⁴ Disponível em: <<http://www.uoc.es/humfil/nlc/CA-15ega.doc>>. Acesso em: 24 abr. 2002.

⁵ MONTEGOMERY, M.; STUART, A. **Ideology, discourse e cultural studies: the contribution of Michel Pécheux**. Disponível em: <<http://www.cjc-online.ca/~cjc/BackIssues/17.2/montgome.html>>. Acesso em: 26 abr. 2002.

⁶ HENRIQUES, L. S. **A campanha e a guerra**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

⁷ CONY, C. H. Conservadores e Liberais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1999. Opinião, p. 01.

⁸ De acordo com Giddens (1991, p. 35), os sistemas peritos (*expert systems*) correspondem a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”.

⁹ Ver GLOSSÁRIO de Termos do Discurso. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001. 28p.

¹⁰ O deputado federal José Genuíno, atual candidato do PT ao governo do estado de São Paulo, declarou que a Rota “tem de existir, mas tem que ir para rua” e que “uma política de direitos humanos não pode impedir a Rota de agir com energia e força”. Anthony Garotinho, pré-candidato do PSB (Partido Socialista Brasileiro) à presidência da República, disse ser contra a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

¹¹ BELATTO, L. F.; BIRARDI, A.; CASTELANI, G. R. **O Positivismo, os Annales e a Nova História**. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>>. Acesso em: 28 maio 2002.

¹² SCHWARTZMAN, S. **A força do novo**. Disponível em: <http://www.airbrasil.org.br/simon/redesc%5Cnovo.htm#N_2_>. Acesso em: 28 maio 2002.

¹³ ANDRADE, M. O movimento modernista. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2002. Caderno 2/Cultura, p. 09.

¹⁴ SALIBA, M. E. Modernistas viviam em um país sem modernidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 fev. 2002. Caderno 2/Cultura, p. 09.

¹⁵ ELHAJJI, M. **Globalização: uma narrativa auto-referente**. Disponível em: <<http://www.eco.ufjf.br/revistaepos/textomoha.htm>>. Acesso em: 27 maio 2002.

¹⁶ “O termo [Jagrená] vem do hindu *Jagnnāth*, ‘senhor do mundo’, e é um título de Krishna; um ídolo desta deidade era levado anualmente pelas ruas num grande carro, sob cujas rodas, conta-se, atiravam-se seus seguidores para serem esmagados” (Giddens, 1991, p. 133).

¹⁷ De acordo com Terzi & Peres (2002), o Brasil se insere na II Revolução Industrial pela via da “inserção compulsória”, ou seja, pela via do comércio internacional: “aos países industrializados interessava ter acesso

às matérias primas e alimentos produzidos nos países primários exportadores e aos países primários exportadores era a única forma de obter crédito para financiar sua produção agrícola, bem como para poder consumir as novidades produzidas pela industrialização” (p. 05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as “considerações finais”, recomenda-se a apresentação das respostas à problemática do tema exposto e a não inclusão de dados novos.¹ Algumas destas respostas já foram apresentadas no capítulo anterior. Sobre a não inclusão de dados novos, há mesmo um momento em que é preciso finalizar e deixar em *stand by*, à espera do momento de retomada da reflexão, episódios que poderiam enriquecer o conteúdo do trabalho. Foi na tentativa de reproduzir esse estado de espírito que colocamos o ponto final no trabalho, que não encerramos, porque sabemos que muitas discussões restaram inconclusas, abertas a novas reflexões. Sempre é possível lançar novos questionamentos à luz das hipóteses levantadas e discutidas no trabalho. Mas isso será uma outra história. O que poderia vir depois da “modernização conservadora”?

Talvez seja o momento de revermos o processo de elaboração do trabalho e destacarmos algumas questões por ele suscitadas. Principalmente, as questões referentes ao ponto de vista do autor sobre sua investigação.

Em nossa dissertação, na sua superfície lingüística, está exposto o conflito de sentidos que é próprio de seu conteúdo. Quando se faz um trabalho em Análise do Discurso, não se pode escrever sem um cuidado redobrado com os efeitos de sentido das escolhas, sejam elas vocabulares ou sintáticas. Empregar determinados termos, em princípio tomados em seu *sentido em língua*, pode contradizer a própria teoria. Como o foco teórico de nosso trabalho foi a heterogeneidade discursiva, este serviu inúmeras vezes à sua manifestação. De forma mostrada marcada, ou não marcada, de muitos itálicos e aspas ecoou uma voz tucana. Mesmo que não estivessem marcadas graficamente, poderiam ser percebidas porque soam estranhas, contraditórias, cheiram a equívoco. Nossa hipótese, mesmo sabendo que outras hipóteses não podem ser desprezadas quando se analisa um texto, é de que representaram nada mais que a incorporação do dizer do outro. Numa manobra “sutil”, introduzimos, em meio a nossas palavras, parte do discurso tucano com suas próprias palavras e, sobretudo, com seu próprio tom. Não raro foram os momentos em

que essa manobra estilística deu a impressão de que estávamos sendo traídos pelo discurso. Fiquemos com uma ou outra hipótese, a conclusão é que a suposta neutralidade que se exige para um texto científico, em muitos momentos, não se sustenta. O trabalho acadêmico e nossa posição discursiva, juntos, resultaram em um texto que, em diversos momentos, foi moldado pela coloração ideológica.

Em todo nosso percurso, da formulação à sustentação de nossas hipóteses, também estávamos cientes dos riscos conceituais envolvidos na reunião de autores inscritos em áreas de conhecimento variadas, que, por sua vez, também supõem protocolos de análise distintos. Essa “heterogeneidade” poderia nos levar a toda sorte de incorreções. Mesmo assim, resolvemos correr o risco de cair nas “armadilhas” que derivam desse reconhecimento da alteridade, com vistas a um aprofundamento em nosso trabalho de reunir, analisar e interpretar informações. Contudo, não trouxemos o conhecimento sociológico para nossa pesquisa como quem busca argumentos de autoridade. Ou seja, não buscávamos na Ciência Política a legitimação de nossas interpretações. Estávamos lidando com discursos, com visões de mundo, com representações e não com a Verdade.

A prudência recomenda não acreditar em Verdades...

Em nome da Verdade, os tucanos rejeitam o debate com seus adversários e exprimem sua ideologia (seu modelo de desenvolvimento para o país) como se fosse de todos (isto é, da História). A instância subjetiva do representante político intelectual, que desempenha, no discurso tucano, o papel de fiador do que é dito, alimenta-se da Verdade racional, que aniquila qualquer outra exterioridade.

Os tucanos desqualificam seus críticos suprimindo sua representatividade por meio da afirmação de sua própria autoridade representativa, significada pelo reconhecimento e monopólio da Verdade. Os setores de oposição não compreendem o processo histórico em curso – a objetividade do real. Logo, não alcançam a Verdade; não representam os interesses de sua época. Conseqüentemente, a oposição não tem nada de substancial a dizer. O que a oposição oferece como alternativa não é coerente, dado seu descompasso com a História. De fato, na discursividade tucana, não há espaço para a discussão, para ser contra, mas apenas para a adesão, para a concordância. Como negar a Verdade?

O que o locutor diz de si mesmo, ao se colocar como objeto de sua enunciação, a identidade que constrói para si, esse *ethos* que constrói de si mesmo, ao construir o seu anti-*ethos*, apenas parece estar em flagrante contrariedade com a identidade social do “eu”, o *ethos* engendrado pelo seu próprio modo de dizer. O *ethos* que transparece é o do indivíduo

que sabe, que é o dono da Verdade. O tom assertivo remete a uma fonte enunciativa dotada de uma racionalidade científica. Esse *ethos* engendra a imagem da autoridade, legitimada pela sua posição institucional (representante político) e identidade social (intelectual). O lugar de enunciação “Presidência da República” implicaria uma autoridade. A autoridade desse lugar também seria constituída por um saber inerente ao cargo. Só quem o ocupa saberia como as coisas “realmente” funcionam, saberia a *Verdade*. Aqueles que estão fora do governo, muitas vezes, não estariam investidos da competência, autorizada pelo lugar de enunciação, para compreender o que levou o governo a trilhar os caminhos que vem trilhando.

Ao mesmo tempo, o lugar de enunciação “Presidência da República” pressupõe que quem o ocupe seja dotado de representatividade. Assim, a figura de representante político encarnada pelo tucanato também pressupõe uma autoridade: o representante político tucano assume o papel do “iluminado”, que consegue perceber o que o pensamento “tosco” de seus opositores não alcança: a *Verdade*.

Há um modelo de representante político “dominante”, o que não significa *verdadeiro*, mediando o diálogo dos tucanos com seus adversários. Estamos situados em um “campo socialmente minado”, de embate ideológico entre as diferentes formas de caracterizar o representante político, entre diferentes *Verdades*. Há um “universo de sentido” que conspira para legitimar a ilegitimidade das críticas ao governo da *intelligentsia* nacional, da *razão*, da *Verdade*.

Como anotou Vattimo², a verdade objetiva não existe em parte nenhuma. Para o teórico, não há ninguém que veja a verdade sem ser com os olhos de alguém (do Sujeito?), e os olhos são sempre de alguém: “se quero arrancar os olhos para ver as coisas como realmente são, não vejo mais nada”.

¹ Ver NORMAS para Publicações da Unesp. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. v. 4.

² VATTIMO, G. O niilismo como resistência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2002. Mais!, p. 3. Entrevista.

ABSTRACT

This work aims to discuss, adopting a discursive approach, a sort of polemical situation, normally designated as *an old political pattern*, in which the practice of defending ideas is replaced by an attempt to suppress the opponent as a representative. My concern in this work is with the comprehension of such situation on the basis of Maingueneau's studies on polemics as "*interincomprehension*". Focusing on the contemporary Brazilian political scene, we analyze *the polemical situation* involving the President of Brazil, Fernando Henrique Cardoso, and the Opposition to his government project.

Our initial step is the investigation of discursive mechanisms of political disqualification. A particular focus is on how the discourse of Fernando Henrique is legitimized. Our analysis demonstrates that the meaning of *competence*, derived from the identity of representative embodied by "*toucans*", authorizes the disqualification of their opponents. The investigation of such meaning leads us to the discursive field of election campaigns, an adequate space to the investigation of the discourse of *competence* that legitimates a representative. At this section of our work, we also deal with another polemical situation: a struggle for the meanings of competence among rival candidates (and antagonistic discourse formations).

Our work is structured in two sections deeply articulated: in the first one – which appeared as a necessary expanding of the main research proposal – we investigate the meanings of *competence* in direct competition for legitimacy in the electoral campaigns; in the second one, we analyze *how* such meanings of *competence* implies *the absence of debate* between government and opposition. Our concern is that discourse can't be thought without considering a *tone* going along with it. The aspect we underline in the second section is the *ethos*, inferred by the way "*toucans*" represent their opponents.

Keywords: political discourse; discourse heterogeneity; polemics; *ethos*

Quando se realiza uma pesquisa para a concretização de algum projeto de exibição seja ele uma tese, um livro a ser publicado ou um documentário, o que se lê no resultado final é uma seleção, uma compilação de fragmentos de um todo. Assim como ao bater uma fotografia selecionamos um pequeno pedaço daquilo que vemos, me assombra cada vez mais o imenso valor das “sobras”.

Maria Furtado de Oliveira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 127p.
2. ARBEX JR., J. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 290p.
3. ARENDT, H. **A vida do espírito**. Tradução Antônio Abranches e outros. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. 392p.
4. ———. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 348p.
5. AUTHIER-REVUZ, (1982) Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2000. 48p. (Mimeogr.).
6. ———. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.19, p. 25-42, jul./dez., 1990.
7. ———. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Tradução Cláudia R. C. Pfeiffer e outros. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 200p.
8. BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 148p.
9. BAKTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução Michel Lahud e outros. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. 196p.
10. BARREIRA, I. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. 234p.

11. BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995. 129p.
12. ———. **Os Intelectuais e o Poder.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. 187p.
13. BOBBIO, N. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Tradução Carmen C. Varrialle e outros. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000. 2v.
14. BRANDÃO, H. N. Discurso e Polêmica num Debate Político. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p.129-143, 1994.
15. ———. Discurso e Estratégias de Persuasão. São Paulo: Universidade de São Paulo, [199-]. 15p. (Mimeogr.).
16. ———. Discurso e Modelos de Identidade Política. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v.06, n. 2, p. 59-72, 1997.
17. BUARQUE, C. Programa Áureo de Erradicação da Pobreza. **República**, São Paulo, nº 63, p. 98-105, jan. 2002.
18. BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França.** Tradução Renato de Assumpção Faria e outros. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. 239p.
19. COURTINE, J-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, n. 62, 1981.
20. DIMENSTEIN, G.; SOUZA, J. **A história real: trama de uma sucessão.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1994. 242p.
21. DUCROT, O. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987. 222p.
22. ———. Referência. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989. v. 2, p. 418-438.
23. FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Ed. da UnB, 2001. 316p.

24. FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 239p.
25. FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix & Edusp, 1978. 157p.
26. FURTADO, O. H. P. **Trajetos e perspectiva social-democratas: do mundo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. Campinas, 1996. 158p. Dissertação (Mestre em Ciência Política) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
27. GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 252p.
28. GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. 6. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. 177p.
29. ———. **A terceira via e seus críticos**. Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001. 190p.
30. GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156p.
31. HENRY, P. Construções Relativas e Articulações Discursivas. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 43-64, jul./dez.,1990.
32. HIRSCHMAN, A. O. **A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Tradução Tomas Rosa Bueno. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. 151p.
33. KINZO, Maria D’Alva Gil. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980. 139p.
34. LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 220p.
35. MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o texto literário**. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 205p.

36. ———. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997. 198p.
37. ———. **Genèses du discours**. Bruxelles: P. Mardaga, 1984. 209p. Tradução Sírio Possenti. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2000. 119p. (Mimeogr.)
38. ———. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001. 238p.
39. MARQUES, M. C. S. S. **Panfletos: uma leitura sob o olhar de Bakhtin e de De Certeau**. Porto Velho: EDUFRO, 2001. 214p.
40. MEDEIROS, A. **Crônica de um sonho: nos bastidores da campanha de Luís Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. 210p.
41. MIGUEL, L. F. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. 232p.
42. O'BRIEN, M. Uma introdução à sociologia de Anthony Giddens. In: GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 11-27.
43. ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999. 100p.
44. PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi e outros. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 317p.
45. ———. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Jonas A. Romualdo. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-19.
46. ———. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.
47. PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:**

uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Péricles Cunha. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-235.

48. PERES, T. M.; TERCI, E. T. **Revisitando a Modernidade Brasileira: nacionalismo e desenvolvimentismo.** Disponível em: <<http://www.unimep.br/fgn/economia/Revisitandoamodernidade.doc>>. Acesso em: 30 maio 2002.

49. PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **O Brasil de Cardoso: a desapropriação do país.** Tradução Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2001. 175p.

50. PFEIFFER, C. C. Bem-dizer e Retórica: um lugar para o sujeito. **Relatos**, Campinas, n. 7, p.13-23, jun., 2001.

51. PINTO, J. N. **Atrás do Palanque: bastidores da eleição de 1989.** 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1990. 185p.

52. PINTO NETO, P. C. **Ciência, Literatura e Civilidade.** Campinas, 2000. 192p. Tese (Doutor em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

53. PITKIN, H. F. **The concept of Representation.** Berkeley: Univ. of California, 1972. 323p.

54. POSSENTI, S. *A Heterogeneidade e a Noção de Interdiscurso.* Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1994. 13p. (Mimeogr.).

55. ——. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, I. (Org.) **As múltiplas faces da linguagem.** Brasília: Editora da UnB, 1996. p.37-47.

56. ——. *Slogan, Polifonia e Memória Discursiva.* Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1998. 09p. (Mimeogr.).

57. ——. **Metaenunciação: Uma questão de interdiscurso e relevância.** Trabalho apresentado ao 3º Colóquio Latino-americano de Analistas do Discurso, Chile, 1999.

58. ——. **Mal comportadas línguas.** Curitiba: Criar Edições, 2000. 128p.

59. ——. **A cor da língua e outras crônicas de lingüística.** Campinas: Mercado de Letras, 2001. 167p.
60. RICUPERO, R. **O Brasil e o dilema da globalização.** São Paulo: Senac, 2001. 127p.
61. RUY, J. C. O velho conflito entre a modernidade e o atraso. **Princípios**, São Paulo, n.50, p. 8-17, ago./out. 1998.
62. SCOTTO, M. G. **Representação e Apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva para prefeitura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1994. 200p. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
63. SEILER, D.-L. **Os partidos políticos.** Tradução Renata Maria Parreira Cordeiro. Brasília: Editora da UnB, 2000. 173p.
64. SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 447p.
65. SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro.** São Paulo: Edusp, 2000. 204p.
66. TOLEDO, R. P. **O Presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 366p.
67. TOURAINE, A. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático.** Tradução Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 1998. 110p.
68. ——. **Como sair do liberalismo?** Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999. 160p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 254p.

ACOSTA, E.; COSTA, L. S. Contradicción y refutación en discurso político. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA DA AMÉRICA LATINA, 9, 1998, Campinas. **Anais**. Campinas, 1998. p.211-18.

AGUSTINI, C. L. H. Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. **Sínteses**, Campinas, v. 5, p. 9-17, 2000.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [19..]. 375p.

———. **The rethoric of Aristotle**. Salem: Ayer, 1998. 3v.

BARONAS, R. L. Configurações da memória discursiva em slogans políticos. In: GREGOLIN, M.R.V. (Org.) **Filigranas do Discurso**: as vozes da história. [S.I.]: Cultura Acadêmica Editora, 2000. p. 69-81.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: EDUC, 1993. 96p.

———. Discurso e Polêmica num Debate Político. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.I.], n. 37, p.129-143, 1994.

———. **Subjetividade, Argumentação, Polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. 191p.

CAMPILONGO, C. F. **Representação Política**. São Paulo: Ática, 1988. 62p.

FIGUEIREDO, N. L. **Jogando para ganhar**: marketing político, verdade e mito. São Paulo: Geração Editorial, 1994. 238p.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 268p.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 1999. 326p.

MANHANELLI, C. A. **Eleição é guerra**: marketing para campanhas eleitorais. São Paulo: Summus, 1992. 115p.

MAINGUENEAU, D. **El ethos y la voz de lo escrito**. Disponível em: <<http://cueyatl.uam.mx/uam/divisiones/csh/dec/79htm>>. Acesso em: 16 maio 2002.

MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas: Editora Revan, 1998. 256p.

MEYER, M.; MONTES, M. L. **Redescobrimo o Brasil**: a festa na política. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 72p.

ORLANDI, E. P. Silêncio e Implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, E. (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 39-45.

———. **As Formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 189p.

———. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. In: ACHARD, P. et al. **O Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p.59-71.

———. (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001. 172p.

PATARRA, I. **Lula Presidente do Brasil: a estratégia que derrotou FHC em 1994.** São Paulo: Alfa Omega, 1995. 133p.

PECHÊUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997. 68p.

POMAR, W.V.T. **Quase lá: Lula, o susto das elites.** 2. ed. São Paulo: Brasil Urgente, 1990. 125p.

SUASSUNA, L.; NOVAES, L. A. **Como Fernando Henrique foi eleito presidente.** São Paulo: Contexto, 1994. 78p.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos Modernos: discurso e representação política.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 214p.

